UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS

VALDINÉA DE JESUS SACRAMENTO

MERGULHANDO NOS MOCAMBOS DO BORRACHUDO – BARRA DO RIO DE CONTAS (século XIX).

Salvador

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS

MERGULHANDO NOS MOCAMBOS DO BORRACHUDO – BARRA DO RIO DE CONTAS (século XIX).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni

Salvador

2008

Biblioteca CEAO – UFBA

S123 Sacramento, Valdinéa de Jesus.
Mergulhando nos mocambos do Borrachudo – Barra do Rio de Contas (século XIX) / por Valdinéa de Jesus Sacramento. - 2008.
96f.

Orientador: Profº. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. 2008.

1. Quilombos – Brasil - História. 2. Escravos fugitivos – Bahia – História.
I. Zamparoni, Valdemir, 1957-. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

VALDINÉA DE JESUS SACRAMENTO

MERGULHANDO NOS MOCAMBOS DO BORRACHUDO – BARRA DO RIO DE CONTAS (século XIX).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Valdemir D. Zamparoni (orientador)
Dr. em História Social – USP-SP
Universidade Federal da Bahia

_____

Prof. Dr. Cláudio Luiz Pereira
Dr. em Ciências Sociais – UNICAMP/SP
Universidade Federal da Bahia

_____

Prof. Dr. Walter Fraga Filho
Dr. em História Social – UNICAMP/SP
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Aos homens e mulheres, crioulos e crioulas, africanos e africanas, escravizados, libertos e livres que compuseram a história de vida dos Quilombos do Borrachudo.

AGRADECIMENTOS

Na realização dessa pesquisa contei com a colaboração de familiares, amigos e pessoas que conheci ao longo desse percurso. Receosa com a possibilidade de cometer o pecado do esquecimento, agradeço, inicialmente, a todos e todas.

Aos meus pais, Almelindo Ângelo do Sacramento (*in memorian*) e Valdelurdes de Jesus, exemplos de vida para mim. Também sou grata aos meus tios, tias e irmãos que depositaram em mim um pouco dos seus sonhos e aspirações. Dedico-vos esta dissertação.

Também sou grata aos membros da família Setúbal Andrade pelo apoio e carinho que me ofereceram, nessa cidade da Bahia. Obrigada, por vocês existirem! À Willebaldo Magalhães e sua esposa Cristina agradeço-vos, sobretudo, pelo apoio espiritual.

Nessa trajetória acadêmica obtive apoio e incentivos dos professores Flávio Gonçalves dos Santos, Laila Brichta, Rogério Souza Santos, Antonio Pereira e Augusto Fagundes. Aos colegas e amigos do sul da Bahia, dentre eles, Luiza, Ronaldo, Ana Paula e Rosenice meus sinceros agradecimentos.

Na Ufba agradeço a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Estudos étnicos e Africanos.

Ao professor Valdemir Donizzete Zamparoni sou grata pela orientação e pelo crescimento intelectual que me proporcionou.

Aos professores que compuseram a banca examinadora da qualificação, Cláudio Pereira (UFBA) e Walter Fraga Filho (UFRB) sou grata pelos comentários e críticas que foram de extrema importância para o amadurecimento e conclusão desse trabalho.

Aos colegas de turma agradeço pelos momentos de troca de conhecimentos. A Evaldo e Viviane, sou grata pela solidariedade e companheirismo nos momentos mais críticos da escrita da minha dissertação.

A Ana Rita e Tatiana Raquel, agradeço-vos por terem compartilhado comigo as agruras e as delícias de ser mulher, negra e intelectual.

Sou grata aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia por terem me permitido acesso aos documentos e, a FAPESB, pelo financiamento da pesquisa.

Por fim, agradeço ao povo da mata, aos caboclos e as entidades que habitam os mangues e pântanos, sem a ajuda de vocês, mergulhar no Borrachudo seria uma tarefa muito difícil.

RESUMO

Nesta pesquisa, busca-se analisar a trajetória histórica dos Quilombos do Borrachudo, durante a década de 1830, destacando a natureza das relações sociais, econômicas e políticas, criadas nos universos dos quilombolas e partilhadas por outros agentes sociais. O estudo desses mocambos permitiu examinar padrões de rebeldia escrava no sentido mais amplo, e apontam de maneira empírica para a gestação de uma organização socioeconômica construída por comunidades de fugitivos e compartilhada por escravos, libertos e livres das vilas de Camamu, Ilhéus e Maraú, no século XIX. Imprimindo tons, cores e lógicas próprias à sociedade local e adjacências, africanos e crioulos, na condição de fugitivos, conseguiram modificar as vidas daqueles que continuavam no cativeiro.

Palavras-chave: Quilombos - Barra do Rio de Contas - Economia quilombola – Resistência escrava.

ABSTRACT

This research, try to analyze the historical trajectory of the maroon societies the Borrachudo, during the 1830, pointing out the nature of the social, economical and political relationships created in the universe of runaways and shared for the other social agents. The research of maroon societies allowed to examine standards of slave's rebellion in a broad sense and denotes, in a empirical form, the gestation of a social-economic organization built from fugitives communities and shared with slaves, released and free coming from the small towns of Camamu, Ilheus and Marau, in the 19th century. Printing shades, colors and logics proper of the local society, Africans and creoles, in the condition of fugitives, achieved to change the life of those who continue in the captivity.

Keywords: Maroo societies, Barra do Rio de Contas, maroon economy, slave resistance

ABREVIATURAS

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
ABPEB	Anais da Biblioteca Pública do Estado da Bahia
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
RIGH	Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
RBH	Revista Brasileira de História

LISTA DE TABELAS E MAPAS

Tabela 1.	Lista Parcial dos Quilombos e Mocambos no sul da Bahia.
Tabela 2.	Vilas, Povoações, Aldeia e População das Freguesias de Barra do Rio de Contas, Camamu e Maraú, 1758-1818 .
Tabela 3.	Produção de Farinha nas Vilas de Barra do Rio de Contas, Camamu, Maraú e Ilhéus, 1785-1865.
Tabela 4.	Perfil dos Senhores e o Número de Escravos Fugidos.
Tabela 5.	Perfil do Sexo e Naturalidade dos Fugitivos Capturados no Borrachudo
Tabela 6.	Aspectos Econômicos dos Quilombos do Borrachudo
Mapa 1	Vilas de Camamu, Maraú e Barra do Rio de Contas (séc. XIX).
Mapa 2	A Província da Bahia em meados do Século XIX.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1. A HISTORIOGRAFIA E OS QUILOMBOS: uma breve discussão teórica 16
1.1 Quilombos no Brasil: em busca de conceitos 17
1.2 Novos caminhos na historiografia: o quilombo revisitado 22
1.3 Os estudos sobre comunidades de fugitivos na Bahia 26

2. ECONOMIA, SOCIEDADE E ESCRAVIDÃO NA VILA DA BARRA DO RIO DE CONTAS. 31
2.1. O Cenário 31
2.2 O rio, o mar e as florestas: vestígios de uma geografia escrava e quilombola 34
2.3 Os atores sociais e a trama 37
2.4 O prenúncio de um drama 43

3. QUILOMBOS DO BORRACHUDO NO CONTEXTO DA BAHIA OITOCENTISTA 48
3.1 A Comarca de Ilhéus e seus mocambos 50
3.2 A emergência dos quilombos do Borrachudo 52
3.3 O "Theatro da Desonra": representações senhoriais e práticas repressivas no quotidiano da expedição de 1835 60
3.3.1 O plano quase perfeito: a expedição de 1835. 66
3.4 Estratégias econômicas e de defesa na dinâmica de construção dos quilombos do Borrachudo 73
3.4.1 Em torno de uma economia quilombola 80

CONCLUSÃO 90

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES 92

INTRODUÇÃO

Individual ou coletivamente, africanos e seus descendentes na América criaram uma série de mecanismos de resistência. Destacaram-se com mais freqüência, a fuga e a formação de comunidades de fugitivos. De todo modo deve-se esclarecer que nem todo escravo em fuga procurava necessariamente um mocambo ou quilombo para se estabelecer. Em muitos casos, o endereço do fugitivo poderia ser a cidade, uma senzala próxima ou mesmo a propriedade de um fazendeiro interessado em mão-de-obra. De uma maneira geral, as múltiplas e complexas experiências de rebeldia escrava eram resultantes de uma luta diária, que extrapolava o âmbito da relação senhor – escravo. Estava implícito nesses atos de resistência escrava, uma maneira de construir espaços de negociação, apesar da constante ameaça do chicote (REIS & SILVA, 1989).

Os estudos atinentes à rebeldia escrava baiana têm apontado o sul da Bahia como a região que mais experimentou a formação de quilombos. Contudo, essa riqueza de experiência não se traduziu numa farta literatura sobre o assunto. Muito pelo contrário, a historiografia sul-baiana sempre deu destaque à figura dos coronéis do cacau, vistos como desbravadores e responsáveis pela ascensão econômica da região. Argumenta-se que talvez esse descaso não seja por acaso e parte dessa inibição tenha sido alimentada por muito tempo pela historiografia local em torno de um mito de que a escravidão nas antigas terras da Capitania dos Ilhéus não foi importante pelo seu diminuto número de escravos. Não obstante, como bem sugere a historiadora Mary Ann Mahony:

> [...] a importância da escravidão para qualquer sociedade, não repousa apenas na quantidade de escravos que havia na cidade, no número de escravos por residência. Repousa, também, na divisão da sociedade entre pessoas livres, libertos e escravos, e no desenvolvimento de uma hierarquia social e cultural. (MAHONY, 2001, p. 25-26)

Mitos e realidades à parte, é possível dizer com ênfase que a escravidão negra foi importante na Comarca dos Ilhéus, e que a participação dos africanos e seus descendentes foi muito ampla, não se limitando apenas a compor a mão-de-obra local. Nesse sentido, o presente trabalho pretende contribuir para fomentar o debate em torno dos quilombos no sul da Bahia, na tentativa de começar a reverter esse quadro de silêncio historiográfico. E, para início de empreitada, vêm à superfície, os mocambos mergulhados nos mangues molhados, ao norte de Ilhéus, no século XIX.

No entanto, é preciso salientar que as ações dos quilombolas, aqui retratadas, desvelam um universo de relações bastante complexo, que não se limita a apresentar a figura do cativo rebelde apenas reagindo às opressões senhoriais. Ainda que os senhores e a elite local mobilizassem os instrumentos de controle social para destruírem os Quilombos do Borrachudo e aprisionassem seus habitantes, estes souberam lançar mão de diversas estratégias, incluindo a construção de redes de sociabilidade envolvendo comunidades de senzalas, quilombolas, livres e libertos das vilas de Camamu, Maraú e Ilhéus. Através dessa rede de comunicação, para além das experiências em conflitos, crioulos e africanos fugitivos estabeleceram comércio, construíram redes de proteção e solidariedade.

O universo da experiência dos Quilombos do Borrachudo é a vila da Barra do Rio de Contas, uma comunidade pertencente à Comarca de Ilhéus, dedicando-se exclusivamente à produção de farinha de mandioca, atrelada ao mercado de Salvador e vilas do recôncavo baiano. Com o predomínio de pequenos plantéis de escravos e de lavradores pobres e arrendatários de terras, impossibilitados de terem acesso a compra de escravos, pelo seu alto custo, a Vila viveu, desde seus primórdios, numa fronteira tênue, entre uma economia basicamente escravista e outra com característica de produção camponesa, causando um verdadeiro embate entre os grupos envolvidos nesta grande teia de relações.

Vários arranjos sociais foram criados no decorrer do tempo, no sentido de resolver problemas com a mão-de-obra escrava local, dentre eles estão o incentivo à criação de famílias escravas e a permissão de roças para estas. O significado desses arranjos sociais poderia ser bastante distinta pelas partes envolvidas. Para os senhores, significaria uma forma de minimizar tensões e rentabilizar ao máximo sua escravaria; para os cativos poderia ser um exercício de autonomia. Eram conquistas pelas quais valeria a pena lutar quando, por ventura, houvesse qualquer tentativa de restrição por parte do senhor.

E, de fato, mecanismos de resistência foram utilizados pelos cativos da Vila no sentido de minimizar o poder senhorial. Dentre eles pode-se destacar a fuga que em alguns momentos foi empreendida em direção às matas onde existiam quilombos. Argumentar-se-á, ao longo desse texto, que a luta dos quilombolas do Borrachudo, ultrapassou o restrito círculo dos aquilombados e representou, ao mesmo tempo, uma luta mais ampla que incluía os escravos de senzalas. Quilombolas, em torno de sua

economia, e escravos, em defesa de arranjos sociais e familiares, travaram verdadeiros embates para se tornarem mais autônomos. Não foi à toa que conseguiram o apoio de escravos de vilas adjacentes à vila da Barra do Rio de Contas.

Neste estudo, busca-se apreender como africanos e crioulos, escravos e quilombolas, na condição de sujeitos de suas próprias histórias, estiveram envolvidos em conflitos, manifestaram solidariedades, sonhos e amores, que quotidianamente deram sentido às suas vidas. Assim este trabalho desviou-se das análises que, quando não essencializavam as experiências quilombolas em busca de sobrevivências africanas, compreendiam-nas como uma simples reação ao sistema escravista. Sendo assim, procurou-se trazer à baila os mecanismos dinâmicos e interativos criados por africanos e seus descendentes na consolidação de suas fronteiras. Em vez de conceber identidade como algo fechado, foram consideradas as relações entre assenzalados e setores livres das vilas de Camamu, Maraú, Ilhéus e quilombolas do Borrachudo, como um mecanismo constante de trocas culturais imprescindíveis à conformação de identidades múltiplas.

Reconhecendo as dificuldades encontradas na viabilidade de uma pesquisa dessa natureza, seja pela abordagem ou pela dispersão das fontes, privilegiou-se o cruzamento de uma variedade documental que se encontra no Arquivo Público do Estado da Bahia. São correspondências de juízes, do governo da província da Bahia, atas da câmara das vilas de Barra do Rio de Contas, Maraú, Camamu e Ilhéus, registros policiais e memórias de viajantes.

Estruturalmente a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro tem como finalidade, apresentar e discutir as principais correntes historiográficas que versaram sobre os quilombos/mocambos no Brasil, apontando avanços e recuos teórico-metodológicos presentes nessas abordagens. Em seguida sinaliza-se alguns estudos que evidenciaram a presença de comunidades de fugitivos na Bahia.

O segundo capítulo tem como objetivo contextualizar o cenário que abarcou as experiências dos Quilombos do Borrachudo, apontando o perfil socioeconômico e demográfico, as estruturas de posses de escravos, as relações entre senhores e cativos presentes na vila da Barra do Rio de Contas, em comparação às vilas de Camamu, Ilhéus e Maraú e, em certa medida, com outras realidades encontradas na Comarca de Ilhéus no período oitocentista.

Em seguida parte-se em direção aos universos sociais dos quilombos Corisco, Sabura, Santo Antônio do Bom Viver, Colégio Novo, Colégio Velho, Retiro Alegre e

Coronel[1], todos conhecidos como quilombos do Borrachudo. Nesta análise, tem-se considerado outros aspectos que envolvem a formação e permanência destes núcleos de resistências, tais como:

1. Relação dos Quilombos do Borrachudo e sociedade envolvente: conflitos entre fazendeiros e quilombolas, destes com autoridades; laços de solidariedade e conveniências envolvendo barqueiros, autoridades, escravos de senzalas, libertos etc.;
2. Organização interna: lideranças, sistema de defesa, demografia, situação geográfica;
3. Organização socioeconômica: comércio envolvendo escravos assenzalados, quilombolas, e outros agentes sociais;

Por fim, procurou-se estabelecer uma comparação entre as experiências dos quilombos do Borrachudo com outras encontradas na Comarca de Ilhéus e no Brasil oitocentista, a fim de ressaltar suas especificidades e semelhanças. Assim, dar-se-á por completo o terceiro capítulo.

[1] Na documentação analisada esse quilombo também aparece sob a designação de Giráo. Este termo segundo Antonio de Moraes (1858) significa "leito de paus, ou varas sobre forquilhas cravadas no chão, sobre o qual se põe o derribador da árvore mui grossa no pé, e com conhas."

1. A HISTORIOGRAFIA E OS QUILOMBOS: uma breve discussão teórica

> Os quilombos são o resultado da ação cotidiana de homens e mulheres, cujos nomes a História quase nunca registrou, mas que com sua ação cotidiana possibilitaram a existência dessas comunidades, pequenos núcleos de povoamento, onde a hierarquia político-militar regida e a disciplina férrea coexistiam com a solidariedade grupal (VOLPATO, 1996, p.236).

O objetivo deste capítulo é estabelecer, de maneira ampla, as interpretações que versaram sobre o protesto escravo na forma de quilombos. Para tanto, serão analisadas algumas reflexões historiográficas, desde aquelas que entenderam os quilombos como um espaço de resistência cultural de africanos e crioulos (um espaço africano nas Américas) até as interpretações mais atuais, que visualizaram as comunidades de fugitivos como resultantes de uma complexa malha de interesses, da qual faziam parte não somente os fugitivos, mas também a sociedade envolvente. Em seguida, examinam-se alguns aspectos dos quilombos no sul da Bahia, na busca de elementos que tenham conformado os processos de origem, formação e destruição dessas instituições.

O fenômeno da fuga de escravos que resultava na formação de comunidades tem constituído objeto de estudo de várias áreas do conhecimento. Há algum tempo, antropólogos, sociólogos e historiadores, cada qual com perspectivas e suportes teórico-metodológicos distintos, vêm promovendo discussões e reflexões sobre a presença de comunidades de fugitivos na América durante a vigência da escravidão. Com diferentes nomes – quilombos ou mocambos, no Brasil; palenques, na Colômbia e em Cuba; cumbes, na Venezuela; marroons, no Haiti, Jamaica, Suriname, sul dos Estados Unidos e nas ilhas do Caribe francês; grupos ou comunidades de cimarrones, em diversas partes da América espanhola – esse tipo de resistência escrava marcou a sociedade escravista pelo seu grau de complexidade e extensão.

O termo quilombo é bastante flexível e pode designar diferentes situações. Para se ter uma idéia, foi a partir da notável experiência de Palmares, a maior área quilombola das Américas dentre as experiências escravas de que se têm notícia, que o conceito passou a significar uma aglomeração de escravos fugitivos reunidos num

determinado local ermo e com táticas de defesa[2]. Em termos semânticos, segundo Kabengele Munanga (1995/1996, p. 53-63), o vocábulo quilombo/mocambo deriva da maioria das línguas de origem bantu da África Central e Centro-Ocidental e, além de significar acampamento, pode também indicar um ritual de iniciação dentre os guerreiros imbangalas, que atuavam em territórios da atual Angola. Em terras americanas, pode ainda ser definido como uma instituição transcultural que adquiriu contribuições de diferentes culturas africanas. Para João Reis (2005, p.6), abolida a escravidão, o termo quilombo passou a indicar lugares onde viviam negros, as palhoças e habitações populares, e se generalizou como sinônimo de favela nordestina.

1.1 Quilombos no Brasil: em busca de conceitos

A literatura historiográfica ligada à escravidão no Brasil tem percorrido uma longa trajetória, principalmente no que tange aos estudos sobre protestos escravos. Nesse extenso caminhar, dois esquemas interpretativos – considerados clássicos – nortearam as análises sobre a resistência escrava, incluindo principalmente aquelas produzidas sobre os quilombos. A primeira reflexão surgiu na década de 1930 sob a influência dos estudos da Antropologia Cultural e de Nina Rodrigues. A idéia de encontrar a África no Brasil, a partir de "sobrevivências" culturais africanas conduziu alguns estudiosos – dentre eles, Arthur Ramos (1942), Edison Carneiro (1947) e Roger Bastide (1974) – a conceberem o fenômeno de aquilombamento como um movimento escravo contra o processo de aculturação (GOMES, 2005; VOGT; FRY, 1996, p. 30).

Em *O Quilombo dos Palmares*, Edison Carneiro defendeu a tese de que o quilombo significava uma volta à Mãe África. Em suas palavras, o *"Quilombo dos Palmares foi um Estado negro à semelhança dos muitos que existiram na África, no século XVII"* (CARNEIRO, 1947, p. 14). O elogio ao quilombo, enquanto um reduto de africanidade e de resistência cultural, que emerge da apreciação de Carneiro, remete a uma representação de que aquela instituição foi uma continuação das estruturas culturais africanas, transplantadas de forma fidedigna no processo diaspórico. Na visão do autor, numa sociedade escravista, como fora a brasileira, o movimento de fuga e, por conseqüência, a formação de mocambos, representava uma forma significativa de

[2] Em 1740, as autoridades coloniais centradas numa política antiquilombo, passaram então a descrever como quilombo qualquer processo de aglomeração de negros fugidos "que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem achem pilões" (MOURA, 1981, p. 12)

negros escravos reafirmarem sua cultura e estilos de vida africana, uma vez que esta possibilidade de autonomia era tolhida pelo processo contínuo de aculturação a que o escravo estava submetido.

Anos mais tarde, retomando a tese sobre a resistência cultural presente na luta dos escravos, Roger Bastide compreendeu o quilombo como um guardião das culturas africanas na América sob a tutela dos escravos africanos: *"É, pois, ao marronage dos africanos "boçais", isto é, recentemente importados, que se pode atribuir a responsabilidade pela sobrevivência das civilizações africanas."* (BASTIDE, 1974, p.48) Nesta assertiva, é manifesta a idéia de que a luta quilombola era, sobretudo, uma luta empreendida pelos escravos africanos para preservar suas culturas, longe do domínio dos padrões culturais dos senhores brancos.

Estudioso das culturas e religiões "negras" nas Américas, Bastide acabou por reduzir a compreensão do mocambo a uma forma desesperada de *"adaptação do passado ao presente"* mais do que *"a criação de vidas inteiramente novas"* (p. 48), por parte dos escravizados. A idéia aqui difundida – e que foi recorrente em autores como Ramos (1942) e Carneiro (1947) – revelou que a manifestação social de resistência escrava através da formação de comunidades de fugitivos era um fenômeno contra-culturativo, responsável pela manutenção de padrões originais das culturais africanas, tais como religião, linguagem, tradições sociais.

O fato é que, as abordagens culturalistas sobre os quilombos/mocambos no Brasil, tão marcadamente expressivas nas décadas de 1930/40, surgiram num contexto em que a identidade do Brasil estava sendo rediscutida. Dentre as questões enfrentadas pela camada significativa da elite nacional, muito influenciada pelas teorias raciais do século XIX, estava o papel do negro na composição de uma nação que almejava se aproximar dos padrões de civilização européia. Vale ressaltar que, apesar de traduzir, em parte, alguns anseios da época, há nessas interpretações alguns aspectos passíveis de discussões. A primeira, refere-se à concepção de cultura apresentada, vista como estática e muitas vezes polarizada (cultura branco-européia versus cultura negro-africana), sem levar em consideração o fato de que, se havia alguma homogeneidade no que tange a cultura européia, não se pode dizer o mesmo dentre as múltiplas culturas africanas que nem, por serem negras, partilhavam os mesmos valores (ZAMPARONI, 2007). Além disso, não levava em conta os processos de reelaborações de identidades e as transformações históricas e culturais ocorridas entre estes dois pólos e os vários povos indígenas. Outro viés que emerge desses estudos, é o fato de terem compreendido

as ações dos quilombolas como formas expressivas de reafirmar valores e culturas africanas, e de não terem sido capazes de ameaçar o sistema escravista.

Associada à idéia de resistência escrava, a busca de sobrevivências culturais africanas tem sido ao longo do tempo motivo de críticas em diversos estudos. Beatriz Góis Dantas, para quem os estudos sobre a religiosidade afro-brasileira também foram marcados pela busca da pureza e das origens, alerta que

> [...] os autores que adotam essa postura metodológica implicitamente aceitam que, no Brasil, a presença de traços culturais originários da África, necessariamente, indica resistência do negro. Transformar africanismos, autenticamente, em provas de resistência é aceitar o pressuposto de que o significado dos traços culturais é determinado por sua origem, sem se atentar para o fato de que traços culturais, reais ou supostamente originários da África, podem ter significados diversos na sociologia brasileira. (DANTAS, 1988, p. 20)

Não há dúvida de que houve ampla difusão de elementos das culturas africanas na formação da cultura escrava, na formação de mocambos e, por extensão, na sociedade brasileira. Na experiência da escravidão, africanos de diferentes regiões do continente africano, vivenciaram intensas trocas culturais com nativos, mestiços e brancos. De todo modo, nessa miscigenação cultural, longe de se refugiarem por conta de uma resistência cultural ou restaurarem aspectos da vida africana na América, fugitivos ou quilombolas redefiniram suas identidades e construíram outros modelos de relações sociais e institucionais que, por sua vez, permitiram que se construíssem alianças sociais com outros segmentos da sociedade, condição *sine qua non,* para sobreviverem nas fímbrias da escravidão.

Nas décadas de 1960 e 1970, os estudos ligados à escravidão tenderam a se afastar da busca de sobrevivências africanas. Nesse contexto, como salientam Carlos Vogt e Peter Fry (1996, p. 35), a África deixou de ser um marcador epistemológico de tanta importância. As novas análises surgidas nesse período procuraram desvelar alguns problemas vivenciados pelas populações negras na condição de escravizadas e, sobretudo, na condição de trabalhador livre. A partir de noções de classe social e lutas de classe, muitos intelectuais rebateram veementemente alguns pressupostos construídos por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala,* dentre eles, a idéia de fraternidade, caráter brando, benevolente e não violento do trabalho escravo no Brasil. Procuraram, então, demonstrar o quanto a tese freyriana era elitista e escamoteava as tensões sociais vigentes no período escravocrata. Nesse sentido, um grupo de

acadêmicos, formado por historiadores e sociólogos da Escola Sociológica da USP, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e Emilia Viotti da Costa, revelaram em suas obras não apenas o caráter violento da escravidão, mas também a permanência de relações raciais desiguais no Brasil. (CHALHOUB, 1990; SLENES, 1999)

Uma vez constatado o caráter violento da escravidão, os estudos subseqüentes desvendariam os mecanismos de resistência escrava, sobretudo aqueles mais explícitos e violentos, como fugas, suicídios, rebeliões, homicídios e formação de quilombos. Clóvis Moura (1981), cujos trabalhos fundamentais se destacaram no final da década de 1950, tem sido apontado pela crítica acadêmica como um importante tradutor da rebeldia escrava, além de ter inaugurado um novo suporte teórico e político na escrita das lutas mais amplas dos trabalhadores escravizados.

Em *Rebeliões da Senzala,* Clóvis Moura (1981) apresentou uma imagem do cativo que deixava de ser coadjuvante e passava à condição de agente do processo histórico. Na visão do autor, a figura da passividade escrava cedia lugar a uma análise segundo a qual, mesmo diante de condições adversas os escravos teriam elaborado formas de enfrentamento. Tratava-se, então, de superar as tendências analíticas históricas e sociológicas, que forçosamente enquadravam a figura do escravo *"como elemento dócil, masoquista, conservador do regime, termo passivo do processo social"*. (MOURA, 1981, p. 16). Segundo essa abordagem, a emergência dos quilombos se dava tão somente como forma de reagir ao sistema escravista; pressupunha, então, uma relação de causa e efeito, uma vez que o quilombo era visto como algo inerente à escravidão. Essa possibilidade de interpretação termina por desconsiderar a riqueza de experiências dos quilombos em território brasileiro. Mocambos interagiram com os mundos da escravidão, criaram formas de apropriação e de acesso a terra, além de terem provocado gradativamente redefinições nas políticas senhoriais na medida em que a luta dos quilombolas não se distinguia da luta daqueles que continuavam no cativeiro.

Ao historiar o protesto escravo negro, nas suas mais variadas formas e mecanismos de luta, Clóvis Moura não visualizou tal protesto enquanto uma ação política "consciente" dos cativos. Para ele,

> (...) ainda que fornecendo ingredientes políticos para o movimento, apesar de que todas as formas assumidas pelas tensões sociais, expressas no comportamento de escravo, propiciaram o substrato social para a ação dos abolicionistas, é inegável que a atuação daquele não teve nem pode adquirir imediatamente caráter político. Nota-se, contudo, que não teve, mas assumiu

> configuração política. Por intermédio de homens livres que organizam ou lideram o abolicionismo, o comportamento do cativo acaba adquirindo uma significação política. (MOURA, 1981, p. 55)

Nessa perspectiva somente quando as lutas dos cativos se inseriram no bojo das lutas abolicionistas e/ou foram lideradas ou organizadas por elementos de outras classes sociais, é que passaram a ter uma configuração política. Desse modo, o sentido político das manifestações de resistência escrava se dava apenas como forma de negação ao sistema escravista, desconsiderando as modificações sociais e históricas presentes na luta da escravaria. Reconhece-se, portanto, que a luta escrava a caminho da liberdade ocorreu de maneira gradual, incluindo construções de redes de sociabilidade e solidariedade entre escravos, fugitivos e outros agentes da sociedade mais ampla. Outros estudiosos como José Alípio Goulart (1972) e Décio Freitas (1983) estudaram as ações de rebeldia coletiva em forma de aquilombamento, mas também naturalizaram a presença dessas manifestações coletivas no sistema escravista.

Contrapondo-se à tese da suavidade do escravismo brasileiro, as abordagens nascidas no seio da Escola Paulista e aquelas que procuraram explicitar as formas de resistência, resultaram por criar vários estereótipos a respeito dos cativos. Na primeira situação, o escravo aparece coisificado, objetiva e socialmente; na segunda situação, emerge a figura do cativo rebelado (o fugitivo, o quilombola, o rebelde, mas sem autoconsciência). A implicação dessas análises em relação às ações escravas se assenta, então, no engessamento das práticas socioculturais dos cativos, das formas de enfrentamento e dos espaços de negociações construídos na labuta quotidiana da escravidão.

Revendo as correntes interpretativas da resistência escrava, Flávio Gomes argumenta que

> [...] para essas duas correntes, o aquilombamento como forma de luta aparecia como um processo social que se dava fora da sociedade escravista. Posto que a escravidão era um mundo marcado pela violência, que "coisificava" socialmente o escravo, foi no quilombo, enfim, num mundo fora da escravidão, que os escravos resistiram (cultural e materialmente) de fato à dominação. Enfim, só dessa maneira os escravos puderam se tornar sujeitos de sua própria história. (GOMES, 2003, p. 126)

Desse modo, nas concepções historiográficas esboçadas acima os estudiosos tenderam a perceber os quilombos como espaços de resistência, ora cultural, ora material. Com efeito, surge dessas interpretações a imagem de um quilombo isolado, na marginalidade, que garantiria aos escravizados compartilhar de signos e significados,

notadamente africanos, como forma de reação à política senhorial. Se de um lado, essas correntes historiográficas contribuíram para rebater a imagem mítica de uma sociedade escravista orientada por valores benignos e amenos, entre senhores e escravos, por outro lado, limitou as formas de entender a resistência, fazendo emergir uma visão "palmarina", idealizada e uniforme de quilombo que não dá conta de explicar um fenômeno mais amplo e complexo que assumiu formas, significados e importância variáveis no tempo e espaço.

1.2 Novos caminhos na historiografia: o quilombo revisitado

Os anos de 1980 e 1990 demarcam um importante período para a historiografia brasileira no que diz respeito à temática da escravidão. No bojo das discussões do Centenário da Abolição, novas direções foram tomadas no sentido de se desviar das análises estruturalistas que, quando não excluíam, engessavam as experiências escravas. Dava-se por iniciado o processo de desvitimização do escravo. Intermediada por novas posturas metodológicas, tal como o uso de um diálogo crítico entre a teoria e as fontes, essa nova história da escravidão procurou revelar as ações de seres humanos, procurando romper com alguns mitos que colocavam os escravos ora como coisas, como vítimas do sistema, ora como rebeldes sem lógicas próprias.

Fruto dos desdobramentos teóricos e políticos das análises do marxismo de Edward Thompson, nesses estudos foram incluídas as atividades econômicas dos escravos, a sua inserção na economia geral, assim como a flexibilidade do escravismo, seja no âmbito rural ou urbano, a partir de negociações e/ou acordo tecidos quotidianamente entre senhores e escravos. Essas novas abordagens, na opinião de Silvia Hunold Lara, caminham no sentido de que

> A "inclusão dos excluídos" vem acompanhada, necessariamente, de uma nova abordagem na análise da relação senhor-escravo. Ao tratarmos da escravidão e das relações entre senhores e escravos, tanto quanto tratarmos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambigüidades. (LARA, 1995, p. 5)

Em vez de procurar reminiscências africanas na cultura escrava, a nova historiografia da escravidão interrogou por que alguns aspectos das culturas africanas

foram mantidos e outros descartados na diáspora. Também se preocupou em analisar de que maneira esses aspectos contribuíram na construção de um modelo de resistência escrava. (REIS; SILVA, 1989; CHALHOUB, 1990; SLENES, 1999). Um dos pontos principais dessa nova História da Escravidão foi a ampliação do conceito de resistência que passou a abarcar todas as estratégias e os mecanismos de lutas escravas no contexto da escravidão brasileira. No intuito de perceber essas estratégias cotidianas de negros escravos, livres e libertos, em *Negociação e conflito,* de João José Reis e Eduardo Silva (1989), argumenta-se que as ações dos escravizados eram orientadas muito mais pela arte da negociação do que pela da rebeldia. A tese central desses autores é de que os atos daqueles sujeitos não eram assinalados apenas e exclusivamente pelas resistências abertas, nem tampouco produtores de atitudes conformadoras de dois tipos de cativos – o rebelde e o acomodado. Ao contrário, tais práticas coexistiram nas experiências dos escravos e eram vivenciadas a depender do contexto. Assim,

> O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Vencido no campo de batalha, o rebelde retornava ao trabalho disciplinado dos campos de cana ou café e a partir dali forcejava os limites da escravidão em negociações sem fim, às vezes bem, às vezes mal sucedidas. (REIS & SILVA, 1989, p. 7).

Nesse reexame da resistência escrava, o tema da formação de comunidades de fugitivos foi revisto a partir das múltiplas experiências dos sujeitos. Os historiadores tenderam a abandonar os mitos dicotômicos que ora colocavam os quilombos como fenômeno de resistência cultural, ora como forma de reação dos cativos às práticas coercitivas do cativeiro. As análises sobre as comunidades de escravos fugitivos vêm sendo redimensionadas no sentido de trazer à tona aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos que envolviam a sua formação e permanência no contexto da escravidão. (SOUZA, 1990; GOMES, 1995; 2003; 2005; 2006; PRICE, 1996)

Dentre esses novos estudos destacam-se, inicialmente, aqueles que sublinharam a complexa rede estabelecida entre os quilombolas e os diversos grupos da sociedade com os quais os fugitivos mantinham relações. Para além de uma suposta marginalização e de uma resistência desenfreada, os mocambos ou quilombos que surgiram de norte a sul do continente americano constantemente construíram espaços de diálogo com os universos da escravidão. Entre conflito e negociação, fugitivos aquilombados conseguiram manter trocas mercantis, dinamizaram as economias locais, construíram cenários sociais e acabaram fazendo alianças – muitas vezes circunstanciais

– com escravos, forros, negros livres, brancos e nativos. Com essa rede de apoio, trabalhavam, negociavam alimentos, munições, e conseguiam também informações sobre os avanços de tropas punitivas.

A imagem do quilombo isolado no meio do mato, auto-suficiente e na marginalização, tal como teria posto a historiografia até a década de 1970, é algo que não tem base empírica nas investigações. É preciso reconhecer que a dinâmica de construção das comunidades de fugitivos era bastante complexa e, por que não dizer paradoxal. Quilombolas, ao mesmo tempo que precisavam se manter escondidos, por causa das investidas de tropas repressoras, constantemente circulavam em roças, fazendas, senzalas e nas cidades. Este trânsito dos fugitivos nos espaços da zona rural e também urbano é um aspecto interessante para se repensar a mobilidade escrava, uma vez que esta tem sido refletida a partir das experiências dos cativos das cidades.

Laura de Mello e Souza (1990), investigando o período aurífero de Minas Gerais, enfocou o surgimento de pequenos mocambos perto das vilas, onde quilombolas, em vez de se isolar no sertão, mantinham freqüentes e diversas relações comerciais com a população livre e pobre das vilas. Essas relações se davam principalmente com forros, com quem formavam uma rede de comunicação para a troca do que produziam e para obterem informações acerca das possíveis movimentações que poderiam resultar em repressão aos quilombos pelas autoridades.

Estudando as organizações socioeconômicas construídas ao longo do século XIX por grupos de escravos fugitivos da região de Iguaçu, no Rio de Janeiro, Gomes (1996) analisa o surgimento e a permanência desses grupos a partir da construção de uma longa rede de ligações envolvendo quilombolas, vendeiros, taberneiros, escravos, envolvidos no comércio de madeiras na Corte do Rio de Janeiro. Para designar essa longa e complexa cadeia de relações, o autor denominou-a de “campo negro”. Esta categoria, por sua vez, marca a edificação de um espaço econômico, social, geográfico e cultural no qual transitavam quilombolas e outros agentes da sociedade. Entre estes segmentos mantinham-se “laços de conveniência” para a sobrevivência nas fronteiras da escravidão e além delas, como uma forma de conseguir burlá-las e torná-las mais tênues e porosas, facilitando e/ou possibilitando assim o vaivém de todos os envolvidos nas diferentes formas de transações.

Compostos de múltiplas faces, os quilombos representaram uma forma de resistência bastante ambígua, marcando de certa forma os limites da negociação. Em diversos momentos e lugares, quilombolas promoveram assaltos às fazendas e vilas,

assediaram escravos de senzalas vizinhas, criando um clima de pavor na classe senhorial e nas autoridades. Nesse sentido, o quilombo em sua trajetória histórica ganharia feições de revolta, pois, como bem enfatiza Reis (1995-1996, p. 16), *"a existência do quilombo e, sobretudo sua defesa militar e incursões em território inimigo podem ser consideradas revolta."* Embora contenham características tão distintas, o quilombo e a revolta poderiam manter sutis e perigosas relações.

É inegável a capacidade de articulação política dos quilombolas, assim como suas percepções sobre o melhor momento para ações mais efetivas nos lugares em que se estabeleceram. Num estudo sobre os quilombos na região amazônica, Gomes (1996) coloca em debate o escravo como ser político e as suas mais variadas formas de resistência. O autor destaca que mesmo dispondo de poucos recursos políticos os escravos souberam se aproveitar das dissensões dos poderosos. Mais do que isso, estavam a par do que ocorria em nível regional, nacional e internacional, tendo percepções e leituras próprias dessas conjunturas. Essa abordagem se diferencia daquelas que representavam as revoltas, as fugas e a formação de quilombos necessariamente como resultado das influências de idéias importadas. Gomes diz que é preciso que se pense não nas possibilidades de influências externas nas ações desses sujeitos *"mas sim da circulação, da interpretação e dos significados em torno delas"* (1995/1996, p. 48).

Na linha de perscrutar os significados do protesto escravo sob a forma de aquilombamentos e analisando as experiências históricas de quilombolas em vários contextos, ainda Gomes (1995/1996) constatou a coexistência de diversos tipos de mocambos: os de caráter mais reivindicatório e os que conseguiram constituir comunidades independentes, com atividades econômicas. Para o autor, as experiências dos escravos no cativeiro em torno do cultivo das roças e o acesso ao comércio informal serviram de base para a conformação de um padrão econômico bastante diversificado e compartilhado entre quilombolas, escravos e outros personagens que acabaram fazendo parte desse campesinato negro. Nesse sentido, em vez de "parasitária", a economia de alguns quilombos *"podia ser complexa, adaptando-se aos diversos contextos socioeconômicos e demográficos"* (GOMES, 1995, p. 33). Schwartz (2001), por sua vez, chama atenção para o caráter subsidiário da economia quilombola, mostrando que *"raros eram os casos de mocambos que se tornassem auto-suficientes"* (2001, p.228)

Estes novos estudos sobre os quilombos no Brasil vêm mostrando as múltiplas experiências dos quilombolas em face da escravidão, não obstante esses avanços, outras questões que dizem respeito diretamente aos quilombolas se encontram veladas. Dentre elas, podemos citar a organização interna dos quilombos, as maneiras como os habitantes dos mocambos se autodenominavam, as visões que tinham da escravidão e da liberdade, que práticas culturais e religiosas orientavam suas rotinas de vida. Longe de ser um empecilho para o pesquisador, mergulhar nos meandros da escravidão tem sido um grande desafio. Além de seguir pistas e indícios, trata-se de ir além daquilo que a documentação fornece e, nesse trajeto, ainda vale redefinir fontes e produzir novos instrumentos de pesquisa, como bem assinala Gomes:

> Não é só a questão de encontrar os quilombos na documentação. Eles estiveram sempre lá e foram inúmeros. Nossa proposta de estudo tem sido mergulhar nos universos em que viveram os quilombolas e se formaram os quilombos. Tentamos escapar às armadilhas analíticas sobre os quilombos que enfatizam o eixo da sua formação-destruição (GOMES, 2005, p. 32).

1.3 Os estudos sobre comunidades de fugitivos na Bahia

Na Bahia, leia-se Salvador e, por extensão o Recôncavo Baiano, os estudos dedicados à resistência escrava sob a nova perspectiva da história da escravidão, ampliaram-se a partir do último quartel do século XX. Esses recentes estudos vêm propondo um reexame de alguns aspectos da rebeldia escrava, principalmente aquela expressa através das fugas, formações de mocambos e das revoltas que assolaram a Bahia entre 1807 e 1835 (REIS, 2003; SCHWARTZ, 2003).

Para Stuart Schwartz (2001), que fez um levantamento parcial dos quilombos baianos entre os séculos XVII e XIX, a Bahia possuía características que favoreceram a formação e a propagação de quilombos e mocambos, dentre elas, a de ser *"um dos principais terminais do tráfico atlântico de escravos e uma importante zona agrícola durante toda sua história"*, (p.222-223) além de possuir uma geografia e ecologia bastante receptiva que permitiram mais proteção aos quilombolas. Desde longa data, os quilombos pontilharam em locais próximos a centros populacionais e áreas de exploração agrícola como, por exemplo, no Recôncavo Baiano – onde predominava grandes e médios plantéis de escravos e de propriedade, lavouras ligadas à exportação –, e áreas produtoras de alimentos, onde as condições sociodemográficas diferiam e muito

da anterior, pela dimensão diminuta dos plantéis de escravos, e pela produção agrícola. (BARICKMAN, 2003; REIS, 2003; SCHWARTZ, 2003).

Uma forte tradição de formação de mocambos e quilombos – embora variando em extensão, configuração e intensidade – compuseram o cenário da Bahia colonial e imperial. Essa incidência inclinou Flávio Gomes a concluir que *"o recôncavo rebelde descrito por João Reis nas primeiras décadas do século XIX, era até o final do XVIII, um recôncavo quilombola"* (2005, p.15). Nos anos de 1774, 1796 e 1807, causaram impactos em Salvador e região suburbana, mas já antes, em 1614, quilombos haviam aparecido no Sertão e, em 1687, causaram problemas em Rio Real e Inhambuque.

A existência de grupos fugitivos em torno da cidade de Salvador e longe dela era de conhecimento dos poderes públicos e privados. Os jornais comumente noticiavam a existência deles, o que provocava medo e apreensão na sociedade baiana. Em 1825, o jornal *Grito da Razão* sinalizava a presença de quilombos e, com tom de advertência, denunciava:

> [...] sabemos de muitos quilombos actualmente formados fora da cidade, a saber: nos Máres, Bate Folha, estrada do Rio Vermelho, Campo Seco, Cabula etc. e até nos afirmou huma pessoa digna de credito, existirem nestes quilombos armas de fogo, lanças e outros instrumentos: dê-se quanto antes exata busca para que o mal não vá grassando, temos a tropa que faz a Policia, que até hoje não tem descansado; para empregar toda energia a fim de desfeitar a tal negraria. (*GRITO DA RAZÃO*, 16/02/1825, p. 3)

Eram diversas as estratégias dos quilombolas para sobreviverem nas franjas da sociedade escravista. Na mesma medida, concorreram os esforços para destruição dos quilombos. Nessas práticas repressivas, além da participação da figura dos capitães-do-mato e de milícias, foi muito comum a mobilização, por parte das autoridades, de populações indígenas. Sobre este aspecto, diz Schwartz que:

> [...] O uso militar dos índios domesticados era comum na composição das equipes de patrulha de carregadores e de auxiliares usados nas tropas durante as campanhas de reconhecimento dos redutos quilombolas, por vezes chamados de mocambos. Virtualmente todas as comunidades quilombolas seriam atacadas e destruídas com a ajuda dos indígenas sob o comando dos portugueses. (SCHWARTZ, 2003, p. 23)

Na Bahia, tal prática foi generalizada. Em vários momentos, senhores de engenho juntamente com autoridades promoveram remoções de grupos indígenas em direção ao interior, como forma de impedir levantes de escravos negros e indígenas. Através desse tipo de estratégia, em 1763, foi destruído o mocambo do Buraco do Tatu,

em Itapuã. De igual modo, em 1806, o Quilombo do Oitizeiro, em Vila da Barra do Rio de Contas, foi desestruturado por uma tropa formada por 50 índios Kiriri, da aldeia de Pedra Branca. Entretanto, a historiografia tem mostrado que as relações afro-indígenas não foram apenas construídas a partir de conflitos. Frutos de uma política ambígua, indígenas e quilombolas, foram perseguidos em áreas do interior da colônia, fato que os colocavam em proximidade em termo de vivências e de práticas de resistência. Na Bahia no século XVI, tem-se o exemplo de uma religião sincrética chamada de Santidade, surgida no sul da Bahia e que contou com a adesão de índios, brancos e negros africanos. No século XVIII, muitas informações davam conta da existência de comunicação entre mocambos e grupos indígenas na Comarca de Ilhéus, Rio de Contas e Jacobina, tornando explícito para as autoridades a existência desses contatos (SCHWARTZ, 1988; GOMES, 2005).

Na Bahia do século XVIII e parte do XIX, as características da população escrava, em sua maioria africana, causada pelo impacto do tráfico negreiro, puderam, em certa medida, ter influenciado nos padrões de enfrentamento de quilombolas, assim como, no aumento de fugas e formação de mocambos e quilombos em várias regiões. Aspectos econômicos e políticos poderiam não apenas influenciar nas táticas dos quilombolas como em práticas repressivas (SCHWARTZ: 1988; 2001; GOMES, 2005). Foi exatamente no período de aumento do preço dos escravos que as repressões aos quilombos foram intensificadas.

Pesquisas sobre a resistência escrava têm apontado uma significativa presença de quilombos e mocambos no Sul da Bahia (vide tabela1). Segundo Stuart Schwartz (1988) nessa região isto parecia ser um problema extremamente grave para as autoridades. Superando os distritos açucareiros do Recôncavo – onde os padrões das lavouras, plantéis de escravos e as exigências de trabalhos eram maiores –, os locais que mais experimentaram a formação de mocambos foram os distritos sulinos de Cairu, Camamu, Ilhéus e Barra do Rio de Contas. O autor aponta que vários fatores contribuíram para tal incidência: a situação militar instável da região por conta da distância e da falta de apoio da capital da província, no caso Salvador; a condição fronteiriça da região; os ataques de índios hostis, como por exemplo, os Aimorés. Tudo isso teria contribuído para que as experiências de fugas e formação de grupos fugitivos tivessem êxito.

Mary Ann Mahony (2001) examinando a Vila de Ilhéus e seu termo durante o século XIX, verificou algumas formas de resistência escrava. Estas variavam desde o

controle de natalidade, como abortos e infanticídios, até a organização de fugas. A autora afirma que nas primeiras décadas do século XIX muitos quilombos foram encontrados e destruídos.

Tabela 1 - Lista parcial dos quilombos e mocambos no Sul da Bahia

DATA	LOCAL	NOME
1692	Camamu	Desconhecido
1699	Cairu	Desconhecido
1733	Canavieiras	Desconhecido
1736	Barra do Rio de Contas	Desconhecido
1789	Ilhéus	Santana
1807	Barra do Rio de Contas	Oitizeiro
1821-1828	Ilhéus	Santana
1833	Camamu	*Quicerá
1833	Camamu	*Piedade
1835	Barra do Rio de Contas	*Colégio Novo
1835		*Santo Antonio do Bom Viver
		*Sabura
		* Retiro Alegre
		*Corisco
1835	Barra do Rio de Contas	*Coronel
1835	Barra do Rio de Contas	*Colégio Velho

Fontes: PEDREIRA (1973); REIS (1996); SCHWARTZ (2001). Nesta tabela acrescentamos quilombos identificados por nossas pesquisas em fontes manuscritas da Sessão Judiciária do Arquivo Público da Bahia.

Alguns estudos procuraram demonstrar a presença de formas de produção camponesa forjada no cativeiro e compartilhada por quilombolas e outros setores livres da sociedade sul-baiana. Seguindo as orientações teóricas de Sidney Mintz alguns historiadores têm procurado mergulhar nas experiências diversas de cativos, quilombos e comunidades de senzalas no sentido de demonstrar as práticas econômicas que possibilitaram um grau de autonomia desses setores. Em várias regiões do Brasil e áreas do Caribe, escravos com produtos de suas roças e quilombolas procuraram se estabelecer comerciando seus excedentes (GOMES, 2006; BARICKMAN, 2003;).

Nesse contexto, o surgimento de um campesinato negro deve ser pensado à luz das experiências concretas de sujeitos num dado momento e circunstância histórica em vez de ser tomado como categorias analíticas, um tanto estáticas. Estas considerações levam à constatação de que os escravos e, por extensão, os quilombolas, longe de procurarem os quilombos como um espaço apenas abrigo após a fuga, criaram formas

de interagir com os mundos da escravidão. Igualmente, tais estudos fornecem elementos para refletir as formas de ocupação de terra por grupos de fugitivos.

2. ECONOMIA, SOCIEDADE E ESCRAVIDÃO NA VILA DA BARRA DO RIO DE CONTAS.

> "Doze léguas ao Norte da Vila de Ilhéus faz barra no mar o rio de Contas, nome que lhe foi imposto por um acontecimento que por tradição antiga chega aos nossos tempos, e vem a ser que passando dois missionários a pregar o Evangelho, e chegou à margem daquele rio viram na outra margem grande multidão de Gentios, e então disse um ao outro: Hoje, meu irmão, neste Rio iremos a Contas; e por este dito, conserva ate hoje o nome de Rio de Contas. (APEB, Cartas de Vilhena, Tomo II, maço 626-5, p. 203).

Pretende-se neste capítulo contextualizar o cenário que abarcou as experiências dos Quilombos do Borrachudo, apontando o perfil socioeconômico e demográfico, as relações entre senhores e cativos presentes na vila da Barra do Rio de Contas, em comparação às vilas de Camamu, Ilhéus e Maraú e, em certa medida, com outras realidades encontradas na Comarca de Ilhéus no período oitocentista.

2.1. O Cenário

Localizada próximo à desembocadura do Rio de Contas, a vila de São José da Barra do Rio de Contas, atual Itacaré, foi fundada em 26 de janeiro de 1732, sob a ordem da Condessa Dona Ana Maria de Ataíde de Castro, vice-encomendadeira do Real Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Lisboa e da Ordem Militar de Aviz. Nesse período, foram registrados centros de povoamento entre a foz do Itacaré, e três léguas acima do rio, no sítio denominado Maramambegra. A freguesia (divisão eclesiástica) da Vila era São Miguel da Barra do Rio de Contas, que, ao lado das freguesias de Nossa Senhora de Assunção de Camamu e São Sebastião do Maraú compunham o território das *"doze léguas de terras"* doadas por Mem de Sá aos jesuítas do Colégio da Bahia, em 1562, e cuja sede se estabelecia no Convento de Nossa Senhora da Piedade, em Salvador (CAMPOS, 2006).

Cercada de morros, a Vila limitava-se ao sul com Ilhéus pelo rio Sargi, e ao norte com Maraú através do rio Mahaú (vide mapa 1). Mas com essa configuração geográfica, pretende-se saber como, de fato, Barra do Rio de Contas mantinha comunicação com as demais localidades em termos de passagens terrestres, marítimas ou fluviais. Caso o viajante quisesse, a partir da Vila, seguir viagem em direção a Ilhéus, partia-se pela *"costa até ao Cajueiro; podia-se também subir em canoa os rios*

Fundão e da Esperança, até a foz Itaípe, onde se desembarcava, rumando daí ao dito lugar;" Outra trilha prosseguia do Cajueiro, percorrendo os rios Tijuípe e Jeribucassú. Estes funcionavam como veias naturais de ligação à Serra Grande, por onde se caminhava até a cachoeira do Engenho e de lá se chegava à Barra.[3]

Partindo em direção ao norte da Vila, seguia-se para Maraú, fazendo o seguinte roteiro:

> Por uma mata de ¾ de légua, por estrada larga por mim preparada, a sair a costa do mar, caminhando 3 léguas por ela, a topar o rio, que banha a povoação de Barra, que tomou o nome de rio de Contas, ou se navega em canoas por 2 léguas, desembarcando na passagem, e prosseguindo 1 légua por campos entre matos carrasquenhos até a margem daquele rio, onde foi posta uma canoa para dar passagem ao lado oposto onde é fundada a povoação e vila da Barra do Rio de Contas. (ZORZO, 2007, p. 171)

No interior de Barra do Rio de Contas, as vias de comunicação se estendiam pelas margens do rio até seu eixo-limite navegável chamado de "os Funis", onde se localizava o porto de Acaris. Deste porto para o sul da Vila, a navegação era possível, não obstante às dificuldades impostas pelas sucessivas correntezas. Outros portos também se destacavam na intermediação entre os Funis e a foz do Contas, como o da Pancada e o de Serra d´Água, *"onde já chegam lanchas a tomar farinhas",* conforme registrou Vilhena no final do século XVIII.[4]

Embora seja difícil precisar os limites entre o mundo rural e o universo mais urbanizado da Vila, os registros de viajantes apontaram Cachoeira e Tacaré como os pontos principais de concentração populacional. Nestas localidades, homens livres, senhores e escravos eram absorvidos em distintas atividades: a marinharia, cortes de madeira e, sobretudo a lavoura de mandioca e a produção da aguardente foram as que mais se sobressaíram. Neste sub-tópico objetivou-se a dar uma visão panorâmica dos aspectos geográficos e físico de Barra do Rio de Contas e suas imediações, seguindo critérios, jurídico e político, inerentes à divisão de um território. A questão é que o espaço não é algo morto e sim dinâmico. Nele se concentra parte das aspirações e

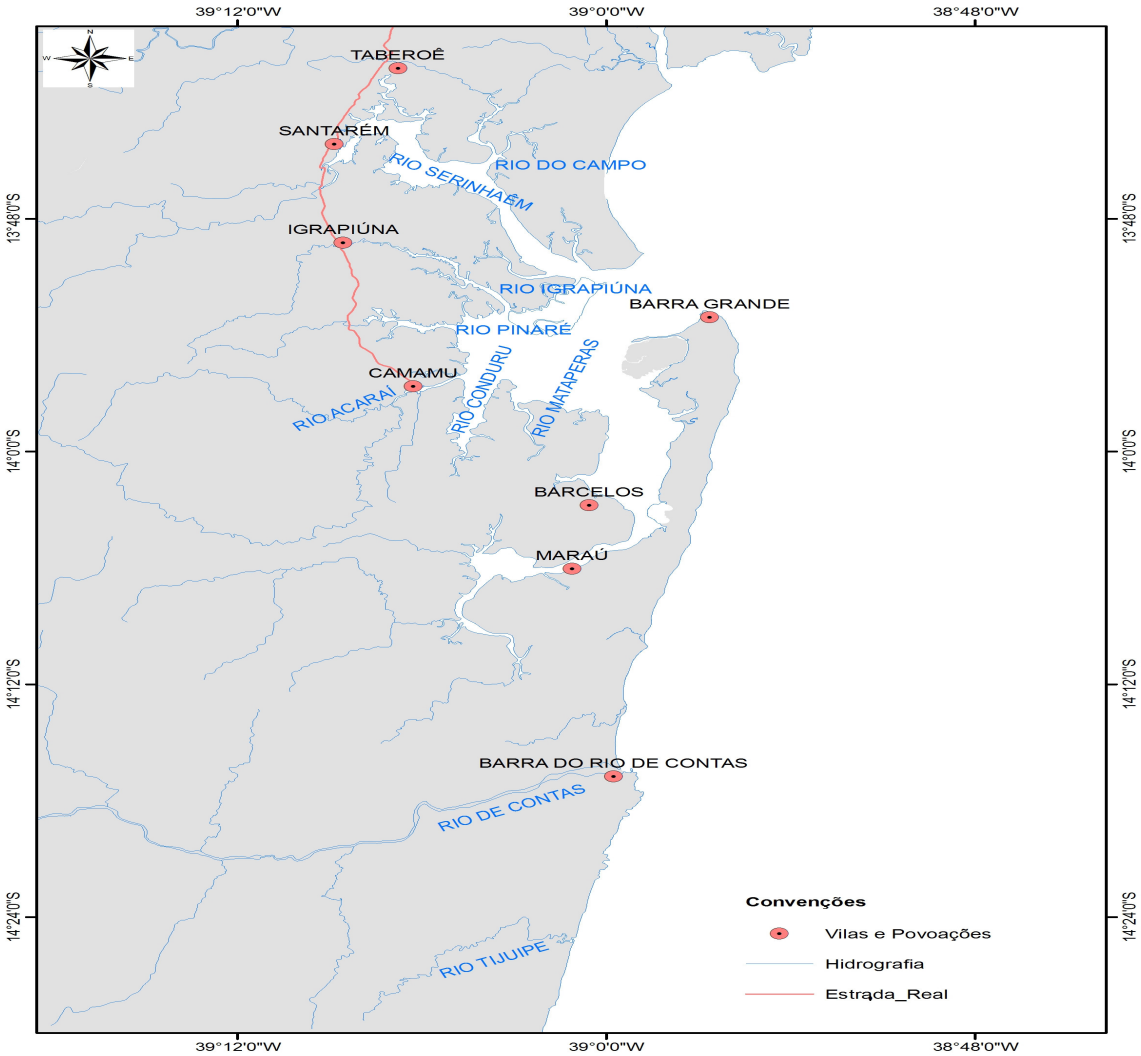
---

[3] Toma-se como referência para o roteiro o "Relatório de Balthazar da Silva Lisboa ao Príncipe Regente". Estes e outros documentos escritos pelo juiz, desembargador e ouvidor Lisboa revelam aspectos socioeconômicos, sistemas viários, dentre outros aspectos, no interior da Comarca de Ilhéus, entre 1761 e 1840. Para fins deste trabalho, utiliza-se a versão documental já publicada em: ZORZO, Francisco Antonio. "Relatório de Balthazar da Silva Lisboa": apresentação (e notas): o Caminho da Costa do Mar. In: NEVES, E. F; MIGUEL, A.(orgs). **Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Salvador: Arcádia, 2007, pp.147-200.

[4] Vilhena também registrou nesse período nas margens do rio de Contas, especificamente que a uma distância de 4 léguas de Barra, o aldeamento de Nossa Senhora do Remédio dos índios Guerens, o qual já não existia no início do século XIX. Vilhena, op.cit, p.204.

sonhos dos indivíduos, assim como o surgimento de relações sociais marcadamente hierarquizas por diferentes critérios, quais sejam, pela condição jurídica, classe, raça e gênero. Estes podem ser aspectos que gravitam em torno do uso e das diferentes apropriações efetuadas pelos atores sociais, na relação com o território, em distintos contextos. Essa assertiva ganha sentido na experiência dos quilombolas do Borrachudo, nas margens do Rio de Contas.

MAPA 1: VILAS DE CAMAMU, MARAÚ E BARRA DO RIO DE CONTAS (XIX)



Fonte: DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – IFCH, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p.354.

Na sessão seguinte, espera-se esclarecer como africanos e crioulos, apropriaram-se de uma geografia marcada por morros, florestas, rios e mangues, e

como, através destes, projetaram formas de uso da terra, exploração de recursos naturais, táticas de defesa e redes de sociabilidade com pessoas de outras vilas.

2.2 O rio, o mar e as florestas: vestígios de uma geografia escrava e quilombola

Num oficio enviado ao Presidente da Província, em 1835, o juiz de Maraú Manuel Pereira mencionava, dentre outras coisas, os rios Maraú e Piracanga como vias naturais de fuga de escravos, oriundos de diversas partes da Comarca de Ilhéus. Mas não foi só isso. Aproveitou a autoridade para explicitar os meios utilizados na efetivação das fugas: lanchas e canoas. Na manhã de 13 de março de 1834, fugitivos quilombolas foram acusados de ter invadido a fazenda de Antonio de Villas Boas e, na fuga utilizaram a lancha do lavrador José Pacífico de Jesus. Na documentação analisada, tanto do judiciário quanto do legislativo, as autoridades recorrentemente citavam, em suas correspondências, a presença do rio, mar e florestas como vias de fuga dos insurretos do Borrachudo. Esses elementos ecológicos, como se verá com mais detalhe no capítulo seguinte, serviram também para prover de alimentos não apenas o seguimento escravo como também os livres da Vila .

As terras ocupadas pelos mocambos Corisco, Sabura, Coronel, Santo Antônio do Bom Viver, Colégio Novo, Colégio Velho e Retiro Alegre se estendiam desde o distrito de Cachoeira até às margens do Rio de Contas.[5] Registros de ocupações de grupos de escravos fugitivos, precedentes ao Borrachudo desvendam um território palco de diversas experiências quilombolas. Este histórico de ocupação pode ser explicado, em parte, pelo escasso povoamento dessa região e a presença de uma ecologia favorável aos fugitivos. Outras questões podem esclarecer ainda mais. Os quilombolas estavam inseridos num complexo territorial que fora designado, sobretudo, para a lavoura de mandioca, desde o período dos jesuítas do Colégio da Bahia. Aqui encontra-se uma conexão importante para se explicar o nome sugerido aos mocambos Colégio Novo e Colégio Velho.

[5] Atualmente, esse território constitui boa parte da zona rural de Itacaré. Destacam-se as comunidades de Toco Preto, Pancada Grande, Serra D'Água, Aldeia, Rua de Palha, Cajueiro e Pau Grande. Essas comunidades, algumas, inclusive, reconhecidas como quilombolas, vivem da produção de mandioca e outros produtos agrícolas escoados, através de canoas e barcos e, vendidos nas feiras da Comarca e do distrito de Itacaré, aos sábados e domingos.

A presença de escravos de diversas partes da Comarca nos mocambos do Borrachudo evidencia uma experiência escrava que extrapolava a jurisdição de Barra do Rio de Contas. E isto foi uma constante, se levados em consideração três episódios. Em 1806, escravos de Camamu, Maraú e Cairu compuseram o Quilombo do Oitizeiro, nas margens do rio de Contas; em 1824, a Câmara de Barra sinalizava para as autoridades da sede da Comarca e da capital da província, sobre a atuação de um bando de escravos fugitivos *"oriundos de diversas partes da Comarca de Ilhéus (Norte e Sul")* (APEB, maço1254); em 1828, o juiz ordinário da vila de São Jorge dos Ilhéus, registrou a fuga de 34 escravos do Engenho de Santana e de outros escravos de Camamu, que, caminhavam em direção ao grande quilombo que se formou no interior das matas de Barra do Rio de Contas (CAMPOS, 2006). A sucessão de episódios desse tipo permite que se suponha um grau de envolvimento da escravatura local, decorrido da vivência comum do cativeiro. Deve-se salientar que o contingente escravo da Comarca estava, em sua maioria, envolvido na produção de alimentos, principalmente, a farinha de mandioca. Os momentos de escassez desse produto na capital da província, implicava numa carga horária extenuante de trabalho para os cativos do sul da Bahia.

Com efeito, no decorrer do tempo, delineou-se uma territorialidade negra, escrava e quilombola, também compartilhado por livres, que, por certo, acabou borrando as fronteiras político-administrativa da Comarca de Ilhéus. Isto se concretizou a partir da longa relação socioeconômica estabelecida pelas vilas, principalmente, àquelas constituídas por Camamu, Maraú e Barra do Rio de Contas. Dias (2007) baseando-se nos depoimentos do desembargador Navarro e do ouvidor Balthazar da Silva Lisboa, constatou o surgimento de uma rede urbana envolvendo a população das três freguesias. Diz o autor que

> O porto de Camamu era a referência para o escoamento da produção das populações das freguesias de Camamu e Maraú. Da vila de Barra do Rio de Contas, por sua vez, seguia para Salvador a farinha e o arroz produzidos pelos lavradores das margens daquele rio. (DIAS, 2007, p, 340)

O trânsito de pessoas e mercadorias impulsionado pela dinâmica desses espaços econômicos favoreceu não apenas a mobilidade escrava como proporcionou construções de laços de solidariedade, familiar e comercial entre os cativos das Vilas supracitadas. Remetendo-se à realidade do Borrachudo verificou-se, no decorrer da leitura documental, uma dinâmica social entre seus habitantes e o universo citadino de

Ilhéus, provavelmente, decorrentes de práticas econômicas e relações sócio-afetivas estabelecidas naquela localidade. É ilustrativo o caso de Fortunato:

> Havendo-se recolhido do Quilombo do Borrachudo (já pelo receio da entrada das Tropas) o escravo Fortunato, do Tenente Coronel Manuel Martins de Lima, e tendo-lhe eu requisitado a prestarmos para Guia da Expedição, a bem de salvá-la das armadilhas dispostas pelos negros (...) (APEB, Juízes, Barra do Rio de Contas, cx. 744, maço 2246)

Sabe-se que, o pedido feito pelo comandante das tropas, o alferes Sá, não foi atendido pelo ex-residente do Borrachudo. Mais quais seriam os motivos atrelados à desobediência do cativo, que, poderia naquela circunstância ganhar algumas vantagens, inclusive, a pena amenizada, ao denunciar seus ex-companheiros de vida quilombola? Desconhece-se como Fortunato conseguiu se sair das malhas do comandante, já que pesava sobre ele denúncias de crimes. As fontes, apesar de reticentes, apontam indiretamente o motivo iminente de tal recusa: questões econômicas. Presume-se que, Fortunato, juntamente com Bernardo, Victoriano, Ignácio, Mariano, Miguel, e a escrava Florinda, estes últimos, cativos de Ilhéus, fizessem uma ponte de ligação entre quilombolas e àqueles interessados em seus produtos. Em geral, assenzalados, quilombolas e libertos eram tanto consumidores quanto vendedores de produtos diversos. Não foi mencionado na documentação o que Fortunato mercadejava em Ilhéus, mas sabe-se que era *"clandestino"*. O que faz supor que fazia o comércio de utensílios roubados e/ou produzidos nos quilombos, tais como farinha de mandioca, frutas e verduras. Outra questão suscita-se a partir da experiência de Fortunato: onde, de fato, se realizava, em Ilhéus, esse comércio?

Elenca-se, de imediato, às feiras formadas no Termo da Vila de São Jorge dos Ilhéus. Nesses espaços, os escravos vendiam produtos agrícolas cultivados em suas roças, além de utensílios domésticos. Fortunato, assim como outros residentes do Borrachudo, provavelmente devem ter lançado mão desse expediente para fazer circular a produção. Contudo, as feiras não obedecem apenas a critérios econômicos. Nesses locais de sociabilidades, escravos e quilombolas encontravam-se com parentes e amigos, e assim, renovavam-se os laços de amizade e solidariedade, os quais eram acionados em momentos de extrema necessidade (MAHONY, 2001).

Não obstante as parcas evidências documentais, constatou-se vestígios dos espaços de vivências dos negros do Borrachudo. De fato, esta territorialidade que abarcou vilas e setores sociais diversos estava assentada nas experiências de trabalho

dos escravos e das relações econômicas estabelecidas entre as localidades de Barra do Rio de Contas, Maraú, Camamu e Ilhéus.

2.3 Os atores sociais e a trama

Quando os viajantes estrangeiros Von Martius, Von Spix, e o padre Aires do Cazal registraram suas impressões a respeito da Vila de Barra do Rio de Contas, no século XIX, não se eximiram de tecer comentários a respeito da riqueza da fauna e flora, dos costumes dos nativos e da baixa densidade populacional. Sobre este último aspecto têm-se as seguintes informações: os dados demográficos revelam que o número de habitantes era bem reduzido se comparado com as outras vilas da mesma região, apenas superando a vila de Maraú, com seus 2.000 habitantes. Residiam em Barra e seu Termo, na segunda metade do século XVIII, 1.648 habitantes, expandindo-se para 3.000, na primeira década do século XIX.

Tabela 2: Vilas, povoações, aldeias e população das freguesias de Barra do Rio de Contas, Camamu e Maraú, 1758-1818.

Ano	Freguesia	Vila	Povoação, aldeia, localidade	População
1758	São Miguel da vila de São José da Barra do Rio de Contas	Barra do Rio de Contas		239 fogos e 1648 almas (freguesia)
1818	Barra do Rio de Contas	Barra do Rio de Contas	Funis	3.000 hab.
1758	N. S. da Assunção do Camamu	Camamu		232 fogos e 2.180 almas (freguesia) 16 casais (paiaiás)
1818	Camamu	Camamu		6.000 hab.
1758	São Sebastião do Maraú	Maráu		183 fogos e 1823 almas (freguesia), 86 casais tupiniquins
1818	Maraú	Maraú		2.000 hab.(maior parte de mulatos)

Fonte: DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial**. 2007. 424f. Tese (Doutorado em História Social) – I FCH, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007, pp.350-353; Vilhena,op. cit. p.204

O padrão de ocupação do solo de Barra do Rio de Contas se dava através da posse ou do arrendamento, o qual, segundo Vilhena se destinava *"unicamente na*

cultura de mandioca, e algum pouco de arroz". As lavouras, por sua vez, espalhavam-se pelas margens do Rio de Contas, de modo que as roças ultrapassavam em extensão às das outras vilas da Comarca de Ilhéus, variando entre 50 e 80 mil covas (VILHENA, 1758).

Ao longo dos períodos, colonial e imperial, esta parte da Bahia especializou-se na produção de farinha de mandioca e, Barra do Rio de Contas parece ter sido a mais dedicada nessa cultura agrícola. Em 1799, Camamu com uma população maior conseguiu produzir apenas um terço a mais que a sobredita Vila. (vide tabela 3). Esta quase "vocação" estava atrelada às inúmeras medidas vexatórias empregadas pelo governo, que obrigava lavradores a cultivar mandioca no intuito de corrigir os problemas de desabastecimento de gêneros alimentícios em razão da crescente população do Recôncavo e Salvador. Parte dessa produção também foi exportada para a Costa de África e alimentava as muitas frotas e comboios do comércio negreiro entre Portugal e o continente africano (CAMPOS, 2006; REIS, 1996; SCHWARTZ, 1988).

Tabela 3: Produção de farinha nas vilas de Barra do Rio de Contas, Camamu, Maraú e Ilhéus, 1785-1865

Vila ou município	Ano	Alqueires de farinha
Barra do Rio de Contas	1799	30.000
Barra do Rio de Contas	1866	100.000
Camamu	1799	40.000
Camamu	1860	110.000
Ilhéus	1864	2.656
Ilhéus	1865	4.466
Maraú	1799	4.000
Total de alqueires		291.122

Fonte: BARICKMAN, 2001. Os valores totais de alqueires constituem as remessas enviadas de farinha de mandioca à cidade da Bahia, Salvador.

Esta configuração agrária imposta, não passou despercebida pelo viajante Manuel Aires do Cazal que fez o seguinte comentário:

> O povo é obrigado pela câmara com certas penas a cultivar a quantidade de pés de mandioca, que se lhe prescreve a proporção dos escravos, que cada lavrador possui o que faz sair daqui grande número de embarcações com farinha para a capital (SALES, 1996, p. 63-4).

O perfil agrário assumido pelas vilas da Comarca de Ilhéus conduziu alguns historiadores a pensar num possível processo de estagnação da economia dessa região. Em geral, Ilhéus, tanto na condição de Capitania quanto de Comarca, foi tida como uma

região na qual a economia de exportação não tinha logrado êxito. Os argumentos levantados para explicar tal falta de sorte incidiam em vários aspectos, como a ausência de boa administração, insuficiência de mão-de-obra, a resistência indígena, além das sucessivas epidemias que assolaram os poucos engenhos de açúcar existentes. Movimentando-se na contramão desse discurso, Marcelo Henrique Dias (2007) argumentou que esses mesmos problemas foram vividos por diversos territórios do império colonial português e cita o exemplo do Recôncavo Baiano, que, após vivenciar uma onda de epidemia, no século XVII, teve sua mão-de-obra nativa reduzida, e logo reposta por peças de África. E o autor questiona: por que processo similar não ocorreu na região de Ilhéus, quando, no mesmo período, viviam-se os mesmos infortúnios causados pela epidemia?

Dias (2007) discute que esse relativo desinteresse da administração central em não incentivar a indústria do açúcar nessa região estava baseado numa,

> (...) política agrícola estratégica pragmática da parte da administração colonial, voltada a manter nas terras da capitania a predominância das lavouras de abastecimento – sobretudo a de mandioca – como garantia primordial para a manutenção da ordem na capital e no seu entorno produtivo (DIAS, 2007, p. 12) .

As sucessivas orientações enviadas à Barra do Rio de Contas e as demais vilas da Comarca de Ilhéus, obrigando os lavradores a cultivar somente produtos de subsistência revela explicitamente que esse suposto contrato entre economia de abastecimento e de exportação não era, de todo modo, resultante de um consenso. Esta tensão ficou evidente a partir do século XVIII quando os lavradores de mandioca passaram a plantar café, fumo, cana-de-açúcar e cacau, dedicando-se a culturas mais rentáveis. As autoridades de Salvador e os senhores do Recôncavo logo temeram uma irregularidade do abastecimento da farinha de mandioca o que, no entanto, não veio a ocorrer. Barickman (2003) ao examinar as vilas de Camamu, Ilhéus, Maraú e Barra do Rio de Contas, entre 1785 e 1865, concluiu que a inserção de produtos ligados à exportação, nessas localidades, não inibiu o crescimento da economia de abastecimento (vide tabela 3). Foi nesse contexto de produção de alimentos que se despontou Barra do Rio de Contas.

Se a estrutura da propriedade e do padrão de posse de escravos dependia do uso que se fazia da terra, como assinala alguns historiadores, a vila de Barra se enquadra muito bem nos exemplos encontrados no Brasil. Caracterizava-se pelo predomínio do pequeno agricultor e um reduzido número de escravos. Em geral, esse padrão era

extensivo a outras partes da Comarca de Ilhéus, com possíveis variações de escravos entre propriedades (DIAS, 2007; SCHWARTZ: 1988).

Com as feições de posse mais modestas, Mahony (2001) encontrou a vila de Ilhéus, no período de ascensão do cacau, durante o século XIX. Utilizando os registros de batismos, inventários e documentos notariais, a autora constatou que os maiores plantéis com mais de trinta escravos pertenciam às famílias da elite açucareira do Recôncavo, dentre elas as famílias Sá, Cerqueira Lima e Gallo. Estas, por sua vez, garantiam a compra de cativos através do comércio regional e com a África. Isso mesmo! Quando o tráfico de africanos sofreu sua ruptura pós-1830 e a política inglesa se esforçava para impedi-lo, senhores de Ilhéus davam continuidade *"ao escandaloso e ilícito tráfico de escravos"*, como bem ressaltou um residente na época. Não obstante as possibilidades favoráveis de se obter mão-de-obra através do tráfico clandestino, senhores de Ilhéus e seus pares da região, com padrões de posse mais modestos, variando entre 1 e 18 escravos, tinham problemas na obtenção de mão-de-obra, tentando solucioná-lo com a reprodução natural e, insistentemente, com a compra de cativos brasileiros, através do tráfico interprovincial (CAMPOS, 2006, p.356; MAHONY, 2001).

Em Barra do Rio de Contas, em 1819, a importância dos escravos e de seu desabastecimento ficou evidente no desabafo de um residente

> O nosso hospedeiro que, como escrivão da câmara, se julga competente em assuntos de economia nacional, queixou-se da falta de cuidado no fornecimento de escravos baratos para os colonos. Na sua opinião, seria de interesse para o governo adiantar aos recém vindo de Portugal esses capitais vivos, pois como brancos deviam ter o direito de não lavrar a terra, com as próprias mãos. Procurou convencer-nos de que os habitantes, sob pena de morrerem de fome, eram forçados ao trabalho exclusivo da pesca, visto como, segundo a letra da lei, não podiam ocupar-se da agricultura, senão proporcionalmente ao número de escravos, que, aliás, não possuíam. (MARTIUS & SPIX, 1916, p. 103-152).

Infelizmente, não há dados mais substanciais e amplos sobre o perfil dos senhores desta Vila, nas primeiras décadas do século XIX. Contudo, utilizar-se-á, aqui, como base de análise a relação dos senhores que tiveram subtraídos seus plantéis de escravos, um mecanismo que, por certo, fornecerá uma idéia da natureza da escravidão nessa localidade (vide tabela 4).

Tabela 4. Perfil dos senhores e o número de escravos fugidos.

Senhor	Condição social/civil	Escravos fugidos
José Gonçalves Ribeiro	Lavrador	01
José da Costa	Lavrador	01
Joana de Tal	-	01
Rafael Jose Setúbal	Tenente/ proprietário de engenho/lavrador	03
Manuel Martins de Lima	Tenente-coronel/ proprietário de engenho	04
Felix Fragoso	Lavrador	01
Alexandre de Villas Boas	Lavrador	01
Ana de Magalhães	-	02
João Martins de Lima	Juiz/lavrador	03
Agostinho Ramires da Rocha	Lavrador	01
José Tavares	-	02
Mathias Cardoso da Fonseca	Lavrador	01
Herdeiros de José Narciso	-	04
Félix José de Lemos	Lavrador	01
Estevão Pereira Nobre	Capitão-mor/proprietário	04
José Francisco Mendes	Sargento-mor/ proprietário	01
Theodosio José Pinto	-	01
Florência de tal	-	01
João Ignácio Tavares	-	01
José Jacinto	Sargento-mor	01
Bonifácio José Pinto	-	01
João Lourenço	Proprietário do Engenho Serra D' Água	02

Fonte: APEB, maço 2246

Constatou-se que num universo constituído por proprietários e proprietárias de escravos, 81,8% se dedicavam totalmente à agricultura, 18,2% se dividiam entre a atividade militar e a pequena lavoura. Por certo, um exame detalhado dos inventários dos senhores, evidenciaria o poder de inserção desses sujeitos no circuito escravista, mas, lamentavelmente, não foi possível encontrá-los. Sabe-se através das atas de eleições, que os ditos proprietários, tiveram ampla inserção na Vila na condição de vereadores e juízes. Na sessão extraordinária realizada na Câmara de Barra, em 5 de julho de 1833, foi registrado em ata, os nomes de João Martins de Lima e seu irmão Manuel, Estevão Pereira Nobre e Rafael José Setúbal como sujeitos que assumiram as funções de juiz ordinário, juiz de paz, vereador e presidente da Câmara. Apesar dessa relativa inserção social e de poder, é evidente que a fuga de um ou mais escravos de uma mesma propriedade deve ter provocado alguns inconvenientes para esses senhores, como, por exemplo, a redução do ritmo de trabalho e, por conseguinte, o nível de produção (APEB, maço 1254).

Estes transtornos, certamente já eram reflexos das tensões vivenciadas entre escravos e senhores, e acirrada pela aproximação social involuntária. Com o perfil do

pequeno agricultor, muitos senhores trabalharam juntamente com seus escravos. Nesse universo social da roça, as diferenças sociais e jurídicas tendiam a evidenciar-se com mais freqüência e reivindicações em torno de direitos e deveres, de ambas as partes, acabariam por conformar, ao longo do tempo, um campo de força no qual a escravaria soube muito bem se aproveitar.

De cabedais limitados, lavradores de mandioca de Barra e adjacências, tiveram sérios problemas para alimentar e manter sob controle seus escravos. Isto suscitou, no interior da Comarca, o surgimento de vários incentivos, como o estímulo à família escrava e o acesso às roças de subsistência. Esta instituição parece ter encontrado grande difusão entre os proprietários de escravos. O comentário das irmãs Abreu, em Ilhéus, no período oitocentista, esclarece, em parte, esse fenômeno

> [..] todo mundo sabe que os senhores de engenho e lavradores de todos os tipos permitem mesmo aos seus próprios escravos que plantem coisas que são deles, que cuidem de suas plantações em dias certos e determinados, com as quais [eles] até mesmo se alimentam." (MAHONY: 2001, p.101).

Por isso, argumenta João Reis (1996) que nas regiões produtoras de mandioca, como a Comarca de Ilhéus, a instituição das roças foram mais significativas e manteve estreita ligação com o fenômeno de acoitamento de escravos. De certa forma, os escravos acabaram criando expectativas em torno das roças, incluindo possibilidades de alforrias, de construção de famílias, enfim, um grau maior de autonomia (REIS: 1996).[6] A resistência escrava em torno das roças foi examinada por Maria Helena Machado (1987). Neste trabalho analisou a alta taxa de criminalidade envolvendo cativos de São Paulo e concluiu que um dos principais motivos de crimes praticados pelos escravos contra senhores estavam diretamente ligados à questão do acesso às roças e do direito de comercialização de sua produção (MACHADO, 1987).

A vivência em torno da roça, por certo, não ficou alheia á realidade dos escravos fugitivos do Borrachudo. São da própria vila de Barra, os exemplos mais disponíveis. Em 1806, os escravos de Agostinho Ramires da Rocha, o pardo Joaquim e o crioulo Pedro, possuíam entre 6 e 7 mil covas de mandioca plantadas em suas roças; Gonçalo, escravo de Ignácio Félix tinha em sua roça 6 mil covas de mandioca. Tratavam-se de valores de produção, muito acima do necessário para o consumo desses escravos, o que revela certo grau de autonomia, expressivamente experimentada, ao que

[6] Vide discussão sobre roças escravas, no interior dos engenhos do Recôncavo baiano em: BARICKMAN, B.. J. 2003, p. 107-116; SCHWARTZ. S. 2001, p. 105-115; FRAGA, 2006.

parece, por escravos nascidos no Brasil[7]. Isto suscita, no mínimo, uma leve indagação sobre o perfil étnico-demográfico da população escrava de Barra do Rio de Contas.

Os dados obtidos dos perfis dos presos do Borrachudo e os exemplos encontrados na Vila revelam uma população escrava formada por crioulos, pardos, cabras e mulatos, ou seja, escravos nascidos no Brasil e, assim permaneceu ao longo do século XIX. Mas a documentação também expôs uma participação de africanos, o que demonstra relativo poder de capitalização dos senhores, provavelmente em decorrência da expansão dos mandiocais e da inserção de outras culturas, dentre elas, o cacau, café e algodão. O boom comercial vivido nas últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX no interior da Comarca de Ilhéus parece ter permitido uma inserção mais ou menos regular de africanos, mas não o suficiente para superar a população de escravos nascidos no Brasil.

Configuração semelhante ocorreu em Ilhéus. Entre os anos de 1840 e 1880 constatou-se que 55,6% dos escravos eram brasileiros, 14,9%, de origem africana, enquanto 29,5% de origem não indicada. Esta conformação perdurou-se ao longo do século XIX, pois, os dados do censo de 1872 esclarecem que a escravaria do local estava claramente dividida entre 14,1% de africanos e 85,8% de brasileiros (MAHONY, 2001, p. 101).

2.4 O prenúncio de um drama

Por volta de 1830, uma onda de saques, arrombamentos e reivindicações populares marcou a Província da Bahia. Era reflexo de uma conjuntura econômica e política pouco convidativa aos setores mais frágeis da estrutura social. Uma crescente mão-de-obra livre, bem como, pobres, escravos e setores militarizados da sociedade baiana criaram diversos mecanismos de resistência para enfrentarem um Estado que só produzia desigualdades. O clima de medo e de incertezas que se generalizou no Recôncavo e Salvador, certamente pairava em Barra do Rio de Contas. Nesta sessão, pretende-se explorar o reflexo dessa conjuntura na experiência de escravos e pessoas livres dessa localidade.

[7] APEB, Quilombos, 1806, maço 572-2. "Traslado da Devassa que por Ordem do Illmo. e Exmo. Snr. Conde da Ponte, Governador e Capitão General da Capitania procedeo o Dr. Dezembargador Ouvidor Geral da Comarca Domingos Ferreira Maciel contra os que acoitão, e tem refugiado no Oitizeiro negros fugidos."

Desde o final do século XVIII, a agricultura tinha se expandido nessa Vila. A presença de um mercado faminto por gêneros de primeira necessidade, como o de Salvador e do Recôncavo, na década de 1830, provavelmente, deve ter criado expectativas diversas nos diversos setores da comunidade. Para os lavradores pobres, traduzia-se na expansão de suas terras e o aumento do poder aquisitivo; para os escravos, as esperanças eram diversas e deve ter recaído, sobretudo em relação às roças, não apenas como fonte de subsistência, mas como veículo para adentrar num mercado bastante promissor; o de alimentos. Desse contexto, poderiam advir para os escravos, possibilidades reais de autocontrole sobre suas vidas.

Entretanto, observando sob outra ótica, as mesmas contradições da economia que possibilitaram uma expansão da agricultura na Vila, devem ter criado diversos inconvenientes tanto para senhores como para seus escravos. Sendo estes o elo mais frágil dessa estrutura, possivelmente pode ter ocorrido um aumento na carga de trabalho que lhes era exigida, ou até mesmo impedindo-os de terem acesso sobre as roças. Os senhores, provavelmente, viveram momentos de extrema concorrência em busca de mais terra e mão-de-obra escrava. Neste cenário de contradições, a fuga para os quilombos do Borrachudo se tornou algo sedutor para os escravos de Barra do Rio de Contas e adjacências.

Paralelamente às questões econômicas e das relações entre senhores e escravos, outros fatores concorreram para facilitar as fugas e a formação dos mocambos do Borrachudo. Destaca-se, inicialmente, o antilusitanismo. Em 28 de junho de 1831, um clima anti-português causou a expulsão de Manuel José de Araújo Paiva, José da Cunha, e Manuel José de Souza, do Termo da Vila. Segundo a cópia da ata da Câmara enviada ao Presidente da Província, na manhã de junho, reuniu-se o povo e a tropa, e, gritando em altas vozes, exigia das autoridades a saída desses três portugueses.

> [...] excitaram os ânimos dos habitantes desta vila contra os portugueses a ponto que todos se levantaram contra, e pretenderam até atacarem as casas de alguns portugueses considerados (com verdade) malvados, e inimigos do Brasil, durante esta desordem. (APEB, Atas da Câmara, Barra do Rio de Contas, cx 744, maço 1254)

Neste trecho, vê-se, nitidamente, como os ditos portugueses não eram bem-vindos ali. Naquela ocasião, Manuel José de Souza e José da Cunha foram acusados de terem pegado em armas contra as tropas brasileiras e de não respeitarem a Constituição do Império. Em algumas situações essa intolerância em relação aos portugueses partiu de militares. No ano de 1825, o tenente-coronel Manuel Martins, seus escravos e alguns

sargentos adentraram o Termo da Vila e promoveram ataques a portugueses que ali residiam, uma ação que, indubitavelmente, contribuiu para construir uma atmosfera de sedição militar. Em Maraú, esse fenômeno teve expressivamente, as participações de escravos e de tropas.

Esses motins antilusitanos não ficaram apenas circunscritos à Comarca de Ilhéus tendo se espalhado por todo o Império. Uma mistura de sentimentos conflituosos marcou a sociedade brasileira no período pós-independência; ressentimentos contra os portugueses faziam emergir conteúdos de natureza racial (brancos versus negros), de classe (senhor e escravos) e de nacionalidade (português e brasileiro). Nessas ocasiões em que os homens brancos estavam divididos, os escravos tiraram proveito e empreenderam fugas. Leitura atenta dessa conjuntura fez o africano Miguel, morador de Camamu. Aproveitando-se dos saques que ocorreram às altas horas da madrugada na venda do português Antonio José, o escravo procurou se desvencilhar das amarras de sua senhora Tereza de Jesus, partindo em direção à vila Maraú .[8]

Outros problemas despontaram na vila de Barra do Rio de Contas. Um documento expedido pelas autoridades à capital da província manifestou as agruras vividas pelos lavradores e a comunidade em geral. Uma grande invasão de moedas falsas colaborou para que muitos comerciantes tivessem suas expectativas de compras malogradas, uma vez que, os lavradores *"que se incumbe dos gêneros de primeira necessidade se repugnam a receber moeda por não saber diferenciar a falsa da verdadeira"*[9]. Para tornar a situação mais agravante, apareceram no cenário comercial, os atravessadores de peixes e gêneros de primeira necessidade, sobre os quais, as autoridades locais exigiam medidas providenciais, por parte do Presidente da Província.

Acrescia-se à desestabilização social, uma série de saques, arrombamentos às propriedades de roceiros protagonizados por escravos fugitivos de diversas partes da Comarca de Ilhéus. Estes, por sua vez, faziam razias em busca, sobretudo, de alimentos, práticas que denunciam o grau de deterioração das condições materiais da escravaria naquele contexto de muita carestia.

Demonstrações sucessivas de incursões de escravos fugitivos em propriedades cooperaram para criar um clima de medo entre fazendeiros e roceiros, que, àquela altura não descartariam a possibilidade de revoltas escravas. Fatos deste tipo não vieram a

[8] Para visualizar o fenômeno antilusitanismo e outras manifestações de rebeldia dos setores livres e escravizados, vide: BARICKMAN, 2001; REIS, 2003;
[9] APEB, judiciário, Barra do Rio de Contas, cx 744, maço 2246. Documento expedido ao Presidente da Província em: 24/04/1832.

ocorrer, mas, por certo, muitos senhores de Barra do Rio de Contas, devem ter ouvido falar das insurreições promovidas por escravos de Salvador e do Recôncavo baiano. Também tiveram conhecimento das histórias de grupos de fugitivos quilombolas que andavam atacando os roceiros de Camamu, entre 1827 e 1837. Num ofício expedido, em 7 de outubro de 1835, por Arcângelo Ferreira Borges, juiz municipal de Camamu, ficou patente o coeficiente de propagação tanto de fugitivos quanto de aquilombados e a constância desse fenômeno.

> Sim Excelentíssimo Senhor não é oculto de Vossa Excelência, que as matas centrais, contíguas a esta Vila estão há muito contaminadas de negros fugidos e aquilombados que de dia em dia tem aumentado pela comunicação de alguns habitantes, que inconsideravelmente lhes dão apoio; e agora mais que nunca amedrontados pela notícia da entrada sobre o quilombo das matas da Vila da Barra do Rio de Contas: como aquela criminosa franqueza se tenha reproduzido com ela tem recrescido uma tal licenciosa liberdade que as autoridades com notório garbo assaz impunemente desobedecidos com manifesto abuso das leis em vigor, sem o menor recurso de punição penal pelo terror de que estão possuídos, mormente pela falta de cadeia, e de oficiais de justiça, que além de poucos velhos, enervado, estes mesmos se ousam possuídos de tal apatia a ponto de se negarem as diligências e mandados de justiça com pretexto de moléstia, e outros motivos supostos para se escoarem a sua execução por isso que esta Vila sem o menor vislumbre de policia, e até mesmo carecendo das rondas noturnas determinadas pelo Excelentíssimo Ex-Presidente Antecessor de Vossa Excelência o que tudo tem motivado alguns insultos, feitos, sem a devida satisfação e alguns cidadãos pacíficos desta Vila além de outros males, que nos estarão eminentes se melhor escrutados pela sábia perspicácia de Vossa Excelência, não forem prevenidos, como nos é mister e que já não estão a meu alcance puder preveni-los (APEB, juízes, Camamu, maço 2298, doc. 07/10/1835).

Em meio a rumores, rebeliões e à ineficácia dos instrumentos coercitivos, muitos senhores de Barra abandonaram suas propriedades à procura de lugares mais seguros para se estabelecer. Sem dúvida, essa gama de problemas estruturais, impediu a regularidade de envios de produtos alimentícios à capital baiana, sobretudo a farinha de mandioca, pois desde,

> (...) final do período colonial, a farinha chegava a Salvador de quatro áreas principais: de Sergipe, que, além de farinha e milho, remetia também o açúcar produzido por seus mais de cem engenhos; da pouco povoada Comarca de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia; das vilas litorâneas da Comarca de Ilhéus, logo ao sul do Recôncavo; e das vilas do sul do Recôncavo, Maragogipe e Jaguaripe (incluindo a freguesia de Nazaré das Farinhas), que em razão da proximidade de Salvador, constituíam a área mais importante para o abastecimento do mercado baiano (BARICKMAN, 2003, p. 132).

Nas décadas de 20 e 30 do século XIX, vila da Barra do Rio de Contas viveu momentos de tumultos e de divisões entre os segmentos livres da população. Quebra-

quebra, motins anti-portugueses, expansão da agricultura, sedição militar, são alguns dos episódios que possibilitaram brechas no sistema, facilitando as fugas de escravos. O evento mais importante desse período foi à ascensão do Borrachudo, cuja formação e destruição estiveram estreitamente ligadas às mudanças da história política e social da Bahia como um todo.

3. QUILOMBOS DO BORRACHUDO NO CONTEXTO DA BAHIA OITOCENTISTA

Mergulham mocambos
Nos mangues molhados
Moleques mulatos
Vêm vê-los passar[10]

Durante as primeiras décadas do século XIX, a província baiana vivenciou muitas revoltas escravas. Além da conjuntura política instável do Império brasileiro, alguns fatores, tais como a expansão da economia de exportação – principalmente, a canavieira –, o aumento da demanda de trabalho cativo, a intensificação do tráfico de escravos e as crises de abastecimento de *"gêneros de primeiras necessidades"* têm sido apontados pela historiografia como relevantes, quando relacionados não apenas à continuidade da resistência escrava - seja esta, através de fugas, revoltas ou quilombos -, mas também à sua intensificação (REIS, 2003; SCHWARTZ, 1996).

Conseqüência imediata da expansão agrícola, o aumento da população cativa africana produziu alguns efeitos colaterais sem precedentes na história baiana. Acrescenta-se o poder de mobilização política da escravaria, que já incluía nas suas práticas de resistência a articulação entre rebeldes citadinos e quilombos espalhados nas imediações de Salvador e do Recôncavo. É o que pode ser verificado em pelo menos três eventos das ondas de conspirações e revoltas que precederam a Revolta dos Malês.

O primeiro episódio ocorreu em fevereiro de 1814. Quilombolas situados nos limites urbanos de Salvador associaram-se a escravos das armações pesqueiras de baleia, em Itapuã; o segundo episódio, ocorrido no mesmo período, tratou-se de uma conspiração envolvendo quilombolas suburbanos e cantos de trabalho, em Salvador, sob a liderança de escravos haussás; em 1826, fugitivos reunidos no quilombo do urubú procurando aliar-se a cativos rebeldes da cidade de Salvador pretendiam mobilizar a escravaria urbana no contexto da festa de Natal (REIS, 2003; SCHWARTZ, 1996).

Considerada como desfecho do ciclo de rebeldias que marcou a Bahia Oitocentista, a Revolta dos Malês[11] se manteve numa posição de destaque e apreensão

[10] Trecho da música "Azulão", autoria de Jayme Ovalle e Manoel Bandeira.
[11] A Revolta dos Malês, ocorrida em janeiro de 1835, em Salvador, foi um levante escravo que contou com a participação de africanos muçulmanos, na sua maioria nagôs, incluindo ainda haussás, tapas, jejes e uma minoria de crioulos. Um dos trabalhos mais completos sobre essa revolta é *Rebelião Escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*, de João José Reis. Articulando identidade étnica,

por parte das autoridades e da população que temiam uma insurreição geral da escravatura. Em meio aos receios e boatos, a possibilidade real de que isso pudesse ocorrer forneceu elementos para que as autoridades baianas tomassem medidas preventivas a fim de coibir a emergência do *"fenômeno haitiano"* em terras brasílicas.

Mapa 2. A PROVÍNCIA DA BAHIA EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Fonte: BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 37.

religiosa e classe, elementos vistos como inconciliáveis para alguns, Reis consegue resgatar uma das histórias de insubordinação escrava, que, juntamente com a história haitiana, marcaram durante um longo tempo, a memória das classes dominantes da Bahia, da corte e no exterior. Vide REIS (2003).

3.1 A Comarca de Ilhéus e seus mocambos

Enquanto em Salvador e Recôncavo a rebeldia era marcada principalmente pela grande presença de cativos africanos, geralmente através de revoltas organizadas a partir de filiações étnicas, no sul da Bahia, a face rebelde da escravaria significou a continuidade de uma prática de formação de mocambos/quilombos iniciada em séculos precedentes. As vilas que mais experimentaram a incidência dessas instituições foram os distritos sulinos de Camamu, Ilhéus, Cairu e Barra do Rio de Contas (vide mapa 1).

> Nas matas de Cairu, de Camamu, Rio de Contas e de Ilhéus nunca deixaram de existir tais coiós de escravos fugidos, apesar de, por muitas vezes, serem eles destruídos e aprisionados os seus moradores. Logo se refaziam, e entravam os negros de novo a apavorar as vilas, fazendas, engenhos e roças. Nas matas do distrito de Barra do Rio de Contas existia agora, por alturas do ano retrocitado, grande número de quilombolas, que emparceirados com desertores andavam hostilizando os moradores dos lugares mais ermos, assaltando os viandantes, e os escravos (CAMPOS, 2006, p. 217).

Nessas localidades, o problema parecia incomumente grave, superando até os distritos açucareiros do Recôncavo com seus plantéis de médio e grande porte e com maiores exigências de trabalho, vistas como propulsoras de resistência escrava. Diversas expedições foram enviadas para a região sul-baiana, como as de 1663, 1692, 1697, 1723, 1806 e 1835, a fim de destruir e/ou exterminar as atividades de comunidades de fugitivos. De fato, esse número é significativo e sugere a dificuldade de tal empreitada.

Paralelamente ao crescimento e a proliferação de mocambos na Comarca de Ilhéus, foram organizadas políticas voltadas à construção de um aparato policial-militar, datado do final do século XVII, cujo objetivo era o de combater e perseguir escravos fugidos. Essas ações coincidiram com o desfecho das atividades expedicionárias de paulistas que dispersaram os índios do sertão da capitania aos quais os quilombolas algumas vezes poderiam pedir apoio e proteção. Em Camamu, esse aparato pode ter se iniciado em 1669, quando a Câmara emitiu um documento pedindo ao Governo Geral a criação de uma *"Companhia de mulatos forros, mamelucos, mestiços e índios"* com o intuito de combater *"gentios bravos"* e mocambos. Na vila de São Jorge dos Ilhéus foi criado, em 1696, o posto de *"Capitão-mor das entradas dos mocambos e negros*

fugidos", que sinalizava explicitamente a presença de fugitivos e quilombos nos arredores da vila e a intenção de dar-lhes combate.[12]

À medida que aumentava o número de escravos fugidos e de mocambos, vários postos de combate e repressão foram criados e cartas-patentes emitidas. Ainda assim, na prática efetiva esse aparato repressor parecia muito mais constituir uma *"Militância de bobagem. Os Corpos, os terços ou regimentos só existiam em nome, em esboço; sem sombra de disciplina, se conseguiam alguns soldados, nas sedes das vilas. Simples pretexto para nomeação de oficiais"* (CAMPOS, 2006, p. 276-277).

Apesar das medidas de repressão, os quilombos continuaram a pontilhar em diversas partes da comarca. Em 1692, Camamu foi atacada por fugitivos aquilombados, causando pânico em toda a região. Esse levante contou com a participação de mais ou menos cem negros e foi liderado por cinco mulatos, que adentraram a cidade, mataram alguns homens brancos, seqüestraram mulheres e crianças e fizeram várias pilhagens nas roças. Lara de Melo dos Santos concluiu que fatores conjunturais e específicos à região podem ter criado condições favoráveis para o levante, tais como: *"permanente instabilidade militar na região, além de rotineiras desavenças entre proprietários locais – opondo jesuítas e lavradores pelo controle e uso dos índios e das terras e o aumento do trabalho escravo"* (SANTOS, 2004, p. 92).

A década de 1820 parece ter sido um momento propício para as fugas e formação de novos mocambos, pois notícias a respeito destes eram constantemente direcionadas à capital da província. Em 1827, a câmara de Camamu, argumentando em defesa dos interesses de lavradores e da comunidade em geral, informava sobre o *"eminente perigo de ser invadido por bando de escravos fugidos, aquilombados nas matas desta vila"* e a necessidade premente de armas para combatê-los. Neste documento, enviado ao governador, também era explicitada a ocorrência de insultos, roubos e mortes perpetrados pelos quilombolas a alguns residentes daquela vila. O lavrador e capitão-mor Arcângelo teria tido sua fazenda saqueada e vivenciado confrontos físicos com os fugitivos, o senhor Manuel Ferreira Borges, da vila de Santarém, teria tido 14 de seus escravos em fuga, José Fascio, de Camamu, 12 escravos fugidos, e na mesma vila, as outras fugas podiam variar entre três e quatro. Como a Câmara não obteve auxílio do governo, as autoridades locais teriam arregimentado, na

[12] Estes e outros aspectos relacionados ao surgimento de aparelhos de repressão com o intuito de coibir e perseguir escravos fugitivos e quilombos, na Comarca de Ilhéus, podem ser encontrados no seguinte documento: APEB**,** Ordens Régias, v. 4, 1696–1697, doc. 50, 19.11. 1696.

Comarca de Ilhéus, um grupo de sessenta homens conduzidos por um oficial miliciano para o combate aos quilombos, na mata. Os poucos registros dessa expedição afirmam que *"alguns* [fugitivos] *procuraram a casa de seus senhores, e por algum tempo cessaram os roubos e as mortes"*. Assim, *"não durou, porém, muito a dispersão dos fugitivos: eles se congregam: o quilombo se povoa e torna um asilo",* conforme opinavam os vereadores de Camamu. Nesse sentido, a documentação acaba sinalizando a pouca eficiência da repressão, uma vez que, com seus ritmos, direções e estratégias próprias de resistência, os quilombos subsistiam e podiam ampliar suas formas de organização.[13]

Para além de considerar a dinâmica, a intensidade e a extensão desses quilombos, não se pode subestimar o poder de articulação dos fugitivos e a leitura própria sobre o melhor momento ou contexto para empreenderem suas fugas. João Reis pontua que pelo menos os primeiros anos da década de 1820 foram caracterizados por *"revoltas de caserna e tumultos populares antilusitanos, além das divisões dentro da classe dominante sobre o encaminhamento político da descolonização e criação do Estado Nacional"* (REIS, 1979, p.289). Em Barra do Rio de Contas, a emergência de quilombos foi registrada em 1736, portanto, quatro anos após a fundação da vila. Uma outra experiência de resistência escrava foi registrada em 1806, quando o governador da Bahia, o Conde da Ponte, enviou uma tropa punitiva contra quilombolas e acoitadores de escravos fugitivos. A trajetória histórica dessa vila – assim como das vilas contíguas – seria marcada pela presença constante de mocambos, ao mesmo tempo em que se dava a expansão da agricultura.

3.2 A emergência dos quilombos do Borrachudo

Em 1835, enquanto na capital da província baiana todos os esforços estavam inclinados sobre os interrogatórios e medidas punitivas aos integrantes do Levante Malê, no Sul da Bahia e em particular na Comarca de Ilhéus, as autoridades se empenhavam em desbaratar uma aglomeração de quilombos nas florestas da vila da Barra do Rio de Contas. Uma grande expedição, composta por oitenta praças sob o comando do Alferes Guilherme Frederico de Sá Bittencourt e Câmara, dava cabo dessa aglomeração – núcleos de resistência, sob as denominações de Colégio Novo, Colégio

[13] APEB, Atas da Câmara de Camamu, maço 1282, Doc. 28/04/1827.

Velho, Sabura, Retiro Alegre, Santo Antônio do Bom Viver, Corisco e Coronel –, denominada de *"Quilombo do Borrachudo"*, ou *"Quilombos do Borrachudo"*, como se encontra registrado em alguns documentos da época.

Problematizando em torno de possíveis significados do vocábulo "Borrachudo" verifica-se algumas conexões plausíveis. A primeira refere-se ao nome de um mosquito *simuliídeos*, muito comum na Mata Atlântica, principalmente, em terras baixas e alagadiças. Ora, uma simples averiguação sobre a situação geográfica dos mocambos, notaria, de imediato, que pântanos e mangues, juntamente com o rio de Contas e seus afluentes, margeavam os acampamentos dos fugitivos. Mas se tal relação não for significativa, encontra-se nas características do mosquito um apanhado de acepções que, no mínimo, são curiosas, quando associadas às diversas formas de atuação dos quilombolas. De cor negra, sorrateiro e dado à invisibilidade, o borrachudo, costuma pegar de surpresa as pessoas desavisadas. Assim como o borrachudo-mosquito, os membros do borrachudo-quilombo costumavam agir obedecendo a algumas regras práticas – tais como imprevisibilidade, discrição e agilidade – quando praticavam razias nas fazendas, roças e engenhos da Vila e adjacências.

Durante a década de 1830, as câmaras e os juízes da vila da Barra do Rio de Contas e de outras vilas vizinhas emitiram dezenas de ofícios aos sucessivos governadores, exigindo medidas efetivas para destruir os quilombos próximos às margens do Rio de Contas. Ainda assim, a medida punitiva que chegou àquela vila não logrou êxito total, resultando tão somente na prisão de 39 fugitivos e na morte de alguns, tendo a maioria dos revoltosos se dispersado.

Não se tem conhecimento de quando se iniciou o processo de formação dos Quilombos do Borrachudo. Contudo, a ocupação quilombola nessa localidade pode ser constatada a partir de dois documentos contemporâneos: o primeiro de 1823, quando a Câmara de Ilhéus participava e ao mesmo tempo pedia ajuda para apreender nas matas do Rio de Contas *"um lote de escravos fugidos"*, que andavam atacando as pessoas que transitavam por terra das vilas do Norte; o outro data de 1824 e, dessa vez, seria a Câmara da Vila de Barra do Rio de Contas que informava ao Presidente da Província sobre a atuação na vila de aquilombados oriundos de diversas partes da Comarca, a maior parte deles pertencentes ao plantel do Engenho de Dona Ana, da vila de Ilhéus.[14]

[14] APEB, Atas da Câmara de Barra do Rio de Contas, maço 1254, Doc. 13/03/1824.

Nota-se que as florestas próximas às margens do Rio de Contas se tornaram, desde longa data, um espaço propício para a atividade quilombola. Além da configuração geográfica composta de morros e mangues, existiam alguns poucos engenhos e lavradores de mandioca que, muitas vezes, eram fundamentais para as trocas mercantis efetuadas pelos quilombolas. Os documentos, não permitem afirmar de maneira explícita, mas não é impossível que as experiências de ocupação quilombola de 1823 e 1824, nas margens do Rio de Contas, já representassem as bases dos quilombos do Borrachudo.

Nos primeiros anos da década de 1830, tornaram-se explícitos para as autoridades das vilas da Comarca de Ilhéus, e principalmente da vila em questão, os lugares onde se estabeleciam os quilombos do Borrachudo. Em 1833, o juiz de paz Rafael José Setúbal informava que

> Há tempo, que tem constatado na Villa da Barra do Rio de Contas do sul, onde exerço o lugar de Juiz de Paz, que aparece uma imigração de escravos fugidos crioulos e Africanos, que se tem introduzido nas matas da Villa para o distrito de Ilhéus, e eu, quanto em mim tem estado, tenho feito as diligências precisas para obstar todos os males, que pudesse causar tais salteadores, e para conseguir a certeza dos lugares, em que eles existam [...] Com efeito, fui certificado e informado de que eles, em número maior de cem, existem em três mocambos em diferentes lugares distantes uma ou duas léguas, e outro uma e mais [...] (APEB, Judiciário, Barra do Rio de Contas, cx. 744, maço 2246, Doc.21/03/1835).

Neste ofício, o discurso empregado pelo juiz de paz se projeta no intuito de estabelecer a ordem na vila da Barra do Rio de Contas. Não se sabe se a distância apontada no ofício se refere à de um quilombo para o outro ou à localização dos quilombos em relação à sede da vila. Apesar de algumas imprecisões, essas e outras informações sobre os Quilombos do Borrachudo, destinadas à capital da província, tornaram-se freqüentes. Isso se deveu principalmente à dificuldade de destruição dos mesmos.

Em 09 de agosto de 1834, nas sessões da Câmara de Ilhéus, não se falava em outro assunto: os quilombos do Corisco, Colégio Novo, Colégio Velho, Sabura, Retiro Alegre, Santo Antonio do Bom Viver e Coronel já se tornavam um problema que merecia medidas efetivas. Nesse intuito, a Câmara elaborou uma representação exigindo do governo providência emergencial. Consta no documento que esses mocambos estavam organizados a ponto *"de haverem formado entre si juizes de paz"* e que para efetuar as investidas sobre eles era necessário o auxílio de oitenta botocudos

domésticos, que estavam sob a liderança do Padre Manuel Fernandes da Costa, vigário da Missão da Conquista da Ressaca, e de vinte *"bugres"* sob a administração do Frade Ludovico de Leorne.[15]

A guerra promovida pelas autoridades municipais contra os Quilombos do Borrachudo parecia não ter fim; as várias tropas punitivas domésticas enviadas não logravam êxitos. Agora era preciso ajuda de fora da Comarca. Meses depois, o Presidente da Província informava à Câmara de Ilhéus que as providências já tinham sido tomadas levando em consideração as medidas apontadas pela dita câmara (APEB, maço 1316). No entanto, as medidas não foram consolidadas naquele mesmo ano. Mas a vila de Barra continuou a enviar ofícios para o governo, informando sobre arrombamentos de propriedades, furtos, roubos e abandono de fazendas pelos seus proprietários, como assim o fizeram Dona Ignácia de Loyola e Menezes, Antonio de Villas Boas e Moraes, Bernardino José de Magalhães e seus irmãos, dentre eles, Alexandre de Villas Boas.

Em abril de 1835, dados mais precisos sobre rotas de fugas de escravos das vilas do Norte, que, seguiam em direção aos Quilombos do Borrachudo foram fornecidos por autoridades locais, que, ao perceberem o envolvimento da escravatura, já começavam a temer uma possível *"insurreição quilombola"* na região. Assim parecia constatar o juiz de Paz de Maraú Manuel Pereira:

> Pesando sobre mim o dever de cooperar a bem da segurança e tranqüilidade desta Vila, e vendo-a [...] todo o dever acometido pelos insurgentes reunidos não só nas matas da Vila da Barra do Rio de Contas, [...], em o Quilombo do lugar denominado o Borrachudo, mas ainda pelos de outros situados nos de outras Vilas desta Comarca, e dispostos, por já terem recente mesmo aparecidos em grupos atacando as casas de alguns fazendeiros [...] aquela corporação inimiga pela fuga de avultado número de escravos desta e mais vilas da Comarca, e mesmo a aparição de um saveiro indo de quatro remos, mas encontrado já sem eles [...] e barcos que todos dentro da barreta do Rio Piracanga que deve prestar [para as fugas de escravos] da Vila sobredita [...]. (APEB,Juizes, Maraú, cx. 808, maço 2476, Doc.20/04/1835).

O juiz informou com detalhes, ao governo da capital baiana, que os escravos fugidos de Maraú e de outras vilas seguiam o curso do Rio Piracanga - uma das vias naturais de acesso à desembocadura do Rio de Contas, – partindo em direção aos quilombos presentes nas matas da vila da Barra, num lugar chamado Borrachudo. Através de saveiros e barcos, com a cumplicidade de barqueiros ou com embarcações roubadas, muitos escravos desembarcavam e seguiam suas rotas de fugas.

[15] APEB, Câmara de Ilhéus, maço 1316, Doc. 09/08/1834.

Essas informações corroboraram com as constatações feitas, em 1834, pelo juiz Rafael José Setúbal sobre a existência de possíveis ligações desses fugitivos com outros escravos da região e com pessoas livres. Consternado com tais relações, o sobredito juiz não deixou de mencionar, em sua narrativa, o que para ele efetivamente representava essa dinâmica entre quilombolas e sociedade envolvente, no que diz respeito à quebra da manutenção da ordem escravista: de um lado, os quilombos, na condição de inimigos *"externos e declarados"*; do outro lado, a presença de pessoas livres ou cativas, que, fornecendo todos os bens necessários para o bem-estar dos fugitivos se enquadravam na condição de inimigos *"internos e occultos"*, informando, assim, a natureza clandestina e ilegal dessas ligações.

Da fluidez com que ocorriam as relações sociais estabelecidas entre os setores escravos e livres, depreende-se, em parte, a crítica mordaz do juiz Rafael e, por extensão, de seus pares no cenário da escravidão. A política estatal, desde o início do processo colonizador, foi realmente projetar uma sociedade em que os setores sociais fossem hermeticamente fechados, e para efetivar tal projeto, recorreu-se *"à criação de sistemas sociais marcados por diferentes patamares de status, diferentes códigos de conduta e diferentes representações simbólicas em cada setor."* (MINTZ, 2003, p. 23) A questão fundamental é que, a sociedade tal como foi projetada através de leis, códigos e condutas, não se consolidou. Esse ideal de sociedade fazia provocar uma série de contradições sociais perceptíveis e vivenciadas por pessoas livres, escravos e libertos.

Exemplos de contradições eram freqüentemente registrados nos casos de envolvimento de fugitivos e pessoas livres da sociedade. E foram estes últimos, que a legislação procurou punir desde cedo. Em abril de 1830, o vigário Sebastião Martes Gramido, juntamente com os forros Francisco das Chagas e Maria Rosa, foram acusados de manter acoitado na sacristia da Igreja Matriz de São Miguel Arcanjo, vila da Barra do Rio de Contas, os escravos Pedro, Domingos e Manuel, Faustino, respectivamente propriedade dos senhores Antonio Pereira Dutra, José de Sousa e seu irmão André José de Sousa. Nessa trama, foram presos os escravos e o casal de forros. Não se sabe porque ou sobre quais circunstâncias, o vigário conseguiu se esquivar das acusações de acoitador de escravos. Mas o provável é que seu pecado tenha sido anistiado quando resolveu entregar os fujões às autoridades. O processo que foi instaurado sobre os infratores talvez informasse o grau de envolvimento entre as partes indiciadas, mas infelizmente esse processo não foi encontrado. O que se obteve de conhecimento sobre o caso, pode ser assim resumido:

> Noticia ainda, que os ditos presos estavam a partir do dia 14 de abril sob a custódia do Juiz Ordinário ou do Crime José Joaquim dos Santos e que no amanhecer do dia 15 de abril os ditos presos tinham arrombado a prisão e fugido com exceção dos forros Maria Rosa e Francisco Chagas (APEB, Juizes, Barra do Rio de Contas, cx. 744, maço 2246, Doc. 14/06/1830).

Como se pode notar através dessa história, a saga de um fugitivo era respaldada por laços de solidariedades e de interesses. Dessa rede nem o vigário ficara de fora. Reportando à realidade dos quilombolas do Borrachudo, muitos personagens costumavam fazer parte desse emaranhado de ralações, dentre eles, possivelmente barqueiros. Essa relação de cumplicidade era inadmissível aos olhos das autoridades embora efetivada na prática. Em razão disso, foi estabelecido

> Que nenhum Mestre de barco, lancha, saveiro, ou canoeiro receba a seu bordo, ou dê passagem a pessoa alguma que suspeita seja, ou desconhecida nesta Vila e seu termo, ou a escravos sem que lhe seja apresentado seu passaporte pela competente autoridade ou guia de seus senhores administradores, Feitores ou quem suas vezes fizer quanto aos escravos, sob pena do transgressor sofrer dez mil réis de condenação, ou dez dias de prisão, além de ficar o passageiro sujeito as pesquisas da Polícia (APEB, Ouvidoria de Ilhéus, maço 2215-1, Doc. 10/11/ 1830).

A fuga de um escravo de Camamu, ocorrida em 1832, pode oferecer elementos sobre as estratégias de fugas, suas direções e as redes de proteção e solidariedade acionadas na complexa experiência de um fugitivo. Tudo começou com a prisão da lancha do africano liberto João Guilherme Michel, em Maraú. Nesta embarcação também foi preso o africano Miguel, de nação Bornú, morador de Camamu. Através do interrogatório de Miguel, o juiz Sebastião José de Sousa começava a desmontar uma grande rede de furtos de escravos. Inquirido, o africano Miguel declarou "ser de uma mulher de nome Tereza de Jesus" e que fugiu na ocasião em que se arrombaram as portas da venda do português Antonio José, resultando na saída deste para Portugal e que *"se tinha vindo para fora naquela lancha, foi porque João Guilherme Michel o tinha conduzido a falsa fé, a título de o comprar de sua senhora"* .

Durante a acareação, foi apurado que o africano liberto João Michel era um furtador de escravos da região. Cooperavam com ele, seu irmão de nome Paulo (já se encontrava preso em Maraú), um preto liberto de nome Francisco, o crioulo liberto Donato dos Santos e sua mulher. Nessa rede, além do escravo Miguel, teriam entrado outros, dentre eles, o escravo de nome Jorge, um outro do Major Pedro dos Santos, morador aos Barris, e outro de nome Bahia. Com a prisão decretada, o africano João Michel, juntamente com outros escravos "alheios", aquilombaram-se na fazenda de

Dona Inês, em Maraú, e por estarem munidos de armas, dificultaram sua captura. Infelizmente, não se sabe mais detalhes dessa história. Mas o que a mesma pode oferecer para se pensar sobre rotas, direções e meios de transporte dos Quilombos do Borrachudo? Numa região como a do Sul da Bahia, em que os transportes de mercadorias e pessoas se faziam sobretudo através de embarcações, não é difícil supor que muitos escravos presentes no Borrachudo tivessem se valido de uma rede – e não apenas dela – para viabilizarem fugas.

No decorrer do tempo, as fugas de escravos de Camamu, Maraú e Ilhéus para a vila de Barra do Rio de Contas revelam, no mínimo, que as ligações entre barqueiros, escravos e quilombolas estavam ainda mais fortalecidas. Este fator, associado às configurações geográficas de Barra do Rio de Contas, formada de morros e mangues, aos aspectos socioeconômicos, à instabilidade militar da região e ao contexto político, deve ter contribuído para que medidas repressivas, empregadas antes de 1835, não finalizassem as experiências dos Quilombos do Borrachudo.

Em 1835, quando houve o Levante dos Malês na cidade de Salvador, autoridades de diversas regiões do Brasil temeram uma insurreição geral da escravatura. O medo e o pavor pareciam cercar o pensamento da população. A repercussão desse levante na Comarca de Ilhéus também se fez presente, servindo como argumento para convencer a autoridade provincial - Francisco de Sousa Martins – a tomar as medidas efetivas para destruir os quilombos do Borrachudo e outros presentes nas matas, já que a repressão não foi consolidada pelos governadores anteriores da Bahia. Os inúmeros oficios expedidos pelos juízes do interior da Comarca de Ilhéus ao Presidente da Província fizeram engrossar, ainda mais, a fileira de pedidos de ajuda que partiam de outra áreas da Bahia. Em 18 de abril de 1835, o juiz de paz do segundo distrito de Camamu, João José Fascio, anunciava as possibilidades reais que o fenômeno de Salvador pudesse se instalar na região tomando como referência a falta de instrumentos coercitivos e a incidência de escravos fugidos nas matas.

> A recente rebelião dos Africanos nessa cidade, além de outras tais tentativas já por vezes aí mesmo praticados são fatos bastantes e sobejos para chamar à atenção as autoridades constituídas e amigas da ordem e por isso não me parece ociosa toda a vigilância tão melindroso, e de tanta ponderação. Marchando deste principio na qualidade de Juiz de Paz do 2º Distrito da cabeça do Termo desta Vila, e pela incumbência que me faz a lei de 15 de outubro de 1827, passo a ponderar a V. Exc.
> Que um não pequeno número de escravos foragidos devagam as matas desta Vila e suas adjacências. Que estes bandidos e saídos criminosos tem

> perpertrado por muitas vezes os mais cruéis assassínios, além de roubos, (e seus vícios), de que não tem resultado a mais pronta e enérgica repulsa. Que muitos agrícolas tem abandonado as suas lavouras procurando recinto do povoado para se escaparem às fúrias deste malvado bando, que frusta-se toda e qualquer tentativa para agredir estes pestes da sociedade pela falta de contingente preciso para as despesas que se haja de fazer (APEB, Juizes, Camamu, maço 2298, Doc. 18/04/1835)

Aliás, a supracitada correspondência não foi a única expedida pelo dito juiz.Nos meses de abril e junho continuou a relatar, dentre outras coisas, o aumento de fugas de escravos em direção aos quilombos das matas adjacentes, o abandono das lavouras pelos agricultores e muitos furtos e roubos cometidos pelos fugitivos. Com um aparato policial-militar ineficiente e a ausência de uma atitude mais firme do governo central, João José Fascio num tom provocador, alertou o Presidente da Província:

> Que no interior das matas desta Vila existe um quilombo de escravos foragidos, e que de dia em dia engrossa mais. Que estes bandidos e sanhudos criminosos tem perpetrado os mais cruéis, e nefandos assassínios, como há três dias, mataram um homem, além de continuados roubos que fazem que muitos agrícolas tem abandonado as suas lavouras, procurando o recinto do povoado, para assim escaparem às fúrias deste malvado bando. Que vaga a notícia que eles até prometem vir a Vila. Sim, Excelentíssimo Senhor, se em face de tantas autoridades policiais, tropa, boca de fogo, e das mais prontas enérgicas providencias aparece uma tal insurreição qual a dos Africanos nessa Capital, o que se não pode tão bem supor de tantos criminosos impunes, que com uma tal noticia se podem encorajar, porem em execução o mesmo plano, conhecendo a nenhuma defesa que aqui há; pois que nem armamento nem munição chegou ainda para esta Vila (APEB, Juizes, Camamu, maço 2298, Doc.24/06/1835).

Medo, pânico e histeria tomaram conta do pensamento das autoridades e do povo da região que, naquela altura da situação, temiam que a escravaria local pudesse seguir os mesmos passos dos escravos insurretos da capital. Isto não se concretizou, mas as crenças e os boatos não pararam por aí. Renascia também o fantasma haitiano. O Juiz de Paz do 3º distrito de Camamu, Marcelino Gomes, oficiando ao governo da Província salientava a emergência de ações e revoltas comandada pela escravatura africana na capital e na região.

> Apesar aos tão funestos acontecimentos que tem tido, e agora tiveram lugar nessa capital, e que aqui há muitos anos quase diariamente há, com insultos, roubos, mortes, perpetrados estes crimes por um temível e grosso envolvimento da escravatura desta e outras comarcas emboscadas nos centros das matas sobranceiras a esta Vila já sem com toda as autoridades em uma notável indiferença, a vista mesmo de tão desgraçados exemplos se tivessem servido de lição as trágicas cenas noutra ora representadas com sangue e fogo na Ilha do Aiti [Haiti], talvez não se repetisse no nosso País, e em quase todos, o que admitem o comércio de escravatura Africana (APEB, Juizes, Camamu, maço 2298, Doc. 31/03/1835).

Nesta correspondência há uma tentativa do juiz Marcelino Gomes colocar em pé de igualdade os acontecimentos de Salvador com àqueles que ocorriam constantemente nas Comarcas do sul da província baiana. A menção ao fenômeno haitiano parece constituir um grande mote para atacar o que realmente o juiz não via com muita tranquilidade: o comércio da escravatura africana. Nesse atmosfera de desconforto encontravam-se políticos, intelectuais e membros da classe dirigente, provincial e nacional, que, passaram a criticar o tráfico de escravos e a escravidão com mais frequência nas décadas de 20 e 30 do século XIX, fomentada no contexto das discussões que giravam em torno das pressões inglesas contra o tráfico transatlântico de escravos. Embora não houvesse consenso quanto as opiniões sobre o tráfico e a escravidão africana no Brasil, dirigentes nacionais passaram a encarar os nascidos em África como inimigos da ordem estatal (REIS, 2003).

O haitianismo e o Levante Malê cruzaram mares e fronteiras. Em Barra do Rio de Contas e adjacências, insurreição dessa natureza, não se efetivou, mas, na dúvida e na possibilidade de sua existência, o Presidente da Província da Bahia, finalmente, não hesitou em enviar a ajuda tão requisitada pelas autoridades sul-baianas.[16]

Com as ordens de ataque em mãos, a repressão era esperada de imediato, mas veio a ocorrer somente em agosto de 1835, quase quatro meses depois de recebida a ordem do governo. A experiência do Quilombo do Borrachudo e sua repressão tornaram mais evidentes a fragilidade dos instrumentos de coerção e a série de conflitos e de interesses que impediam a coesão dos setores dominantes nessa região.

3.3 O "Theatro da Desonra": representações senhoriais e práticas repressivas no quotidiano da expedição de 1835

As inúmeras histórias de confrontos entre quilombolas e representantes da classe senhorial que vem à tona, através das fontes, revelam o quão desestabilizador dos projetos governamentais, se tornou a presença do Borrachudo naquele contexto. Como seria de se esperar, as representações dos quilombolas, que emergem dos discursos das autoridades de Barra do Rio de Contas e das demais Vilas da Comarca de Ilhéus, possibilitaram a construção de um *"outro"* baseado na oposição entre a barbárie e a

[16] Vide a discussão feita por GOMES (1995/1996) sobre repercussões do Levante Malê e do "haitianismo" no Brasil.

civilização, entre o Mal e o Bem, entre o caos e a ordem. Os mocambos eram adjetivados de *"asilos"*, *"espeluncas"*, *"theatro da desonra"* e seus habitantes caracterizados como seres dotados de ausência de humanidade. Assim relatou, em 26 de dezembro de 1834, o juiz de direito da Comarca de Ilhéus Francisco Primo Coutinho de Castro ao Presidente da Província da Bahia:

> Eu não posso deixar em silencio o total atrasamento em que se acha esta comarca, cujo logo que tomei posse, tive a honra de participar a V. Exc. rogando algumas providências conducente ao adiantamento dela, mesmo a segurança interna, por achando-se cercada de quilombos, ou para melhor me exprimir, espeluncas de assassinos, depósitos de roubos, e asilos de malvadeza. Necessário se tornava um golpe, que definhando tais monstros de espécie humana ressurgisse a paz às famílias, e segurança nos agrícolas, já que chegava a ousadia a um ponto tal de atacarem as fazendas máximas em Camamu onde sem o menor receio, e certos na escassez de forças coercitivas invadem os recintos das famílias, deixando-as em estado de tudo abandonarem (APEB, Juizes, Comarca de Ilhéus, maço 2395, Doc. 31/03/1835).

Com efeito, não foi desprezível o poder dos quilombolas na disseminação de um clima de medo entre membros das elites dominantes principalmente num período em que a onda negra e/ ou africana parecia representar, de maneira real ou simbólica, o principal inimigo dos segmentos livres da sociedade brasileira. O supracitado trecho do ofício do juiz de direito, em Ilhéus, constitui-se num exemplo claro da histeria senhorial perante a classe subalterna. Isto não quer dizer que, as alegações de *"insultos"*, *"roubos"* e outros crimes cometidos contra a propriedade e pessoas pelos fugitivos se tratassem apenas de uma falácia da classe senhorial. De fato, muitos lavradores e autoridades tiveram suas propriedades invadidas[17], e, quando isso acontecia, os senhores não poupavam tinta e costumavam caprichar na retórica. Vê-se o trecho da correspondência do juiz de Paz Rafael Setubal expedida para a autoridade máxima da Província, em 1834:

> Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência os acontecimentos seguintes, afim de V. Exc. acudir com as prontas providências, que o caso exige.
> [...] quando no dia 4 do passado mês de fevereiro indo juntamente com o Capitão Mor Estevão Pereira Nobre para as nossas fazendas, que ficam vizinhas, eis que ao saltarmos no porto da deste, vimos ela ocupada por

[17] O oficio de 22 de fevereiro de 1832, o juiz de Paz José Antonio de Souza, do Primeiro Distrito de Barra do Rio de Contas informava ao Presidente da Província sobre o arrombamento da propriedade do Capitão Pedro do Espírito Santo e Aragão e do Major Francisco Prudente de Eça e Castro, nesta propriedade os "Pretos fortificaram-se" (APEB, maço 2246).

> quinze ou dezesseis dos ditos escravos salteadores, que tendo roubado e saqueado a casa do dito Capitão Mor, para nos avançar com ânimo de nos ofender, e decerto seríamos vítimas, se não valesse a fidelidade dos escravos do Capitão Mor, que indo sobre eles os fizeram recuar a fugir pelos matos (APEB, Juizes, Barra do Rio de Contas, cx. 744, maço 2246, Doc.22/03/1833).

As ações de fugitivos contra a fazenda do capitão-mor Estevão Pereira Nobre e a resistência de seus escravos parecia constatar que os ditos quilombolas não eram bem vindos naquele espaço. Situações de solidariedade e também de conflitos compunham as experiências de cativos. Como seres humanos que eram acabaram agindo de acordo às circunstâncias e contextos em que viviam.

O oficio do Juiz de Paz, do primeiro distrito de Barra do Rio de Contas, José Antonio de Souza além de explicitar alguns casos de conflitos entre escravos e quilombolas também nos fornece algumas informações sobre a vida de alguns membros do Borrachudo. Ora, se fazendas do juiz Rafael José Setubal e do capitão Estevão eram próximas, significa dizer que, os crioulos Basílio, Florêncio e a crioula Antonia (escravos do juiz) e os cabras João, Antonio e o crioulo Benedito (escravos do capitão) todos, habitantes do Borrachudo, eram vizinhos de propriedade e, provavelmente compartilhassem laços reais e simbólicos. Certamente, esses pré-requisitos socioculturais devem ter pesado tanto nas práticas dos cativos quanto dos fugitivos na dolorida experiência da escravidão.

Durante a década de 1830, registros de invasões de engenhos efetivados pelos quilombolas denotam que, além de representarem um real problema que as autoridades deveriam enfrentar, esse protesto negro acabou por desafiar a hegemonia dos senhores, na medida em que retirou-lhes um pouco do poder simbólico que mantinham sobre seus escravos. Por isso, a onda de saques e a subtração de aves, gados, aguardentes e farinhas nos engenhos – por sinal produtos que faziam parte da dieta alimentar dos fugitivos – refletiam as tensões sociais vigentes entre a classe senhorial e a comunidade escrava local. Decerto que era uma briga entre desiguais, mas o resultado dessa tensão poderia ter conseqüências materiais.[18] Era o preço da escravidão que as elites locais tinham que arcar.

Os discursos construídos, em torno da atuação dos fugitivos, pelo legislativo e judiciário, traduzia-se numa real necessidade de manter o controle não apenas da escravaria como do espaço que se pretendia colonizar. Parte considerável das

[18] Recorreu-se, nessa discussão, ao argumento de Eduard Thompson sobre o significado do protesto plebeu, principalmente o capítulo segundo "Patrícios e Plebeus". Vide (THOMPSON, 1998, pp. 25-85)

reivindições das autoridades de Barra do Rio de Contas, que foram encaminhadas á capital da Província da Bahia, buscavam subsídios para a construção de estradas e, exigiam uma participação mais efetiva do poder central na vila a fim defender os reais interesses dos habitantes. Tratava-se, na lógica dos dirigentes locais, de levar para os locais mais recônditos os ideais de civilidade.

Talvez, o teor desses discursos indicasse de todo modo, uma preocupação em conter o avanço dos quilombolas sobre terras devolutas e reduzir o poder de sedução que a presença dos quilombos pudesse representar, como uma espécie de atrativo, para fugas de escravos; posto que, se a escravidão significou uma desterritorialização dos africanos e seus descendentes, o quilombo, enquanto instituição subjacente a realidade escravista denotou uma forma real de territorialização. Isto permitiu a criação de um território marcado por códigos e referências que orientavam social e culturalmente seus residentes. Menciona-se como exemplo, o quilombo Colégio Novo. A distribuição espacial das casas formava uma grande praça, sobre a qual orientavam-se os quilombolas, em caso de fuga. No fundo das habitações destacavam-se o cultivo de diversos produtos, fossem esses para consumo interno, trocas ou vendas. Uma clara demonstração da ocupação e do uso que os fugitivos faziam do solo.

Se o território subjaz conflitos, disputas e formas de controle social, isto pode ser traduzido, em parte, nas diversas formas de luta dos quilombolas em defesa daquilo que consideravam como seus domínios. Estes, por sua vez, permitiram provavelmente, formações de unidades familiares, preservação de laços comunitários e um grau de privacidade, garantidos longe dos olhares dos senhores. Certamente, essas leituras sobre a liberdade não ficaram desconectadas dos nomes atribuídos aos mocambos Retiro Alegre, Santo Antônio do Bom Viver e Sabura. Este último evidencia muito bem esse propósito quilombola. Expressão de origem crioula, sabura significa *"apreciar aquilo que é bom; tempos aprazíveis."* [19]

Visto por este prisma, o pano de fundo desta inquietação senhorial recaía-se sobre um território que escapava o controle do poder institucional. Deste modo, *"as instituições criadas pelos escravos para lidar com o constituía, ao mesmo tempo, os aspectos mais comuns e mais importantes da vida assumiram sua forma característica dentro dos parâmetros do monopólio de poder dos senhores, mas separados das*

[19] Recorreu-se inicialmente aos dicionários de língua portuguesa do século XIX em busca de uma palavra semelhante, mas a tentativa foi malograda. De todo modo, foi apenas no Dicionário Crioulo Cabo-verdiano (www.priberam.pt/dcvpo/dcvpo.asp. Acesso: 22/08/2008) que o termo sabura e seu significado foram encontrados.

instituições senhoriais" (MINTZ, 2003, p. 60). Em vez de ser um enclave isolado no meio da floresta, o Borrachudo, no decorrer do tempo, mobilizou-se obedecendo a critérios de produção, manutenção de seus membros e de laços de solidariedade e familiar com a comunidade escrava local e adjacente. Além disso, preocupar-se-ia em construir diversas formas de proteção contra possíveis investidas de pessoas que não fossem bem-vindas por ali, sobretudo, tropas antiquilombos. Caso as formas reais de salvaguarda não lograssem êxitos, poder-se-ia recorrer à proteção de Santo Antônio. Esta parece ser uma explicação razoável para o nome do mocambo Santo Antonio do Bom Viver.

Dado a muitas controvérsias e funções, o santo casamenteiro, em terras brasílicas teve receptividade nos diversos segmentos sociais. Senhores em busca de escravos fugidos lançavam mão dos serviços do divino capitão-do-mato no intuito de manter a ordem social. Contudo, era nas camadas mais populares, sobretudo àquelas representadas pelos negros livres e escravos que o culto à Santo Antonio ganhava feições antiescravistas. A associação do santo com a tranqüilidade e a segurança revela não ter sido apenas anseio da classe senhorial, mas também de setores racializados e desclassificados socialmente, dentre eles escravos fugidos.[20]

Hesitações e medo à parte, as práticas senhoriais de destruição dos refúgios dos fugitivos não se davam apenas no plano do discurso. Assentava-se, também, no plano mais amplo do simbólico. Como não evidenciar o grau de simbologia conferido às mortes de alguns habitantes dos mocambos. No intuito de prevenir a incidência de episódios desse tipo, a política pedagógica dos dirigentes locais baseava-se na punição e na prevenção. A exposição das cabeças dos escravos, no cemitério do Termo, que foram mortos *"em ato de resistência"* tinha o objetivo de desmitificar a figura do líder, como alguém imbatível; demonstrar o futuro de quem procedesse de maneira semelhante. Foram destinados à morte, os quilombolas Basílio, Faustino, Roque, respectivamente propriedades dos senhores Rafael José Setubal, Estevão Pereira Nobre e da senhora Ana de Magalhães. Esta moradora de Ilhéus.

A repressão aos quilombos era algo esperado e inerente ao cenário escravista, porém, tinha como filha bastarda, a rebeldia dos fugitivos. Uma das histórias de resistência individual que, emerge das fontes, sob a pena do alferes comandante da

[20] Recuperando as várias facetas de Santo Antônio no período colonial, Luiz Mott no artigo intitulado *"Santo Antonio, o divino capitão-do-mato"*, demonstra como o santo casamenteiro era apropriado pelos diversos setores sociais, não apenas como descobridor de escravos fugidos mas também como protetores destes.

expedição, manifesta de maneira inequívoca, a indisciplina obstinada de um fugitivo. Era 18 de agosto, numa tarde de terça-feira, quando, segundo o alferes Guilherme de Sá, a patrulha comandada pelo cabo Bernardo Teles chegara com a cabeça do escravo Chagas. As circunstâncias que tinham resultado no fim do escravo viria com uma mistura de heroísmo e tragédia. Retornando de mais uma diligência nas matas atrás de fugitivos, os soldados encontraram na fazenda de Ignácia de Loiola e Mendes, Chagas acompanhado de outros escravos fugidos. Cercados pela patrulha, a atitude da maioria foi se entregar, exceto o dito escravo. Chagas numa atitude de impedir sua reescravização tentou, sem êxito, o suicídio, sob a alegação de que *"era mais fácil morrer do que se entregar."* Desse ato decorreu sua morte, após receber dois tiros.[21]

Foi sob a alegação de resistir à prisão e de cometer crimes contra a propriedade e pessoas que a ruína de Chagas foi legitimada. Contudo, deve-se salientar que a legislação que se seguiu após a onda de conspirações e revoltas escravas realizadas, na Bahia oitocentista, fez pesar sobre os corpos africanos e, por extensão aos negros, livres ou escravos, uma série de mecanismos de controle e de violência coletiva. A lei de 10 de junho de 1835, na qual determinava em seu artigo primeiro, uma série de penas, inclusive de morte, para os cativos que andasse praticando crimes contra pessoas é um exemplo do endurecimento das práticas coercitivas projetadas sobre o quotidiano das "populações de cor".[22]

> Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave ofensa física a seu senhor, a sua mulher, a descendente ou ascendentes, que em sua companhia morarem, administrador, feitor e ás suas mulheres, que com eles viverem.

Num sugestivo artigo intitulado *"Tambores e temores: a festa negra na Bahia,"* João Reis discutiu como, em nome dos ideais de civilização europeu, dirigentes baianos, esforçaram-se para manter um controle maior sobre a população livre e, sobretudo escrava, a partir de leis provinciais e posturas municipais. Também esclareceu como a cultura africana foi alvo de diferentes políticas governamentais, principalmente, as festas e os batuques, que, quando não foram vistas como a antesala

[21] Vide casos de suicídio escravo como forma de libertação e de rebeldia em: GOULART, 1972; REIS, 2001.
[22] Índices das Decisões de 1835, Lei n. 04, 10.06.1835, p.5. In. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1831-1840, disponível em www2.camara.gov.br/internet/legislação/publicações/do imperiocoleçao3.html. Acesso em 22/09/2008.

da rebeldia negra, passaram a ser interpretadas como válvula de escape da escravaria (REIS, 2008).

De modo algum poder-se-ia saber o que realmente Chagas possuía em termos de sonhos e projetos de vida, por certo que não era a escravidão. A liberdade – tão almejada pela escravaria e, em particular pelo escravo fujão – se não fosse possível neste mundo, talvez, na ótica de Chagas pudesse ser efetivada após sua morte. Diante do quadro de terror pintado pelas autoridades da Comarca de Ilhéus, acerca da mobilização escrava da região, era inevitável que a repressão sobre os mocambos do Borrachudo fosse adiada. E é a respeito deste processo que se deterá o tópico seguinte.

3.3.1 O plano quase perfeito: a expedição de 1835.

A prática de repressão aos mocambos, no Brasil e em várias regiões da América, incluía, dentre outros elementos, a reunião de uma tropa e de meios necessários para sua atuação e manutenção. O grande problema é que essa preparação não era uma tarefa fácil. Para se efetivar uma diligência dessa natureza era preciso obter recursos para prover a tropa e o pagamento dos soldados. Outro obstáculo dizia respeito à mobilização da tropa, pois, normalmente, os destacamentos locais eram diminutos. No entanto, esse era o preço com que senhores e autoridades teriam que arcar.

O apoio do governo provincial, que chegou à vila da Barra do Rio de Contas no mês de maio, consistiu no envio de quarenta armas, mil e duzentos cartuchos, além do comandante da expedição – o alferes Guilherme Frederico de Sá Bittencourt e Câmara. Os senhores da vila – alguns deles com escravos aquilombados – contribuíram com um total de 337$000 (trezentos e trinta e sete mil réis). Com este valor se compraria em 1820 um escravo, e, em meados de 1830, o pagamento de um aluguel de um casebre. No mais, foi requisitada ajuda das vilas de Ressaca, Ferradas e Maraú, e da sede da Comarca de Ilhéus. Resolvidos esses problemas, outros apareceram.[23]

[23]Esses valores foram calculados tomando como referência os estudos realizados por João Reis. In. REIS, J.J. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)**.São Paulo: Brasiliense, 1987, sobretudo a primeira parte do texto que retrata a conjuntura econômica e política da Bahia Oitocentista. Para suprir a tropas repressivas cooperaram as seguintes pessoas: Rafael José Setúbal, com mil réis; Manuel Martins de Lima, oitenta mil réis; João Martins de Lima, cinqüenta mil réis; Dona Ana Joaquina do Espírito Santo, cinqüenta mil réis; Gonçalo Antonio da Soledade, quinze mil réis; Estevão Pereira Nobre, mil réis; Vicente Martins, dez mil réis; João Lourenço e sócios, trinta mil réis; Manuel Ferreira de Almeida, dez mil réis; André Jose de Sousa , vinte mil réis; Miguel Travassos de Lima, vinte mil réis; Alexandre de Villas Boas, vinte mil réis; Anselmo Gomes da Fonseca, dez mil réis; Francisco dos Santos Borges, dez mil réis; José Gomes de Barros, dez mil réis (APEB, Juizes, Maço 2246, Doc. 21/03/135).

Um dos entraves vivenciados pelas autoridades na consolidação da expedição foi a ausência de tropas auxiliares formada por indígenas. Estava claro, para os senhores da vila e para seus pares, a importância de arregimentar *"de preferência mateiros de Ilhéus, vinte bugres de Ferrada e vinte mestiços e dois índios da Ressaca"* para que a expedição, desta vez, lograsse êxito. Segundo Schwartz (2003), a mobilização de indígenas aldeados para engrossar as tropas militares fazia parte de uma política colonial de acentuar as hostilidades entre comunidades indígenas e africanos e seus descendentes.

De acordo com Guerreiro & Baqueiro (2001), na Comarca de Ilhéus, ao longo do período colonial, vários aldeamentos foram formados e mobilizados no intuito *"de fornecer mão-de-obra aos colonos"* e, sobretudo, *"usar os aldeados como combatentes dos índios dos sertões"*. É nesse sentido que se pode entender o pedido do Marquês de Valença ao ouvidor de Ilhéus, o desembargador Francisco Nunes da Costa, para que se restabelecesse o aldeamento de Nossa Senhora da Conceição dos Índios Grên, no rio Funil. Esse pedido foi feito em 1782 e visava proteger os transeuntes dos ataques dos pataxó na nova estrada que ligava Barra do Rio de Contas a Cairu e Camamu.

Na Bahia e em Pernambuco, a prática de mobilizar aldeamentos contra quilombos começou no século XVI e, no século XVIII, já era constituída por uma tropa regular. De modo, que, com o passar do tempo, as tropas antiquilombos ganhariam outras feições, incluindo além de indígenas, também negros, mulatos e brancos. Constituíram, portanto, tropas mais mestiças. Um dos exemplos mais conhecidos foi o do batalhão composto por homens pardos, mulatos e indígenas, comandado por Henrique Dias, com intuito de combater holandeses e, mais tarde, operar na destruição dos Quilombos de Palmares (GOMES, 2003; SCHWARTZ, 2003).

Em Barra do Rio de Contas, na expedição de 1835, a tropa auxiliar formada por indígenas foi requerida pelas autoridades municipais e pelo governo da capital. Entretanto, através do oficio do Juiz Miguel Travasso, vê-se que esse pedido de ajuda não foi acatado:

> Tendo eu oficiado em vinte seis de Agosto ao Frade Ludovico de Leorne requisitando-lhe da parte desse Governo o auxílio de vinte Bugres, ou indígenas sob sua administração, não me foram fornecidos, sob o pretexto privado de receios da [...] dos aquilombados, ou de algum que no caso de não serem vencidos, ou de algum que no caso contrário escapulisse [...]. Igualmente me não foram prestado os vinte Mestiços e Dois Índios que exc. Antecessor de Vossa Excelência ordenara ao Juiz de Paz da Ressaca de nos conferir em auxilio da Força e nem até hoje tive o desengano. (APEB, juizes, Barra do Rio de Contas, cx 744, maço 2246, Doc. 15/06/1835).

A ausência de auxiliares indígenas e a justificativa do frade Ludovico Leorne de que os nativos sob sua administração temiam represália dos aquilombados suscita algumas considerações.[24] Não se tem certeza se, de fato, o discurso de Leorne expressou o receio dos aldeados. De todo modo, como foi visto, não há como desconsiderar que rivalidades existentes entre índios e negros. Evidências menos ambíguas sobre a atitude do frade frente aos indígenas parece esclarecer, ou talvez, apontar os reais motivos da ausência dos aldeados em fazer parte da tropa punitiva:

> Solicitando arrecadar não só paramentos e alfaias religiosos, como restos de ferramentas, roupas e quinquilharias já bem danificadas que tendo recebido um frei João Evangelista Potrier de pra uma aldeia que não se realizou no lugar chamado Bouqueirão ficaram por sua ausência em poder de um crioulo Jacinto, que nem garantia oferecia. Entregues a aquele Reverendo Missionário esse resto de ferramentas, roupas e quinquilharia para distribuir com os indígenas da aldeia. (APEB, Juizes, Comarca de Ilhéus, maço 2395-1).

A correspondência enviada à capital da província pelas autoridades de Ilhéus parece evidenciar os sérios problemas que o capuchinho e os aldeados estavam enfrentando. Assim, continuou até meados de 1840. Nesse sentido, é muito provável que a negação do pedido de ajuda fosse uma resposta à política do governo que exigia produção no aldeamento, mas não atendia às reais necessidades dos indígenas no que diz respeito aos recursos financeiros e de segurança, condições imprescindíveis para a fixação do homem a terra.

Outros fatos ocorridos e documentados em Barra do Rio de Contas mostram que a postura de indígenas em não querer fazer parte das tropas repressoras pode ter procedência se forem considerados os conflitos entre as autoridades e os aquilombados. Em maio de 1835, o Juiz Bernardino José de Magalhães e Aragão, enviou uma expedição de dez homens contra os membros do Quilombo do Corisco, uma investida que resultou na prisão tão somente de *"um negro, uma negra e uma cria"*. A atitude inconseqüente do juiz – como assim foi vista pelos seus pares – lhe custou muito caro. Numa postura de represália, o dito juiz teve sua casa arrombada, saqueada e, vivenciou momentos de enfrentamento físico com os quinze negros, dos aquilombados (APEB,

[24] A aldeia na qual o juiz se referiu no ofício foi a de São Pedro de Alcântara, no sítio das Ferradas. Sua criação, em 1816, pelo capuchinho Ludovico de Leorne fazia parte de um projeto de integração da Comarca de Ilhéus com as áreas centrais e às regiões limítrofes da Província da Bahia. Os aldeados ao se dedicarem à cultura de produtos de subsistência acabavam atendendo às reais necessidades de tropeiros e viajantes que circulavam entre a estrada de Ilhéus e a Vila Imperial da Conquista, hoje, Vitória da Conquista, o que possibilitaria a ligação da Província da Bahia com a de Minas Gerais. Vide (WIED-NEUWIED, 1940, P.357)

maço 2246). O outro caso de desagravo ocorreu, em 1834, quando um grupo de aquilombados invadiu a casa que funcionava como cadeia resgatando alguns companheiros presos, além de atos de hostilidades às autoridades presentes.

É possível, também, entender a ausência dos indígenas de Ferradas e Ressaca como uma expressão silenciosa de solidariedade com os quilombolas do Borrachudo, já que a vida destes e daqueles não se resumia a hostilidades. Naquela altura, esses indígenas aldeados, tal como os quilombolas, eram camponeses envolvidos com a produção de alimentos e, de certa forma, como salienta Gomes (2005, p. 23), *"a luta dos quilombolas enquanto resistência escrava pode ter significado a continuidade da resistência indígena"*. A escolha de auxiliares indígenas nas campanhas contra os quilombos se dava pelo seu conhecimento e destreza em adentrar em campo inimigo, desvendando o seu sistema de defesa.

Sem índios e sem mestiços, a solução encontrada pelas autoridades de Barra foi utilizar as informações do escravo de Dona Ana Joaquina do Espírito Santo – por sinal, antigo morador de um dos quilombos – o crioulo Joaquim, que ajudou na localização dos quilombos e das armadilhas (estrepes e fojos) construídos pelos quilombolas. Outros problemas surgiram durante o processo de formação da tropa, inclusive envolvendo desordens de militares que resistiam em cooperar com a expedição. Notificado pelos juizes do 1º e 2º distrito da Vila, o Presidente da Província ordenava que pessoas da localidade com idade acima de dezoito anos fossem recrutadas e, se necessário, era permitido se *"empregar a força"* em relação aos Guardas Nacionais que se negassem a prestar auxílio a tal empreitada. Qual o contexto que teria levado esses militares a tal recusa, elevando a tensão local? Ainda que não se tenha documentos probatórios, algumas hipóteses podem ser sugeridas.

Muitas vezes a apatia desses militares estava diretamente ligada ao baixo soldo, que, em muitas campanhas antiquilombos, eram inexistentes. Aquela apatia também podia representar uma atitude de repulsa à atividade de perseguir escravos fugidos. Um fato ocorrido em Ilhéus permite pensar nessa possibilidade. Em 1824, quando houve a insubordinação da escravaria do Engenho de Santana, o Presidente da Província enviou uma força composta por oficiais e milicianos de Valença e Santarém, resultando na prisão de alguns poucos escravos e na dispersão de outros nas matas. Diante da exigência do ouvidor Mascarenhas, de que se dessem batidas no mato, os militares se insubordinaram e, entre os desaforos que disseram ao dito ouvidor, estava o de que *"não eram capitães-do-mato para prender negros fugidos"* (SILVA CAMPOS, 2006,

p. 333).[25] Outra hipótese, bastante apropriada para este caso é a de que militares tivessem envolvimento com os quilombolas ou fizessem "vistas grossas" ao comércio clandestino que estes realizavam. Não se pode esquecer que, no momento da batida das tropas nos quilombos do Borrachudo, alguns escravos foram recapturados e com eles a informação de que um "certo Sargento-mor de Ilhéus" e seus escravos estabeleciam comércio com os aquilombados.

Ultrapassados os problemas ligados à formação da tropa, nos meses seguintes, quer dizer, entre maio e o início de agosto, as autoridades juntamente com o comandante da expedição, o alferes Guilherme Frederico de Sá, preocupar-se-iam em traçar uma estratégia militar que lhes favorecesse. A primeira medida estava diretamente ligada ao desarmamento dos quilombolas. Sobre este fato noticia o juiz Miguel Travassos, ao Presidente da Província:

> Estas mesmas requisições de fazer sustar a venda da pólvora em geral, e o desarmamento dos escravos, fiz ao Juiz de Paz do 1º Distrito daquela Vila de Ilhéus, João Dias Pereira Guimarães e o da Vila de Maraú, José Manuel da Costa Bonilha, e foram de pronto satisfeitas, conforme os ofícios em resposta, requisitando-o também este último ao da Vila de Barcelos; e como tivesse eu dado estas providências na vila, foi isso bastante vantajoso (APEB, Juizes, Barra do Rio de Contas, cx 744, maço 2246 Doc. 06/08/1835).

A estratégia de desarmar os negros do Borrachudo, impedindo-os de comprar pólvora e armas, contribuiu parcialmente para o êxito da expedição e, ao mesmo tempo, serviu para desvendar o raio de ação dos quilombolas, que, por sua vez, não estava circunscrito à Barra do Rio de Contas. Desta medida, parecem ter sido informados também os próprios aquilombados, pois, segundo relatou o juiz, os mesmos ameaçaram interceptar a embarcação que viria de Salvador com as munições e invadir o termo da Vila para exigir a suspensão das medidas punitivas. As ameaças não foram concretizadas, mas, na dúvida, as autoridades ficaram em alerta.

A segunda fase da estratégia ocorreu nas vésperas da saída da expedição e consistiu *"na reclusão de todos os moradores no Termo da Vila"*, tendo sido que os poucos lavradores que residiam na zona rural, *"deixassem as suas fazendas e moradas destituídas de mandiocas e víveres"* para que no momento da batida os quilombolas não lograssem seqüestrar moradores, e nem obtivessem apoio e meios de sobrevivência ao

[25] Em 1834, a Guarda Nacional de Barra do Rio de Contas era composta pelo capitão-mor José Antonio de Sousa, o tenente Rafael José Setúbal, o Alferes Bernardino José de Magalhães e Aragão, o 1º Sargento Fortunato Joaquim de Magalhães, o 2º Sargento Basílio Luiz da Cruz e o furriel Sebastião Bonifácio de Magalhães.

procurarem refúgio nas fazendas. Foi despovoada temporariamente toda a região em torno do Rio da Cachoeira e ao sul da vila da Barra do Rio de Contas.[26]

Entre os meses de agosto e setembro de 1835, foram enviadas duas expedições: A primeira saiu em 09 de agosto e durou 15 dias e a segunda deu entrada na mata a partir da primeira metade do mês de setembro. Poucos quilombolas foram presos nessas expedições, mas nos intervalos entre elas muitos se entregaram, *"alguns pela fome, pela falta de recursos para sobreviver, outros por medo e, finalmente, pela falta de pólvora que já não podiam adquirir pelas providências tomadas a respeito"*, uma clara demonstração da eficácia das duas medidas levadas a cabo pelas autoridades da Vila.

Além da configuração geográfica e o sistema de defesa dos quilombos, poderia concorrer para a desvantagem da tropa repressiva, a longa rede de relações entre quilombolas, escravos e outros agentes da sociedade. Em muitas situações era difícil manter o tão almejado segredo sobre as expedições. Assim, investigação e repressão andavam juntas. A expedição de 1835 não encontrou apenas um quilombo, mas vários quilombos articulados entre si e com os escravos das senzalas. Numa medida investigativa, o comandante da expedição tomou conhecimento de como os residentes do Quilombo Novo ficaram sabendo do avanço da tropa. Inquirida, uma habitante de um dos quilombos – a escrava Maria Bahia – respondeu que *"tinha sido pelo aviso"* que tivera do escravo do Capitão-mor Estevão Pereira Nobre, o cabra João (APEB, maço 2246).

A Força Expedicionária comandada pelo alferes Guilherme de Sá contava com a participação de 80 praças, alguns da Guarda Nacional. Em nove de agosto, a tropa partiu de Pancada, um local que funcionava como porto de escoamento de produtos, dentre eles, farinha de mandioca. Para "guia" da tropa serviu o crioulo Joaquim, recém-saído do quilombo, que fora conduzido pelo alferes Bernardino José de Magalhães. Relatando em oficio ao Presidente da Província sobre a atuação da tropa, o juiz Travassos revelara que *"tudo se fez com vantagem"*, por conta da ajuda do dito crioulo. De fato, a tropa logrou êxito, mas essa vantagem deve ser relativizada por conta de certo exagero do dito juiz em querer causar boa impressão à autoridade da capital da província. No relatório da Força Expedicionária, ficou bastante evidente que o auxilio de Joaquim não foi suficiente para evitar que soldados e mais o comandante da

[26] APEB, judiciário, maço 2246 "Relatório da Força Expedicionária comandada pelo o Alferes Guilherme Frederico de Sá Bittencourt e Câmara", 24/08/1835.

expedição fossem surpreendidos com armadilhas deixadas pelos quilombolas na floresta.

O impacto das duas expedições resultou na prisão de 38 escravos e uma africana liberta. Alguns destes escravos pertenciam a pessoas da localidade e vilas circunvizinhas. Embora se tenham algumas informações desse processo, não foi encontrada documentação sobre as investigações e interrogatórios que poderiam fornecer mais detalhes a respeito da dinâmica desses quilombos e a relação destes com a sociedade envolvente. À medida que os fugitivos iam chegando à vila, os interrogatórios eram efetuados em público e com a presença de testemunhas e curadores. Cento e trinta pessoas – entre livres e escravos – do termo da vila de Barra do Rio de Contas e dos Ilhéus, declarando *"que os negros comerciavam com eles, fornecendo pólvoras, armas, consertos, ferramentas, e outras coisas que necessitavam"*.[27] O relatório da diligência sobre o *"aniquilamento e destruição"* dos quilombos do Borrachudo, levado à cabo no mês de agosto pelo alferes em comissão ao juiz de paz Miguel Travassos, revelou detalhes sobre o mundo criado pelos quilombolas no meio da floresta. Esse documento oferece particularidades sobre a geografia do local, rotas de fugas, aspectos socioeconômicos, redes de relações e sobretudo o sistema de defesa dos mocambos.

Tendo partido no dia 9 de agosto, a expedição só chegou ao Quilombo Colégio Novo no dia 10, depois de superar as armadilhas deixadas nos caminhos dos quilombos. As vinte casas e os produtos agrícolas encontrados foram *"estragados e reduzidos a nada"*. No dia 11, a expedição desembocou nos quilombos Colégio Velho e Santo Antonio do Bom Viver e lá encontrou, respectivamente, oito e três casas. Nessa ocasião foram presos três negros que *"tinham vindo fazer farinha"* no dito Quilombo de Santo Antonio. A tropa seguiu em frente, a desbaratar quilombos, apesar da mata densa. Foram encontrados os Quilombos de Sabura e Retiro Alegre, nos quais não foram achados habitantes. Entre os dias 13 e 15 de agosto prosseguiram no aprisionamento de escravos nas matas. Lauriano, africano pertencente a José Gonçalves Ribeiro, uma vez preso, daria informações sobre as novas *"rancharias"* dos aquilombados que estavam situadas nas cabeceiras do Almada. Não obtendo êxito na diligência, o comandante e a tropa pernoitaram no Colégio Novo e, pela manhã, o alferes em comissão faria uma

[27] APEB, juizes, Barra do Rio de Contas, maço 2246. Doc. 24/08/1835. "Relatório descrevendo a atuação da Tropa formada para "aniquilamento e destruição" do Quilombo do Borrachudo". Documento redigido pelo Alferes Guilherme Frederico de Sá Bithencourt.

grande descoberta: *"todos os rastros dos quilombolas em fuga levavam em direção às margens do Rio de Contas"*, fato que dá a entender que muitos escravos tivessem se valendo de canoas como meio de fuga.

Nos dias seguintes, foram destruídos os quilombos Corisco e Coronel. Nesta empreitada, a tropa de repressão contou com a participação do alferes e juiz Bernardino de Magalhães. No dia 18, logo pela manhã, a marcha continuou na floresta, mas, desta vez, o alferes achou de bom tino dividir a expedição em patrulhas, sendo *"quatro dirigidas para o norte e três para o sul"*, sempre em direção às margens do Rio de Contas. Neste dia, houve tiros e mortes de alguns quilombolas. No resto da tarde continuaram as patrulhas perseguindo quilombolas e, ao findar do dia, todos se recolheram no ponto de referência, denominado Banco. No dia 19, continuaram as diligências e, como não achassem mais rastros de fugas na parte norte das margens do Rio de Contas, o alferes e as patrulhas retornaram ao Porto de Pancada, ponto inicial da expedição. Ali mesmo foram interrogados alguns escravos capturados. No final do relatório, o alferes informando sobre o impacto dessa primeira fase da expedição, não deixou de ressaltar que muitos escravos se entregaram sejam *por medo* ou *pela grande fome*. De certa forma, não foram apenas os quilombolas que sofreram com as investidas, a narrativa do comandante da expedição não deixa dúvidas: *"No dia 22 vendo eu o estado em que se achava a Tropa, uns estropiados e outros com as pernas feridas de alguns estrepes e mesmo eu, por me achar com as canelas feridas das pancadas dos paus, retirei-me com a gente para esta vila a procurar algum descanso"*. [28]

3.4 Estratégias econômicas e de defesa na dinâmica de construção dos quilombos do Borrachudo

As estratégias de defesa dos quilombos do Borrachudo possuem muitas similitudes com outras formas de resistência quilombola encontradas no Brasil. Afora as possibilidades de trocas mercantis, a escolha do local – de preferência, locais montanhosos – obedecia a critérios de proteção e vantagens aos quilombolas quando das investidas das tropas. Além desses aspectos, muitos quilombos, principalmente os mais duradouros, eram dotados de um aparato defensivo bastante engenhoso: falsas entradas com fojos, saída com estrepes, brejos com buracos, além de guaritas com

[28] APEB, juizes, Barra do Rio de Contas, maço 2246. Doc. 24/08/1835. "Relatório descrevendo a atuação da Tropa formada para "aniquilamento e destruição" do Quilombo do Borrachudo". Documento redigido pelo Alferes Guilherme Frederico de Sá Bithencourt.

vigias para a manutenção do controle sobre as movimentações das tropas (GOMES, 2005, p.391). Os dados encontrados sobre a estrutura interna de muitos quilombos são muito vagos e, geralmente, baseados em descrições militares.

Com efeito, as descrições mais detalhadas sobre os sistemas defensivos de quilombos que poderiam variar em grau de complexidade podem ser constatadas a partir dos exemplos notáveis dos quilombos de Palmares e do Buraco do Tatu. Este último, localizado nas imediações da atual praia de Itapuã, na cidade de Salvador, foi descrito pela expedição militar de ataque através de uma planta/mapa produzida para ilustrar o relatório. Sobre a defensiva deste quilombo, assim descreve Schwartz: "*A retaguarda era protegida por um canal pantanoso da altura aproximada de um homem. Os três lados do povoado eram protegidos por um labirinto de estacas pontiagudas [...]. Essa defesa era ampliada por 21 covas repletas de espetos afiados e camuflados por arbusto e mato"* (SCHWARTZ, 2001, p. 235-242).

Os quilombos do Borrachudo não deixaram a desejar em termos de táticas de defesa. Uma destas foi, inclusive, motivo de destaque por parte do alferes-comandante da expedição, Guilherme de Sá:

> [...] fiquei horrorizado quando entrei e conheci o estado de fortificação em que estava a habitação: estava circulada de fojos com estrepes a entrada de braça com braça um fojo, nas quinas das casas tinham fojos, e fojos soltos por todo o terreno onde tinham suas plantações (APEB, Juizes, cx.744, maço 2246, Doc. 24/08/1835).

Erigido sobre um monte, o Quilombo Colégio Novo, teria causado às tropas tanto espanto quanto representaria uma barreira quase intransponível, pois uma *"légua e meia antes de chegar ao dito quilombo principiou-se a arrancar taboas com estrepes [...] nos lugares de brejos."* Neste caso, a presença de uma fortificação tão precisa revela o quão duradouro era o quilombo e a vantagem dos quilombolas no momento de fuga, já que **"***ninguém***"** foi encontrado.

As estratégias de defesa dos quilombolas variavam muito e podiam incluir a prática de abandono de um quilombo para outro, o que traduzia uma maneira de evitar o confronto direto quando os inimigos eram superiores em munições e em quantidade. Este procedimento deve ter sido usado pelos quilombolas do Borrachudo. Em 05 de outubro, logo após a destruição dos quilombos, o Juiz de Paz de Camamu comunicou ao Presidente da Província *"uma tal transferência dos escravos daquele para este quilombo* [...]*, não obstante as distâncias das pontas dum a outro, muito tem possuído, ocupado e alterado os ânimos dos agrícolas desta Vila e suas adjacências e é que de*

novo me faz levar ao conhecimento de V. Exc". Segundo Gomes (2005), via de regra, as diversas estratégias adotadas pelos quilombos brasileiros na política de enfrentamento às formas de repressão poderiam ser produto das experiências de lutas de crioulos e africanos. Enquanto as experiências destes se dariam a partir de conflitos étnicos e de enfrentamentos com os colonizadores europeus na África, as vivências daqueles resultariam do aprendizado com índios no Brasil.

O aumento da população do Borrachudo geralmente se dava através da reprodução natural e pelo aliciamento de escravos das senzalas de Barra do Rio de Contas e de vilas circunvizinhas. Um exame detalhado das atas das câmaras de Barra do Rio de Contas, Camamu, Maraú e Ilhéus, durante 1830 e 1835, revela ter havido uma migração sistemática de escravos dessas localidades, com mais freqüência nos meses de agosto e setembro, em direção aos mocambos do Borrachudo. Coincidência ou não, essas fugas se realizavam na temporada da colheita e moagem da cana.

A presença de um largo cultivo de cana-de-açúcar nos quilombos sugere uma empreitada de trabalho, necessidade de mão-de-obra e de receptores dessa produção, uma vez que, a realização da moagem da cana se dava por um conjunto de aparelhos que os fugitivos não dispunham. Ainda que seja prematuro aventar hipóteses sobre a complexa relação entre quilombolas e sociedade envolvente, suposições podem ser feitas no sentido de trazer à tona informações que possam esclarecer práticas sociais presentes nos quilombos.

Uma vez evidenciada a sazonalidade das fugas, pode-se concluir que parte da população não habitava nos mocambos e que só andavam por ali em circunstância bastante pontual. Se na condição de típicos quilombolas, entraram no circuito da aguardente ou do açúcar, sejam como lavradores e fornecedores de cana – o que é bem provável – essa produção pode ter abastecido os poucos engenhos e engenhocas situados nas povoações contíguas aos quilombos. Interessante ressaltar é que esses quilombolas representaram uma parcela significativa de consumidores de aguardentes. Várias botijas[29] foram encontradas nos ranchos dos quilombolas atestando essa possibilidade.

Talvez, o papel dos quilombolas não se encerrasse na condição de lavradores, mas, no decorrer do tempo, tenham adentrado nos meandros das relações escravistas como intermediários entre fazendeiros e escravos, que por sua vez, andassem

[29] Vaso cilíndrico, de boca estreita, gargalo curto e pequena asa que servia na época para conservar aguardente. Vide Dicionário Aurélio, versão eletrônica.

procurando alugar seus serviços. Fato bastante compreensível se levados em consideração os problemas enfrentados pelos lavradores livres, em Barra do Rio de Contas, acerca da escassez de braços escravos para o desenvolvimento da lavoura. De todo modo, essa hipótese encontra certo fundamento no conteúdo da ata da câmara da Vila, de 1834, quando os vereadores disseram de maneira enfática que *"os mencionados escravos nem só fazem insultos aos moradores do Termo como passam até virem nesta vila a terem negócios com alguns que com eles contratam."*

Ainda sobre a dinâmica de construção dos mocambos. Foi registrado, durante as investidas das tropas a apreensão de crianças menores de 8 anos. Muitos quilombos, no Brasil, recorreram à prática de seqüestrar, principalmente mulheres como forma de melhorar a demografia, predominantemente masculina. (REIS, 1979; GOMES, 2005) Este não parece ter sido o caso dos quilombos do Borrachudo; não há menção a esta prática, apesar da diferença numérica entre mulheres e homens, conforme pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5 – Perfil do sexo e naturalidade dos fugitivos capturados no Borrachudo

Sexo	%	Africanos	Crioulos	N/ID	Total
Homem	71,79%	15	11	02	28
Mulher	28,21%	02	09	-	11
Total	100%	17	20	02	39

Analisando a origem dos presos, observa-se uma participação considerável de crioulos (51,28%) em comparação aos componentes africanos (48,72%). No entanto, quando são relacionados variáveis como sexo e origem, os dados mostram uma outra realidade. No universo masculino composto de 28 membros, os homens de origem africana (aproximadamente 60,72%) se sobressaem em relação aos nascidos no Brasil – os crioulos (39,28%). Esta realidade não ocorre quando o foco de análise é o sexo feminino. Além de ser minoria nos quilombos, as mulheres, uma vez subdividida por origem, expressavam uma ampla participação na condição de crioulas (81,81%), enquanto as africanas representavam (18,19%). Esses dados expressam um padrão recorrente no cenário escravista, onde o gênero constitui-se como variante: uma alta demografia masculina dos cativos e uma baixa densidade demográfica feminina. Esse perfil foi também encontrado por Schwartz (1988) nos engenhos baianos e não diferia

dos exemplos encontrados nos documentos do tráfico dos portos do Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão. Os senhores de engenho do Recôncavo Baiano davam preferência aos cativos do sexo masculino e jovens, e pouca importância à capacidade reprodutiva das mulheres. Além disso, tanto mulheres quanto crianças eram colocadas à disposição com pouca freqüência pelos fornecedores africanos. Só para se ter uma idéia, durante o tráfico para a Bahia, as mulheres perfizeram entre 30 a 40% dos cativos importados.

No mais, os documentos manuscritos em que estão relacionados os habitantes presos dos quilombos não fazem nenhuma referência sobre os lugares de origem desses africanos, mas o provável é que fossem de origem étnica diferente, ou pelo menos que parte deles fosse de origem bantu, sobretudo, da região Congo-Angola, de onde vinham, desde o século XVII, os escravos desembarcados em terras baianas. Segundo Schwartz (1988), mesmo no período áureo do tráfico no Golfo do Benin (1780-1820) – de onde provinham os jejes, nagôs (iorubas), tapas (nupês), haussás e outros povos sudaneses –, os cativos bantu provenientes de Angola e da África Central continuaram sendo transportados para a Bahia e, no início do século XIX, já representavam entre um quarto e um terço das importações.

Não há informações precisas sobre a população total dos quilombos, acarca da qual, tem-se apenas informações vagas, baseadas em especulações das autoridades. Em 1833, o juiz de Barra do Rio de Contas, Rafael José Setúbal, sustentava que o volume de habitantes era *"em número maior de cem"*. Se esta avaliação tiver fundamento, é bem possível que no decorrer do tempo essa população tenha aumentado, algo presumível tendo em vista os números de habitações por quilombo - os maiores aquilombamentos possuíam cerca de 20 casas ou variavam entre 3 e 12 casas.

A respeito da estrutura material das habitações encontradas nos quilombos a documentação é bastante reticente, principalmente no que se refere ao tamanho das casas. Não é possível constatar se havia critérios de poder interno – maior autonomia das lideranças quilombolas – em relação à dimensão e disposição das moradias. Os aspectos relacionados ao tamanho e à forma destas são imprecisos, mas apontam para algumas direções. Em seus registros, o alferes Guilherme de Sá faz menção a *"casas"* e *"barracões",* indicando, talvez, a presença de unidades familiares e de uso comunitário.

As informações ainda dão conta do material utilizado nas construções – pau-a-pique, revestidas com barro e cobertas com palha de oricana.[30] Sobre este aspecto, estudos sobre habitações no Brasil têm revelado que houve um amplo uso dessas técnicas na produção de habitações, inclusive urbanas. As técnicas de construção no Borrachudo apresentam influências marcadamente indígenas. Como nos quilombos mineiros, tais técnicas também agregam aspectos que se assemelham aos das habitações africanas, principalmente aquelas encontradas nos reinos do Congo, Matamba e Angola. Slenes (1999) ao fazer um exame das arquiteturas das habitações dos escravos, em Campinas, região Sudeste do Brasil, constatou similitudes com as técnicas de construção de povos da África Central e concluiu que *"as semelhanças entre cubatas, senzalas e, inclusive, quilombos são realmente extraordinárias."* Também argumentou que essa analogia se estabelecia por fatores culturais e experiências africanas em ambos os lados do Atlântico (SLENES, 1999, p. 178).

Mas as analogias culturais dos mocambos do Borrachudo não se findam nas formas de construção das casas de seus residentes. Uma descrição detalhada das técnicas do sistema de defesa, formada por fojos e estrepes, utilizados pelos insurretos poderiam ser facilmente confundidas com as armadilhas construídas pelos nsundi para a caça de animal de médio e grande porte ou as táticas de defesa das etnias bakongo praticadas no contexto do tráfico de escravos, na África Central. Tais técnicas foram encontradas nos quilombos "mutolo" de Icolo, Couto da Sanga e Couto do Caholo. Centros de resistência quilombola encontrados e registrados no território de Angola, durante o século XIX.[31]

Em suma, é perceptível o conjunto de experiências culturais, que os africanos, ao serem trazidos para o Brasil, utilizaram como símbolo de resistência frente à realidade quotidiana do cativeiro. Decerto que esse legado, na experiência da diáspora, foi modificado e ressignificado pelos atores sociais que buscaram nas referências culturais formas diversificadas de lutas. Essa perspectiva de redefinições de identidades tanto de africanos como de seus descendentes, que os levaram a construir estratégias de

---

[30] *Geonoma Rubescens* é uma palmeira elegante, endêmica da mata atlântica, cf. www. agrotropical.org, acesso em 22/08/2008.

[31] A descrição de fojo como técnica militar foi encontrada no dicionário de Caldas Aulete. Consiste numa cova funda e estreita para baixo, que se enche de estrepes e cuja entrada se disfarça com ervas, ramas, terra etc., a fim de colher o inimigo. Vide explicações mais detalhada dessa discussão em (SLENES, 1999); principalmente o capítulo terceiro "Esperanças e Recordações: condições de cativeiro, cultura centro-africana e estratégias familiares". Para ver casos de quilombos em Angola, vide (FREUDENTHAL, 1999).

sobrevivências a partir da escravidão, remete a Marshal Sahlins (1999) de que *"esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática,* surgindo daí, *ações criativas dos sujeitos históricos* (SAHLINS.1999, p. 7.). Parte-se do princípio de que pessoas interpretam suas experiências, tentando modificá-las, a partir de sua visão de mundo, que por sua vez é formada na experiência anterior.

Ainda que pareça problemático, é possível estabelecer paralelos entre as experiências dos africanos na África e na diáspora. As comparações podem ser feitas se atuarem no sentido de examinar mecanismos dinâmicos e interativos criados e vivenciados por africanos e seus descendentes na experiência da escravidão (POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1997). Nesse sentido,

> Es prodigiosa la tenacidad com la que la voz, el génio y la expressión sociocultural de los descendientes de las muchas naciones fracturadas y deportadas por la trata forjaron uma impronta indisoluble em el seno de las sociedades que alguna vez solo quisieron lucrase de su trabajo esclavizado. Estos "migrantes desnudos" de diversos pueblos, religiones, idiomas, crearon nuevas sociedades a partir de la solidaridad generada em médio de la sujeción. No solo porque hayan desarrollado formas concretas de hacer sociedad – formas familiares de assentamiento, uso y transformación de los recursos naturales, maneras y sentidos para interpretar el mundo – sino por el vigor y la diversidad de tales innovaciones y por La resistencia en contra de La subordinación. Combinando de variadíssimas maneras los principios filosóficos, las artes, conocimientos y destrezas traídos de África con otros nuevos, inventados o derivados de los de los nativos amerindios o de los mismos esclavizadores europeos, los africanos y sus descendientes fueron produciendo uma rica cultura en medio de la precariedad económica y de La discriminación social.(MOSQUERA;PARDO; HOFFMANN,2002, p. 14)

A presença de lideranças nos quilombos do Borrachudo sugere a existência de um aparato organizativo, no qual os poderes eram divididos entre africanos e crioulos. Os nomes dos líderes aparecem ao lado de designações que aludem a algumas funções administrativas e da justiça, muito comuns na sociedade escravista. "Inspector", "Juiz de Paz", "Ouvidor", assim foram tratados e/ou denominados, respectivamente, os africanos Lauriano, Manuel e José. Alguns líderes quilombolas, inclusive, reproduziam as mesmas patentes de seus senhores. Este foi o caso do crioulo João; era tratado pelos seus pares como "Capitão-Mor", uma clara alusão à patente de seu senhor, Estevão Pereira Nobre. Também possuía título, de "Juiz de Paz", o escravo do senhor Theodorio José Pinto, o crioulo Honorato, que tinha se entregado "pela fome" logo após a segunda atuação da expedição antiquilombo.

É relevante mencionar que os títulos usados pelo quilombolas podem funcionar como ferramentas interessantes para desvendar a dialética dessas posições de prestígios

no interior do grupo. Sendo critérios marcadores de posições sociais no mundo dos senhores, ao tomá-los como referência de liderança, os fugitivos acabavam por reproduzir uma hierarquia social que, de certa forma refletia a sociedade mais ampla. Por seu turno, não se tratou de uma simples apropriação pelos quilombolas, mas de uma série de adptações experimentadas pelos residentes do Borrachudo e de outros quilombos encontrados na América. Estas adequações, por suas vez, criadas para resolver problemas práticos do quotidiano poderiam estar ligadas, também, às práticas socioreligiosas, políticas ou militar oriundas do continente africano.

Embora apareçam ao lado de designações aparentemente americanizadas, pouco se sabe sobre os significados das lideranças em termos de organização dos quilombolas do Borrachudo, tanto ligadas às práticas africanas quanto àquelas forjadas em terras brasílicas. Não obstante, alguns historiadores têm chamado à atenção que, para compreender as dinâmicas vivenciadas no interior das comunidades de fugitivos, na América e, em particular, no Brasil, no que concerne ao sistema de liderança, se faz necessário levar em consideração às tranformações ocorridas no continente africano, principalmente entre os século XVIII e XIX, onde as concepções de autoridades passavam por mudanças (THORNTON, 2004; GOMES, 1996).

3.4.1 Em torno de uma economia quilombola

Como já foi dito, quando formavam um quilombo, os fugitivos procuravam se estabelecer em espaços que lhes permitissem segurança e, ao mesmo tempo, possibilidades de trocas mercantis. Resultante de uma dinâmica interna, a economia quilombola era complexa e variada e, em parte, dependia da sociedade em seu entorno. Os mocambos do Borrachudo procuraram se situar em áreas não muito distantes dos centros de povoamento de Barra do Rio de Contas, ficando próximos de fazendas e engenhos. Neste contexto socioeconômico, os núcleos do Borrachudo se estabeleceram, criando outros cenários de relações sociais.

A estrutura interna desses mocambos contava com a presença de várias casas de farinha e de instrumentos de trabalho ligados à sua fabricação, tais como, ralos de mandioca, prensas, alguidares, peneiras de massa, cochos e gamelas em grande quantidade. Pelo que se depreende dos registros documentais, os quilombolas produziram mais do que o necessário para sua subsistência. Integrando-se de um circuito econômico já estabelecido, eles poderiam naquele período representar uma

camada significativa de roceiros envolvidos na produção e circulação de bens necessários ao mercado interno, como aguardente e farinha (vide tabela 6). Tal estratégia asseguraria a possibilidade, dentre outras coisas, de manutenção de laços de solidariedade com cativos de senzalas e taberneiros e trocas mercantis com fazendeiros.

Em todas as regiões brasileiras e em várias partes da América, os quilombos travaram verdadeiros embates para se manterem autônomos. Além de assaltos e roubos de objetos e dinheiro, os fugitivos caçavam, plantavam e colhiam e, com o excedente de suas produções, procuravam estabelecer redes de comércio com escravos, pequenos lavradores, taberneiros, roceiros livres e libertos. Sobre esse tipo de relações na região aqui em estudo, as fontes apontam indícios. Em 1833, o juiz Rafael Setúbal mencionava em seu oficio ao presidente da Província a sua angústia ao saber da *"comunicação e correspondência* [de quilombolas com] *muitos livres e cativos da Villa, são para estes fornecidos de farinha, pólvora, chumbo e armamento o que me tem posto em consternação, bem como em desassossego toda a Villa* [...]*"* (APEB, maço 2246). Na consternação do dito juiz – e de seus pares no Brasil escravista afora – sobre o envolvimento de pessoas livres e cativas com os quilombolas, duas questões parecem cruciais: qual era a natureza dessas relações e seu impacto na sociedade escravista? Eram relações permeadas por quais tipos de interesses?

Tabela 6. Aspectos econômicos dos Quilombos do Borrachudo

Quilombos	Economia
Colégio Novo	**Roçado de mandioca, três mil covas de cana, bananeiras, canteiros de alface, de cebolas, de alhos, carás, mangaritos, *quiçares*, inhames.**
Colégio Velho	**Roças de mandioca, bananeiras, cinco mil covas de cana, limoeiros, jaqueiras, laranjeiras, carás, mangaritos, *quiçares***
Santo Antonio do Bom Viver	**Sacos de farinha de mandioca, beijus, roçado de mandioca, três mil covas de cana, bananeiras, limoeiros, laranjeiras, jaqueiras, carás, *quiçares*, inhame da Costa, gengibre, batatas.**
Sabura	**Várias plantações de cana**
Retiro Alegre	**Roçado de mandioca**
Corisco	**Roças de mandioca, cinco mil covas de cana, pés de algodoeiros, limoeiros, laranjeiras, limeiras, jaqueiras, pés de café e de cacau, plantações de fumo, gengibre e várias qualidades de inhames.**
Coronel	**Plantações de milho, de feijão, inhame da Costa.**

Fonte: APEB, maço 2246.

O fato é que, em torno dessas relações econômicas, surgiram trocas sociais e culturais entre aquilombados, cativos e livres, bem como conflitos e solidariedades. Através dessa longa rede, quilombolas obtinham informações sobre investidas de tropas, acoitamento, transporte para facilitar o escoamento de suas mercadorias e outros tipos de facilitações que determinados grupos ocupacionais – dentre eles, barqueiros e taberneiros –, poderiam oferecer.

O papel dos taverneiros, nas estratégias de sobrevivência dos fugitivos, tem sido registrado tanto na historiografia quanto na literatura. Em 1869, o escritor Joaquim Manuel de Macedo, publica *"Vítimas-Algozes"*. Este romance surgiu em resposta à apresentação do escravo como coitadinho no romance *"A Cabana de Pai Tomás"*, da escritora norte-americana Harriet Beecher Stowe. Macedo fazendo uma subversão da história transformou em algozes cativos que quase sempre foram vistos como vítimas. Mergulhando nos jornais, passou a relatar dramas e histórias típicas do quotidiano de uma sociedade escravista. Dentre estas, estava a de um escravo crioulo. Seu nome era Simeão. Era um escravo bom para seus senhores, mas quando passou a freqüentar a taberna, encheu-se de vícios e andou cometendo alguns furtos na fazenda onde vivia. Da história de Simeão, o aspecto mais relevante suscitado – e que é interessante demonstrar neste trabalho – foi o papel da taberna como promotora de encontro de negros, pardos, libertos, escravos em fuga ou vindos de quilombos. Sobre a taberna, tem-se a seguinte informação:

> A venda não dorme: às horas mortas da noite vêm os quilombolas escravos fugidos e acoitados nas florestas, trazer o tributo de suas depredações nas roças vizinhas ou distantes ao vendelhão que apura nelas segunda colheita do que não semeou e que tem sempre de reserva para os quilombolas recursos de alimentação de que eles não podem prescindir e, também não raras vezes a pólvora e o chumbo para a resistência nos casos de ataque aos quilombos. (MACEDO, 1869, p.1).

A taberna, na literatura, tal como na historiografia constitui-se como espaço de sociabilidade de escravos, libertos e de outros grupos sociais. Daí decorreu-se, talvez, seu poder de desestabilizar a ordem vigente; pois, permitia-se a circularidade de pessoas, e criava possibilidades para que experiências festivas e culturais fossem partilhadas por diferentes setores sociais. Soares (2001), quando pesquisou a capoeira e outras tradições da rebeldia escrava, no Rio de Janeiro, no século XIX, constatou que a taberna, juntamente com praças, igrejas, zonas portuárias e quilombos compunham significativamente a territorialidade dos capoeiras.

O fato é que, as vendas também funcionavam como pontos de receptação de objetos roubados, principalmente aqueles provenientes da zona rural. E para aqueles que recebiam tais objetos, a legislação não costumava conceder perdão. O Código Criminal de 1831, em seu artigo 6º § 1º considerava como cúmplices:

> Os que receberem, ocultarem ou comprarem coisas obtidas por meios criminosos, sabendo que o foram, ou devendo sabê-lo em razão da qualidade, ou condição das pessoas, de quem as pretender cometer tais crimes. [32]

Na Comarca de Ilhéus, as autoridades sabiam do perigo dessas relações e das dificuldades encontradas, cada vez que tentavam extingui-las. Das cinco resoluções assinadas, em 1830, pelo ouvidor da Comarca de Ilhéus, Antonio Vaz de Carvalho, duas estavam relacionadas às tabernas e vendas. Uma delas regulamentava os horários de funcionamento desses estabelecimentos, mas juntamente com a regulamentação seguia uma série de punições:

> Que na mesma pena incorresse os ditos donos de tabernas, ou lojas de bebidas espirituosas, que nelas a qualquer hora do dia ou da noite consentirem um ou mais escravos demorados, sem que estejam efetivamente ocupados na compra de alguns gêneros, além dos mesmos escravos incorrem na pena de oito mil réis que serão pagos pelos seus respectivos senhores, não preferindo estes faze-los castigar em lugar público com cinqüenta açoites aos machos, e as fêmeas cinqüenta palmatoadas (APEB, Ouvidoria, Ilhéus, maço 2215-1, Doc. 10/11/1830).

Paralelamente a essas medidas preventivas, outras determinações visavam um controle mais efetivo da massa escrava. Diante disso, foi determinado que

> [...] nenhum escravo antes ou depois das horas marcadas na resolução terceira possa vagar pelas ruas, estradas, cais sem cédula datada e assinada por seu senhor, Administrador, Feitor, ou quem suas vezes fizer, em qual se indique o nome, naturalidade dos escravos, seus mais salientes sinais, o lugar para onde se encaminha, e o tempo pelo qual deva valer a referida cédula na forma da resolução do Conselho Geral de Província de 14 de dezembro de mil oitocentos e trinta [...] (APEB, Ouvidoria, Ilhéus, maço 2215-1, Doc. 10/11/1830).

Essas resoluções que pretendiam disciplinar o universo dos cativos e, especialmente dos quilombolas, expressavam as estratégias de ampliação da autonomia dos fugitivos que, na maioria das vezes, causavam impactos em diversos espaços da escravidão, principalmente nas senzalas. Isto porque, nessa rede de relações não só circulavam pessoas livres, mas também muitos cativos, com os quais quilombolas poderiam estabelecer comércio, através de excedentes ou produtos de roubos.

---

[32] Código Criminal do Império do Brasil, 1831. Disponível, também, no site www.camara.gov.br. Acesso em 28/08/2008.

Na vila da Barra do Rio de Contas, as alianças entre quilombolas e cativos de senzalas ficaram mais evidentes para as autoridades no momento em que houve a prisão de alguns componentes do Borrachudo. Na época da invasão do Quilombo de Santo Antonio do Bom Viver, cativos de fazendas quando estavam a caminho dos núcleos do Borrachudo para trabalhar na fabricação de farinha de mandioca foram surpreendidos pela tropa. Assim, foram presos o escravo africano de nome Manuel Frescal e a crioula de nome Maria Bahia. Com esta foram encontrados três vestidos, uma coberta, lenço e camisa bordados, produtos do roubo da casa de Dona Ana Joaquina do Espírito Santo. No quilombo Retiro Alegre foi encontrado, na mesma ocasião, um chapéu.

Outros objetos roubados da casa de Ana Joaquina voltariam a aparecer no período das investidas nas matas. No dia dezoito de agosto, ainda em fuga das patrulhas, a crioula escrava Joaquina e seu filho estavam de posse de *"uma cesta e dentro dela uma boceta que continha um relicário de ouro com duas voltas de cordão, um anel de ouro, uma fivela grande, três garfos, duas colheres de sopa, duas pequenas de chá, uma de tirar açúcar, tudo de prata e um pente de pedras, um vestido de cassa, um lenço de morim, outro dito bordado e um espelho [...], dois crucifixos de latão ainda novo"* [33]. Não se sabe ao certo o que a crioula iria fazer com tais objetos, mas possibilidades não lhe faltariam. Ou faria uso desses utensílios e se firmava diante de seus pares como uma "Dona", como assim era tratada no quilombo, ou o mais provável é que, convertesse esses objetos em valores pecuniários e subsidiasse um grande projeto familiar envolvendo seu filho, o menor Firmino Filho e quem sabe, um possível companheiro. Desta forma, livrar-se-ia de vez, ou provisoriamente do controle do tenente-coronel Manuel Martins de Lima. Mas, infelizmente, seu projeto foi abortado, ou seria melhor dizer protelado até a próxima fuga?

As evidências documentais apontam para um intenso comércio clandestino entre quilombolas e escravos de vilas vizinhas. Os quilombolas do Borrachudo, por intermédio dos cativos, tinham acesso a objetos e bens que não podiam produzir – especialmente aqueles ligados ao vestuário. A crioula Joaquina, uma vez inquirida pelo alferes em comissão, declarou que tinha comprado duas saias do escravo Vitoriano. Ainda diria mais: outros parceiros seus eram fornecidos por Faustino e seus companheiros, da casa do Capitão Estevão Pereira Nobre e pelo escravo Ignácio, do

[33] APEB, juizes, Barra do Rio de Contas, maço 2246. Doc. 24/08/1835. "Relatório descrevendo a atuação da Tropa formada para "aniquilamento e destruição" do Quilombo do Borrachudo". Documento redigido pelo Alferes Guilherme Frederico de Sá Bithencourt

Tenente João Soares e, ainda, pelo africano Joaquim, pertencente ao Sargento-mor de Ilhéus, José Jacinto.

É interessante sublinhar que os objetos subtraídos das casas dos senhores poderiam ser inseridos no mercado em que tanto escravos quanto forros poderiam consumir. Objetos valorosos e que conferiam status, tais como, jóias, roupas e adornos ganhavam significados e diferentes usos por quem os detivessem. Além de colocados à venda e proporcionarem rentabilidade para quem os vendia, a apropriação desses objetos pelos membros do Borrachudo mostra explicitamente um grau de subversão da ordem social escravista. Isto se concretizava, na medida em que o usufruto e a posse desses artigos marcavam racial e socialmente as fronteiras entre o mundo livre e o escravo. Possivelmente, utilizando-se desses artifícios e manipulando os códigos de conduta típicos do setor urbanizado, muitos quilombolas ao se dirigirem ao Termo da Vila do Rio de Contas, seja para negociar trabalho ou vender sua produção, foram confundidos como forros e não vistos como fugitivos. Alguns objetos poderiam adquirir certo valor simbólico e indicar, talvez, aspectos relevantes das práticas religiosas de seus usuários. Os dois crucifixos encontrados nos pertences de Joaquina pode indicar ligações com práticas cristãs.

Pelo que se depreende das fontes, das malhas grossas e finas dos interesses dos quilombolas do Borrachudo até sargento-mor fazia parte. Assim, ao ser inquirido sobre a origem de sua roupa, o africano Manuel Frescal, escravo fugido do senhor José da Costa, informou que o calção que tinha no corpo fora vendido pelo escravo Joaquim, pertencente ao sargento-mor de Ilhéus. Outros quilombolas como os africanos Lauriano e Mariano, disseram abertamente que mantinham negócio com o próprio sargento-mor José Jacinto e o escravo João Pinto. Possivelmente, as relações comerciais entre os quilombolas do Borrachudo e escravos da vila de Ilhéus causaram surpresa às autoridades e a alguns senhores da região. No entanto, o mais surpreendente talvez tenha sido a participação de uma autoridade nessas relações. A presença de um sargento-mor, ou seja, de uma autoridade que representava em si, a própria repressão, revela uma das características da formação e consolidação dos quilombos em sua trajetória histórica: a incorporação de diversos personagens de diferentes grupos sociais nessas teias de relações. Essa certamente era uma estratégia construída na tessitura cotidiana da busca pela existência. Assim, o que para as autoridades coloniais poderia ser sinônimo de desordem, caos social e promiscuidade, para os quilombolas simbolizavam possibilidades reais de criar frestas na escravidão.

As relações entre quilombolas e agentes livres da sociedade eram tão comuns que, durante o processo criminal de fugitivos presos, as autoridades perguntavam sobre os que apoiavam aqueles sujeitos. Nas investigações preliminares sobre os quilombolas do Borrachudo as perguntas se inclinaram em várias direções: desde a manutenção do grupo até as formas pelas quais os quilombolas tinham obtido informações sobre a movimentação da tropa. Nessa averiguação ficou constatado o grau de envolvimento da escravaria da região, o que leva a supor que outros interesses estavam por trás dessas relações.

Nesse sentido, é possível seguir algumas pistas de Gomes, segundo as quais, para além de trocas mercantis, vigoravam entre escravos e quilombolas laços de solidariedade e a necessidade de manutenção de determinados ganhos e arranjos familiares construídos ao longo de suas vidas. A propósito, quando indagada sobre quem lhe dava informação sobre investidas de tropas contra os fugitivos, a crioula Maria Bahia declarou que era o escravo Ignácio. Este poderia parecer mais um caso comum de solidariedade entre escravos e quilombolas, não fosse o motivo de Maria Bahia e Ignácio serem respectivamente, mãe e filho. Ignácio estabelecia comércio com os quilombolas do Borrachudo e suas idas até os quilombos não se davam tão somente para isto, mas eram também momentos em que ele podia rever e fortalecer seus laços parentais reais e simbólicos (GOMES, 1996; REIS, 1996).

Nesse sentido, as vivências dos cativos e dos fugitivos não eram tão excludentes como pensou, durante algum tempo, a historiografia sobre a escravidão da década de 1970. Nessas abordagens historiográficas, as senzalas e os quilombos eram vistos como espaços antagônicos das experiências negras na escravidão. Nesta perspectiva, as senzalas representavam o discurso conformador, pois eram vistas como ocupadas por escravos passivos. Em contrapartida, nos quilombos se encontrariam os escravos rebeldes e questionadores da realidade escravista. Ora, muitos estudos têm evidenciado que as vivências de fugitivos e cativos de senzalas eram complexas, multifacetadas e complementares. Desta forma, as *"senzalas, choupanas, matas próximas, tabernas e seus agentes funcionavam como espaços complementares, articulando comunidades de senzalas e fugidos"* e *"as fugas e experiências dos fugidos reafirmavam práticas, interesses, conquistas e expectativas daqueles que permaneciam assenzalados"* (GOMES, 2003, p. 60 GOMES & REIS, 1996).

Apesar da exigüidade das informações das fontes, os exemplos já documentados até aqui esclarecem que as relações entre quilombolas do Borrachudo e

escravos de senzalas de Barra e de vilas vizinhas se consolidaram em diferentes ocasiões e por motivos diversos. Não é à toa que uma das medidas utilizadas pelas autoridades para desarticular a sobrevivência dos fugitivos consistiu na retirada de senhores e escravos das fazendas vizinhas aos quilombos. Essas determinações permitem que se suponha a existência de proteção, acoitamento e fornecimento de alimentos a aquilombados por parte de fazendeiros e sobretudo por seus escravos. Desvela-se nessas relações o poder explosivo que a existência desses quilombos poderia representar naquele momento para os cativos da Vila e a importância da presença destes nas relações com os quilombolas.

O impacto desse intercâmbio, socioeconômico e cultural, entre quilombos e a sociedade mais ampla, era vivenciado sob diversas dimensões e perspectivas. Sob a ótica do senhor, a fuga do escravo representava, economicamente, a subtração irreparável de sua mão-de-obra. Mas não era só isso. Mesmo em fuga, o escravo não deixava de ser produtivo, podendo desenvolver diversas atividades econômicas dependendo de sua especialidade. Numa região, como a da Comarca de Ilhéus, que tinha sérios problemas com acesso a mão-de-obra, muitos fugitivos eram absorvidos em várias culturas, principalmente, de mandioca. Através de apadrinhamento e acoitamento lavradores pobres aumentavam sua produção com o auxílio de tais fugitivos. Exemplos encontrados em Barra do Rio de Contas fazem menção a essa realidade. Em 1807, escravos e lavradores de mandioca foram acusados de acoitar e utilizar mão-de-obra de quilombolas na produção de mandioca.[34]

Em contrapartida, os escravos poderiam tirar dessas experiências de fuga, uma forma de ampliar sua autonomia, ou mesmo, preservá-la quando alguns ganhos estavam sendo ameaçados. Na medida em que se redefiniam as relações entre senhores e escravos, procuravam-se formas de negociação dentro do sistema escravista. Desta forma, a simples constatação, pelas autoridades e senhores de escravos, de quilombos próximos ou distantes da região era sinônimo de medo – pois, em muitos momentos, os mocambos funcionavam como incubadeiras de revoltas – e de prejuízo econômico.

Donald Ramos (1996) examinando quilombos em Minas Gerais, no século XVIII, argumenta que em lugar de representar uma ameaça ao sistema escravista, os quilombos mineiros, quando acolhiam escravos insatisfeitos e ansiosos pela liberdade,

[34] Ver relação entre fugas e acoitamentos em REIS (1996). Para outras regiões do Brasil, ver GOMES (2003; 2005; 2006). Sobre fugas e apadrinhamento de fazendeiros na Comarca de Ilhéus, ver: MARTIUS & SPIX (1981).

poderiam funcionar como uma "válvula de escape" às tensões sociais vigentes sob o jugo escravista. Dificilmente, esse argumento teria convencido o capitão-mor Estevão Pereira Nobre, morador da vila da Barra do Rio de Contas, que tentou por diversas vezes resgatar dos quilombos do Borrachudo os escravos João, Antonio, Benedito e Faustino.

Tal explicação dificilmente teria persuadido os herdeiros de José Narciso, que teve subtraído de seu plantel quatro cativos. Aliás, neste caso, foram encontrados o contexto e os possíveis motivos para a fuga desses escravos que procuraram nos quilombolas proteção e possibilidades de trabalho. Pelo que se destila da documentação, a fuga desses africanos pode ter sido arquitetada no momento da partilha da herança de José Narciso. A possibilidade de serem divididos entre os herdeiros de seu antigo senhor pode ter provocado medo e incerteza aos escravos Jacinto, João, Manuel e Francisco que, nesta ocasião, poderiam ter seus arranjos familiares, consangüíneos ou não, destruídos pela partilha.

Argumentando em torno da família escrava da Bahia do século XIX, Isabel Reis, a partir da análise de anúncios de fuga de escravos nos jornais, constatou as diversas motivações e estratégias utilizadas pelos cativos para preservarem suas liberdades, seja individual ou familiar. Dentre as motivações sobressaíram-se as fugas empreendidas por cativos em busca de juntar-se aos seus companheiros, às vezes amigos ou irmãos (REIS, 2001). A necessidade de preservar laços afetivos e familiares conduziu muitos escravos a cometerem atos extremos e desafiadores do controle senhorial. Em 1807, uma escrava do Engenho Acarahy, de propriedade do coronel José de Sá Bittencourt, fizera um trajeto de nove léguas entre Camamu e Barra do Rio de Contas, provavelmente para juntar-se a seu companheiro, o pardo Joaquim, escravo de Agostinho Ramires da Rocha. Desta união teria resultado uma criança. Como toda família escrava e na condição de fugitiva, o medo da separação deve ter sido uma constante na vida do casal, principalmente depois que o capitão-do-mato tentou, sem êxito, capturar a cativa do coronel Bittencourt. Para evitar tal prisão, Joaquim, num ato de extrema violência, retirou-lhes dos braços do capitão-do-mato (APEB, maço 572-1).

A propósito da política de controle sobre a população escrava que a experiência do Borrachudo possa ter suscitado na região, verificou-se que mesmo depois da dispersão dos habitantes do Borrachudo, houve um recrudescimento da atividade quilombola na região sul-baiana. No oficio de 20 de agosto de 1837, destinado ao Presidente da Província, o juiz da Comarca de Ilhéus Francisco Primo de Castro,

relatava parcialmente sobre uma forte expedição designada para apreender escravos fugidos, em diversos mocambos espalhados, no interior da região, alguns, inclusive sofreram sentença de morte (APEB, maço 2298). Esse movimento contínuo da presença de comunidades de fugitivos esclarece, em parte, a forte tradição de rebeldia cativa sobre a qual se assentou significativamente as experiências de africanos e crioulos frente aos padrões de controle e de opressão senhorial da Comarca de Ilhéus e, em particular, da Vila do Rio de Contas.

CONCLUSÃO

Investigando os significados do protesto escravo de 1835, em Barra do Rio de Contas e áreas contíguas na Comarca de Ilhéus, verifica-se um padrão de rebeldia escrava a partir de fugas e formação de mocambos/quilombos presente nessa região desde longas datas. Esta estratégia de resistência escrava não excluiu, de maneira nenhuma, a existência de revoltas. Uma ligação explosiva entre essas duas estratégias de enfrentamento escravo foi vista em dois eventos, já conhecidos pela historiografia: as revoltas escravas em Camamu, em 1691, e no Engenho de Santana, em 1789. A Comarca de Ilhéus foi marcada por uma longa trajetória de formação de mocambos/quilombos, o que se perpetuou no século XIX, quando o instrumento de mobilização política dos escravos rebeldes em Salvador, Recôncavo e áreas adjacentes se apresentava através de revoltas, majoritariamente, em torno de identidades étnicas (SCHWARTZ, 1988; REIS, 2003).

Na busca dos possíveis motivos que levaram ao episódio de 1835, é possível constatar que escravidão em si pode ter sido uma força motriz para atos de rebeldia de escravos de Barra do Rio de Contas e de outras partes da Comarca. Em 1835, a junção de diversos fatores, conjunturais e específicos da região sul-baiana pode ter propiciado um momento oportuno para o surgimento e florescimento dos quilombos presentes nas matas de Barra do Rio de Contas. Este lugar contava com uma instabilidade militar que impedia medidas mais efetivas contra rebeldia escrava e onde as economias de abastecimento e de exportação passavam por um momento de expansão, criando, consequentemente, uma demanda no mercado regional em torno de produtos de subsistência, dentre eles, o de farinha de mandioca.

É muito provável que lavradores de Barra do Rio de Contas e adjacências tenham aumentado a demanda de trabalho e de acesso a terra, restringindo a autonomia dos escravos, sobretudo no que diz respeito às roças de subsistência. Assunto extensivamente debatido na historiografia da escravidão, a economia dos escravos tem sido motivo de análise a partir de suas funções no sistema escravista, sejam ideológicas e/ou econômicas. Havia um grau de autonomia dos escravos, pois muitos deles acabaram produzindo em suas roças além do necessário à manutenção, o que resultou na comercialização do excedente. Isso explica a existência de luta para a conservação e

mesmo ampliação desse tipo de economia (CARDOSO, 1987; REIS & SILVA, 1989; SCHWARTZ, 2001).

Examinando o Recôncavo baiano dos últimos anos da escravidão e nas duas primeiras décadas do pós-abolição, Walter Fraga Filho (2006) estudou os conflitos envolvendo senhores e escravos no interior dos engenhos, em torno das roças de subsistência, e argumentou que essas práticas econômicas serviram para conformar um mundo repleto de expectativas em torno da liberdade em determinados segmentos da população escrava, expectativas também compartilhadas por ex-escravos.

Esse sistema econômico foi muito comum em regiões como o sul da Bahia, com o perfil do pequeno produtor, produtos direcionados ao mercado interno e de pequenos plantéis de escravos. Perfil semelhante, Gomes (2003) encontrou na região de Iguaçu, no Rio de Janeiro, onde, apesar da existência de engenhos, muitos escravos eram absorvidos na produção de gêneros alimentícios. Acredita-se que em torno de noções de direito e costume a luta dos quilombolas do Borrachudo representou, ao mesmo tempo, uma luta dos escravos da região no que se refere ao acesso à terra, roças escravas e comercialização de excedentes no mercado regional. Não é por acaso que os fugitivos contaram diversas vezes com a ajuda e cumplicidade de cativos de outras partes da Comarca de Ilhéus. Sem dúvida, o aumento exaustivo de trabalho, provocado pelos problemas de ordem econômica, social e política, foi experimentado pelos escravos como uma exploração, *"a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a padrões valorizados de trabalho"* (THOMPSON, 1998, p. 19). Nesse sentido, os quilombos do Borrachudo, além de possuírem um caráter reivindicatório, expressavam na sua outra face a emergência de um campesinato negro, forjado entre escravos das senzalas (através das roças) e quilombolas, e compartilhado por diversos setores livres (taberneiros, lavradores pobres, libertos, fazendeiros, etc.) da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo- 1789-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BASTIDE, Roger. **As Américas Negras: as civilizações africanas no Novo Mundo**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1974.

BRITTO, Eduardo. "Levante de Pretos na Bahia". **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,** v. 10, n. 26, p. 88-94, 1903.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion**. Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In.: HUNT, Lynn (org). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.63-93.

FRAGA FILHO, Walter. **Na Encruzilhada da Liberdade**: história de escravos e libertos na Bahia (1870 – 1910). Campinas/SP: UNICAMP, 2006.

FREUDENTHAL, Aida. A recusa da escravidão: quilombos de Angola no século XIX. Luanda/ Angola: **Museu Nacional da Escravatura/** Instituto Nacional do Patrimônio Cultural, 1999.

FREITAS, Décio. **Escravos & Senhores de Escravos.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FREITAS, Antônio F. G. de e PARAÍSO, Maria H. **Caminho ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do Sul**. Ilhéus: Editus, 2001.

GEBARA, Ademir. "Escravos: fugas e fugas". **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 12, março/agosto, p. 89-100, 1986.

GOMES, Flávio dos Santos. Em torno dos Bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial. **Revista USP**, n.28, p.41-55, 1995-1996.

_____. Uma Tradição Rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). **Revista Afro-Ásia**: Edufba, n. 17, 1996.

_____. “Quilombos no Rio de Janeiro no século XIX”. In.: GOMES, Flávio; REIS, João José. (orgs). **Liberdade Por um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Experiências Atlânticas: ensaios e pesquisas sobre escravidão e o pós-emancipação no Brasil**. Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. Quilombos: sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII – XIX)**. São Paulo: UNESP; Polis, 2005.

_____. “Seguindo o mapa das minas: plantas e quilombos mineiros setecentista”. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, n. 29, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos/ Conjunto universitário Candido Mendes, março, 1996, pp. 113-142.
comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII – XIX). São Paulo: UNESP; Polis, 2005.

_____. **Histórias de quilombos: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX.** 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio; REIS, João José. (orgs). **Liberdade Por um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOULART, José Alípio**. Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

LARA, Silvia Hunold. “Blowin in the wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Revista Projeto História**, n.12, São Paulo, PUC, outubro, 1995, p. 43-55.

_____. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Vítimas-Algozes**.Disponivel em: www. Dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000124.pdf. Acesso em: 20/09/2008

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão: trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MINTZ, S. W. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOSQUERA, Claudia; PARDO, Mauricio, HOFFMANN, Odile. **Las trayectorias sociales e identitarias de los afrodescendientes**. Bogotá: Universidade Nacional de Colombia, 2002.

MOTT, Luiz. "Santo Antônio, o divino capitão-do-mato." In: GOMES, Flávio; REIS, João José. (orgs). **Liberdade Por um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____ . **Os Quilombos e a Rebelião Negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Os Quilombos Brasileiros**. Salvador: Departamento de Cultura da SMEC, 1973.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

PRICE, Richard (org). **Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas**. Beltimore e London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

REIS, João José. Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro-Bahia, 1806. In: REIS, J,J.& GOMES, F.(org).**Liberdade Por Um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. "Resistência Escrava em Ilhéus: Um documento inédito", **Anais da APEB**, n. 44, p.285-291, 1979.

_____. "Podemos cantar, brincar, folgar": o protesto escravo nas Américas. **Afro-Ásia**, n. 14, p. 115-7, 1983.

_____. Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p. 14-39, 1995-1996.

_____. "Nos Achamos em Campo a Tratar da Liberdade": a resistência negra no Brasil Oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira.** 2001.

_____. "Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos". **Afro-Ásia**, n. 15, 1992.

_____. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo; Companhia das letras, 2003.

_____. "Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX." In.CUNHA, Maria Clementina Pereira Cunha(org). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura** – Campinas/SP: UNICAMP, Cacult, 2002. Companhia das letras, 2003.

REIS, João & SILVA, Eduardo (orgs). **Negociação e Conflito**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. São Paulo: Edusc, 2001.

_____."Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas", **Áfro-Ásia**, n. 29-30, 2003, pp.13-40.

_____. "Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás, Bahia, 1814." In. REIS, J,J & GOMES, F.(org) **Liberdade Por Um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 373-406.

SACRAMENTO, Valdinéa de Jesus. **Trabalhando nos campos do senhor: experiência de escravos, quilombolas e forros no Quilombo do Oitizeiro**. 2006. 70 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Ilhéus, Universidade Estadual de Santa Cruz, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificado do Ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. "Malungu, ngoma vem!": África encoberta e descoberta no Brasil. Luanda; Angola: **Museu Nacional da Escravatura/** Instituto Nacional do Patrimônio Cultural, 1995.

SILVA, Fernanda Amorim da. **Escravos e Forros na Ilhéus Setecentista**. 2003. 70 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Ilhéus, Universidade Estadual de Santa Cruz, 2003.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário de Língua Portuguesa.** Lisboa, 1858.

SANTOS, Lara de Melo dos. **Revolta Indígena e Escrava em Camamu no século XVII**. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2004.

THOMPSON, E. P. "O Termo Ausente: a experiência". In: **Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma polêmica com Louis Althusser,** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-201.
_____. **Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THORNTON, John. **A África e os Africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX.** Salvador: Corrupio, 1987.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em área de fronteira. In: REIS, J,J.& GOMES, F.(org).**Liberdade Por Um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp 213-239.

ZAMPARONI, Valdemir. **A África e os estudos africanos no Brasil**: **passado e futuro**. *Ciencia e Cultura.* [online]. 2007, v. 59, n. 2, pp. 46-49.

ZORZO, Francisco Antonio. "Relatório de Balthazar da Silva Lisboa": apresentação (e notas): o Caminho da Costa do Mar. In: NEVES, E. F; MIGUEL, A.(orgs) **Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Salvador: Arcádia, 2007, pp.147-200.

FONTES

Manuscritos

APEB, **Seção colonial**, maço 572-1. "Traslado da devassa, que por Ordem do Conde da Ponte, Governador e Capitão General da Capitania procedeu o Desembargador Ouvidor Geral da Comarca Domingos Ferreira Maciel contra os que acoitam e tem refugiados no Oitizeiro negros fugidos e aquilombados."

APEB, **Seção colonial,** maço 572-2. Traslado do Inventário e Seqüestro dos bens que se achavam no Oitizeiro.

APEB, **Seção colonial e provincial**, coleção Ordem Régias, volumes 4, 5, 8, 13, 17, 55, 86, 90, 102.

APEB, **Seção colonial,** Cartas ao Governo, 1807, maço 212.

APEB, **Seção colonial**, Polícia, maços 3108, 3109, 3113.

APEB, **Seção colonial**, Juízes, maços 2246, 2298, 2215-1, 2395.

APEB, **Seção colonial**, Atas da Câmara de Ilhéus, maços 1316,

APEB, seção colonial, maços 2476, 1282, 1254, 2896, 2285.

APEB, Cartas de Vilhena, tomo II, 626-5

Periódicos

GRITO DA RAZÃO. Bahia, 16 de fev. 1825, p. 3

Viajantes

VON MARTIUS, Carl Frederich; VON SPIX, Johan Batist. **Viagem pelo Brasil**, 1817-1820, Belo Horizonte e São Paulo, Itatiaia e Edusp, 1981, II.

MAXIMILIANO, Principe de Wied Nuewie. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1940.

Outras fontes

Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1831-1840.